

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E TECNOLÓGICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL**

FERNANDA FONSECA MACHADO

**PROGRAMA JOVEM APRENDIZ E MERCADO DE TRABALHO:
UMA ANÁLISE A PARTIR DOS ALUNOS EGRESSOS DOS CURSOS
PROMOVIDOS PELO SEST/SENAT NO MUNICÍPIO DE PELOTAS (2015)**

**Pelotas
2017**

FERNANDA FONSECA MACHADO

**PROGRAMA JOVEM APRENDIZ E MERCADO DE TRABALHO:
UMA ANÁLISE A PARTIR DOS ALUNOS EGRESSOS DOS CURSOS
PROMOVIDOS PELO SEST/SENAT NO MUNICÍPIO DE PELOTAS (2015)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Política Social da Universidade Católica de Pelotas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Política Social.

Orientador: Prof. Dr. César Augusto Soares da Costa

**Pelotas
2017**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M149p Machado, Fernanda Fonseca
Programa Jovem Aprendiz e mercado de trabalho: uma análise a partir dos alunos egressos dos cursos promovidos pelo SEST/SENAT no município de Pelotas (2015). / Fernanda Fonseca Machado. – Pelotas: UCPEL, 2017.
141 f.
Dissertação (mestrado) – Universidade Católica de Pelotas, Programa de Pós-Graduação em Política Social, Pelotas, BR-RS, 2017. Orientador: César Augusto Soares da Costa.
1.cidade de Pelotas. 2.Programa Jovem Aprendiz. 3.mercado de trabalho. 4. vulnerabilidade social. I. Costa, César Augusto Soares da,or. II. Título.

CDD 370

Fernanda Fonseca Machado

**PROGRAMA JOVEM APRENDIZ E MERCADO DE TRABALHO:
UMA ANÁLISE A PARTIR DOS ALUNOS EGRESSOS DOS CURSOS
PROMOVIDOS PELO SEST/SENAT NO MUNICÍPIO DE PELOTAS (2015)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação de Política Social da Universidade Católica de Pelotas, como requisito parcial à obtenção de título de Mestre em Política Social.

Aprovado (a)

Banca Examinadora:

Prof. Dr. César Augusto Soares da Costa (PPGPS/UCPel) - Orientador

Prof.^a Dra. Mara Rosange Acosta de Medeiros – (PPGS/UCPel) - Membro interno

Prof.^a Dra. Cassiane de Freitas Paixão – (FURG/RS) - Membro externo

Pelotas, _____ de _____ de 2017.

DEDICATÓRIA

À minha avó Zulma Machado de Machado (*in memoriam*), que tanto me ajudou, mas não pôde ver os frutos do meu trabalho, a minha eterna gratidão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me dado o dom da vida, e por ter me dado uma família maravilhosa.

Aos meus pais Ana Maria e Tito Luiz, por serem exemplos de vida, e de profissão e por me ajudarem a realizar os meus sonhos.

À Márcia Lima e Armando Marques Pedrosa, por estarem sempre me auxiliando e se preocupando comigo, em todos os momentos da minha vida.

Aos meus tios José Ricardo, Antonio Carlos e Zeni, por eles serem o meu apoio constante ao longo de toda a minha vida.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Política Social da UCPel, os quais, com seus conhecimentos, permitiram que eu tivesse um olhar mais aprofundado sobre o tema.

Agradeço em especial às professoras Dra. Mara Rosange Acosta de Medeiros e Dra. Regina Célia Miotto, as quais de uma forma muito especial e sensível transmitiram seus conhecimentos e contribuíram para o meu crescimento pessoal e profissional.

À Prof.^a Cassiane de Freitas Paixão, que me agraciou com suas contribuições no exame de qualificação, muito obrigada pelas relevantes sugestões no trabalho.

Aos alunos do Programa Jovem Aprendiz do ano de 2015, na cidade de Pelotas, que nas suas falas me “emprestaram” suas histórias, para que fosse possível alcançar os objetivos da minha pesquisa.

Ao SEST/SENAT da cidade de Pelotas, na pessoa do Sr. Carlos Jorge Ribeiro, que me deu todo apoio no fornecimento de documentos e informações, bem como no empréstimo das salas para a realização da pesquisa, o meu sincero muito obrigada.

À minha colega de UCPel e de UFPel, e hoje grande amiga, Marley Tedesco Radin, parceira, companheira, que com toda a sua calma me ajudou nos momentos mais difíceis e ansiosos.

Às minhas colegas Dulce Berndt e Maria do Carmo Falchi, com quem dividi momentos de alegria e de tristeza durante todo o curso, o meu agradecimento especial.

Por fim, destaco aquele que foi meu mentor, e meu apoio durante toda essa trajetória, Prof. Dr. César Augusto Soares da Costa, como um exemplo a ser seguido, pois a sua atuação vai muito além da docência, com sua humildade, carisma, competência, responsabilidade, me guiou brilhantemente neste estudo, meus sinceros e mais profundos agradecimentos.

RESUMO

O presente estudo teve por objetivo analisar a importância do Programa Jovem Aprendiz ofertado pelo SEST/SENAT, na cidade de Pelotas, no ano de 2015. Entre o foco do estudo, analisou-se o impacto social e econômico na vida dos egressos do curso e sua contribuição para a inserção no mercado de trabalho. Foram examinadas no decorrer da pesquisa as características socioeconômicas destes alunos, bem como a avaliação da pertinência da Política de inclusão social promovida pelo programa e sua relação com as Políticas Sociais. Investigou-se de que forma ocorreu a absorção da mão de obra qualificada egressa do Programa no mercado de trabalho de Pelotas, compreendendo em que medida o Programa contribuiu para a redução do estado de vulnerabilidade dos egressos. A discussão teórica partiu das seguintes categorias: Estado, Políticas Públicas de Educação; Juventude, mundo do trabalho e qualificação profissional; e Programa Jovem Aprendiz, na cidade de Pelotas. Os procedimentos metodológicos adotados para este estudo foram: levantamento bibliográfico, documental e aplicação de questionários com perguntas abertas e fechadas. Os sujeitos da pesquisa foram os alunos concluintes das turmas do ano de 2015. Os resultados obtidos através do estudo demonstraram que o Programa Jovem Aprendiz é um programa de qualificação profissional e visto como uma Política de inclusão social na medida em que o Governo tenta inserir jovens no mercado de trabalho após o término do curso, contribuindo para a redução da vulnerabilidade social. Por fim, o Programa é considerado proveitoso pelos jovens, porém é uma solução paliativa de inclusão social, pois mesmo havendo oportunidade de qualificação e estágio, não há a efetivação de todos os aprendizes, o que faz com que os mesmos retornem ao mercado de trabalho em busca de novas oportunidades de emprego.

Palavras-chave: Cidade de Pelotas, Programa Jovem Aprendiz, Mercado de trabalho, vulnerabilidade social.

ABSTRACT

The present study aimed to analyze the importance of the Young Apprentice Program offered by SEST / SENAT in the city of Pelotas in the year 2015. Among the focus of the study, we analyzed the social and economic impact on the life of the graduates of the course and their contribution to the Insertion in the labor market. The socioeconomic characteristics of these students were examined during the research, as well as the evaluation of the relevance of the Social Inclusion Policy promoted by the program and its relation with Social Policies. We investigated how the absorption of the qualified workforce from the Program in the Pelotas labor market occurred, including the extent to which the Program contributed to reducing the vulnerability of the graduates. The theoretical discussion started from the following categories: State, Public Policies of Education; Youth, the world of work and professional qualification; And Young Apprentice Program in the city of Pelotas. The methodological procedures adopted for this study were bibliographic, documentary and application of questionnaires with open and closed questions. The subjects of the research were the final students of the groups of the year 2015. The results obtained through the study from the focus group studied demonstrated that the Young Apprentice Program is a professional qualification program and seen as a Social Inclusion Policy to the extent That the Government tries to insert young people into the labor market after the course ends, contributing to the reduction of social vulnerability. Finally, the Program is considered to be beneficial for young people, but it is a palliative solution of social inclusion, since even if there is an opportunity for qualification and internship, there is no effective apprenticeship, which causes them to return to the labor market In search of new job opportunities.

Keywords: City of Pelotas, Young Apprentice Program, Labor market, social vulnerability.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIQUIM	Associação Brasileira da Indústria Química
AIDS	Vírus da Imunodeficiência Humana
ANAC	Agência Nacional de Aviação Civil
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CEFET	Centro de Educação Federal e Tecnológica
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CF	Constituição Federal
CIE-E	Centro de Integração Empresa- Escola
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNT	Confederação Nacional do Transporte
CONTRAN	Conselho Nacional de Trânsito
CSJ	Consórcio Social da Juventude
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos
DST	Doença Sexualmente Transmissível
DVD	Disco Digital de Vídeo
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IEL	Instituto Euvaldo Lodi
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MTb	Ministério do Trabalho
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OIT	Organização Internacional do Trabalho

ONG	Organização Não Governamental
PDE	Plano de Desenvolvimento da Escola
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNPE	Programa Nacional de Primeiro Emprego
PNQ	Prêmio Nacional da Qualidade
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROUNI	Programa Universidade para Todos
RS	Rio Grande do Sul
SAEB	Sistema de Avaliação do Ensino Básico
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SESC	Serviço Social do Comércio
SENAT	Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
SESCOOP	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
SESI	Serviço Social da Indústria
SEST	Serviço Social do Transporte

LISTA DE GRÁFICOS

Perfil

Gráfico 1: Orientação Sexual	95
Gráfico 2: Fuma.....	96
Gráfico 3: Estado Civil	96
Gráfico 4: Raça/Etnia	97
Gráfico 5: Bairro	97

Situação de Renda

Gráfico 6: Status do Chefe de Família	98
Gráfico 7: Renda Pessoal antes do Início do Curso	98
Gráfico 8: Renda Pessoal Após a Conclusão do Curso	99
Gráfico 9: Renda Per capita de todos os Membros da Família juntos Atualmente....	99
Gráfico 10: Composição do Núcleo Familiar do Qual você faz Parte	100
Gráfico 11: Número de Filhos.....	100

Situação de Escolaridade

Gráfico 12: Qual a sua Escolaridade?	101
Gráfico 13: Qual a Escolaridade do Chefe de Família?	101
Gráfico 14: Você Estudou ou Estuda em que Tipo de Escola	102
Gráfico 15: Sobre os Estudos Você?	102
Gráfico 16: Quando Você era Adolescente Abandonou a Escola Alguma Vez?	103

Atividade Profissional

Gráfico 17: Que Tipo de Atividade Profissional Você Exerce no Momento?	103
Gráfico 18: Caso Exerça Atividade Formal ou Informal no Momento, com sua Remuneração Vocês?	104

Em relação ao Programa Jovem Aprendiz

Gráfico 19: Estava Desempregado antes de Entrar no Curso.....	104
---	-----

Gráfico 20: Em Relação ao que Você Esperava do Programa Jovem Aprendiz ele foi para Você.....	105
Gráfico 21: Acha que o Curso Poderia ser Melhorado?	105
Gráfico 22: Você Acredita que o Estágio que o Curso Oferece é.....	106

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 OBJETIVO GERAL	24
1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	25
1.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	25
2 O ESTADO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO	33
2.1 A EDUCAÇÃO COMO DIREITO SOCIAL	33
2.2 A FORMAÇÃO PROFISSIONAL E O MUNDO DO TRABALHO.....	45
2.3 O NEOLIBERALISMO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO	49
2.4 O ESTADO E A ORIGEM DO ENSINO PROFISSIONALIZANTE NO BRASIL	55
2.5 A LEI 10.097/2000 – LEI DA APRENDIZAGEM.....	61
2.6 AS ENTIDADES QUALIFICADAS EM FORMAÇÃO TÉCNICO PROFISSIONAL	62
3 JUVENTUDE, MUNDO DO TRABALHO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL: O PROGRAMA JOVEM APRENDIZ	64
3.1 A JUVENTUDE E A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NA ATUALIDADE ...	64
3.2 A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E EMPREGABILIDADE NOS PROGRAMAS DE APRENDIZAGEM DESENVOLVIDOS PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO	68
3.3 CONCEITUANDO O PROGRAMA JOVEM APRENDIZ	71
3.4 O PROGRAMA JOVEM APRENDIZ E SUA RELAÇÃO COM A VULNERABILIDADE SOCIAL	74
3.5 O TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO E SUA RELAÇÃO COM O PROGRAMA JOVEM APRENDIZ	82
4 O PROGRAMA JOVEM APRENDIZ NA CIDADE DE PELOTAS: ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	87
4.1 A CIDADE DE PELOTAS: BREVE PANORAMA SOBRE O ACESSO DOS JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO	87

4.2 OS CURSOS DE FORMAÇÃO DO SEST/SENAT E O PROGRAMA JOVEM APRENDIZ	92
4.3 OS JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO EM PELOTAS	92
4.4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS (GRÁFICOS).....	95
4.5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS (GRÁFICOS)	106
4.6 ANÁLISES DOS RESULTADOS (ENTREVISTAS).....	108
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
REFERÊNCIAS.....	123
ANEXOS	132
ANEXO A	133
ANEXO B	138

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação posiciona-se na linha de pesquisa que contempla “Estado, Direitos sociais e Política social”, buscando aprofundar a compreensão acerca do aluno do “Programa Jovem Aprendiz”, as características deste aluno e o impacto social destes cursos na vida deles após a conclusão dos mesmos. Além disso, tal Programa é visto como Política de inclusão de jovens em vulnerabilidade social no mercado de trabalho, levando em consideração que a formação para o trabalho pode ter um “princípio educativo” (FRIGOTTO, 2005). Ou seja, a pesquisa quer compreender como os cursos ofertados através do referido programa contribuíram na realidade de vida dos alunos no que tange ao seu futuro profissional, aprendizado e mudança no seu modo de viver, estimulando a seguirem estudando e buscando novas oportunidades de trabalho após a conclusão do curso, além de perceber uma mudança de atitude do aluno, no que tange à ética e conduta.

O Programa Jovem Aprendiz é um programa técnico-profissional que prevê a execução de atividades teóricas e práticas, sob a orientação pedagógica de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica e com atividades práticas coordenadas pelo empregador. As atividades devem ter a supervisão da entidade qualificadora, em que se é necessário observar uma série de fatores como: público-alvo, indicando o número máximo de aprendizes por turma; perfil socioeconômico e justificativa para seu atendimento; objetivos do programa de aprendizagem, com especificação do propósito das ações a serem realizadas e sua relevância para o público participante, a sociedade e o mundo do trabalho; os conteúdos a serem desenvolvidos, contendo conhecimentos, habilidades e competências, bem como a sua pertinência em relação aos objetivos do programa; público participante a ser atendido e potencial de aplicação no mercado de trabalho; estrutura do programa de aprendizagem e sua duração total em horas, observando a alternância das atividades teóricas e práticas, além da proporção entre uma e outra, em função do conteúdo a ser desenvolvido e do perfil do público participante; mecanismos de acompanhamento e avaliação do programa de aprendizagem e mecanismos de inserção dos aprendizes no mercado de trabalho após o término do contrato de aprendizagem; o período de duração – carga horária teórica – observando a

concomitância e os limites mínimo e máximos das atividades práticas, observando os parâmetros estabelecidos na Portaria MTE nº 723, de 23 de abril de 2012¹.

Ainda, segundo o Manual de Aprendizagem, o aprendiz é o adolescente ou jovem entre 14 e 24 anos que esteja matriculado e frequentando a escola, caso não tenha concluído o Ensino Médio e inscrito em programa de aprendizagem (art. 428, caput e § 1º, da CLT). Caso o aprendiz seja pessoa com deficiência, não haverá limite máximo de idade para a contratação (art. 428, § 5º, da CLT). Nas localidades onde não houver oferta de Ensino Médio para o cumprimento do disposto no § 1º do art. 428 da CLT, a contratação do aprendiz poderá ocorrer sem a frequência à escola, desde que ele já tenha concluído o Ensino Fundamental (art. 428, § 7º, da CLT). Caso não tenha concluído esta etapa, tal exigência deverá ser atendida, ou seja, a contratação só será válida com a frequência do aprendiz à escola.

O chamado “sistema S” é formado por organizações e instituições todas referentes ao setor produtivo, tais como indústrias, comércio, agricultura, transporte e cooperativas que tem como objetivo, melhorar e promover o bem-estar de seus funcionários, na saúde e no lazer, por exemplo, como também a disponibilizar uma boa educação profissional. As instituições do Sistema S não são públicas, mas recebem subsídios do governo.

São várias as organizações que compõem o sistema S, algumas delas são subordinadas à Confederação Nacional da Indústria, outras a Federação do Comércio, etc. Em Pelotas o sistema S é formado por: SENAC, SENAR, SESC, SESI, SENAI, SESCOOP, IEL, SEBRAE e SEST/SENAT. Como neste trabalho pretende-se investigar os alunos do Programa Jovem Aprendiz realizado no SEST/SENAT, no ano de 2015, aprofundar-se-á a definição apenas do SEST/SENAT.

Segundo o próprio *site* do SEST/SENAT², O Serviço Social do Transporte (SEST) e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT) são entidades civis, sem fins lucrativos. Elas foram criadas em 14 de setembro de 1993, pela Lei 8.706, a partir de um processo de conscientização do setor e de entidades sindicais. As entidades têm se firmado como substanciais colaboradores para o desenvolvimento do setor de transporte do país, atuando na formação e na

¹ Manual de Aprendizagem: o que é preciso saber para contratar o aprendiz, Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT). Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (SPPE) 2013, Brasília, p.13-14.

² Disponível em: <<http://www.sestsenat.org.br>>. Acesso em: 17 jun. 2016.

qualificação de profissionais para o mercado, aptos às novas tecnologias e às complexas formas de trabalho. Para a preparação, a promoção do emprego e renda e, acima de tudo, o sucesso profissional dos trabalhadores, as entidades oferecem cursos e serviços especializados, garantindo maior capacitação e acesso ao mercado de trabalho³.

A implantação desse serviço foi resultado do processo de conscientização do setor de transporte, incentivado pela Confederação Nacional do Transporte (CNT), quanto à necessidade de um grupo específico de trabalhadores e suas famílias, que exigiam uma abordagem diferenciada no atendimento das áreas: educação, médica, odontológica, cultural, de lazer e esporte.

A iniciativa inspirou-se no desafio de construir um setor de transporte qualificado, produtivo e eficaz, com constante evolução e busca de resultados práticos, visando à melhoria do bem-estar de seus trabalhadores, assim como dos serviços prestados à sociedade.

A assistência ao trabalhador prioriza, ainda, na área de saúde, esporte, lazer e cultura, a prevenção de doenças, a promoção e a preservação das condições saudáveis dos indivíduos, o bem estar físico e mental e a inclusão e integração do indivíduo na sociedade⁴.

Com Unidades Operacionais localizadas nos grandes centros urbanos e em postos de abastecimento das principais rodovias do país, o SEST/SENAT está presente em todos os estados brasileiros. O objetivo é articular as ações de desenvolvimento profissional e promoção social em um ambiente favorável às práticas educativas e com espaços, ferramentas e tecnologias dedicados ao conhecimento e à qualificação, contribuindo para o aumento da produtividade, da competitividade e do fortalecimento do setor de transporte brasileiro.

Ainda de acordo com o *site* do SEST/SENAT, a oferta de cursos presenciais ocorre através de uma relação direta e dialógica entre instrutor e aluno. Seu objetivo é o desenvolvimento de competências necessárias para o desempenho das atividades profissionais no setor de transporte⁵.

Os cursos são ofertados pelas Unidades Operacionais, considerando a demanda apresentada pelo mercado local, e são realizados por meio da oferta

³ Disponível em: <<http://www.sestsenat.org.br>>. Acesso em: 17 jun. 2016.

⁴ Idem.

⁵ Idem.

regular, da execução de projetos de apoio às políticas públicas ou, ainda, de parcerias com outras instituições, como a Mercedes Benz e a Associação Brasileira da Indústria Química – ABIQUIM, sendo classificados em: cursos livres de formação inicial e continuada, Cursos Regulamentados – CONTRAN, MTE, ANAC –, Aprendizagem Profissional – Jovem Aprendiz – e Cursos Técnicos de Nível Médio.

O SEST/SENAT em Pelotas foi inaugurado oficialmente em novembro de 2004, porém já funcionava desde março de 2003. Os primeiros cursos ministrados foram: Condutores de Transporte Coletivo de Passageiros, Condutores de Transporte de Produtos Perigosos, Condutores de Transporte de Emergência e Condutores de Transporte Escolar.

A primeira turma do Programa Jovem Aprendiz iniciou em agosto de 2008. Até hoje o curso já formou 580 alunos em 27 turmas. O Programa Jovem Aprendiz, em março de 2016, iniciou sua 28ª turma, intitulada como curso de Assistente Administrativo do Transporte. No Programa, nos seis primeiros meses, os jovens terão aulas nas disciplinas: Atendimento Eficaz, Postura no Ambiente de Trabalho, Relações Interpessoais, Éticas Sociais, Trabalhador do Transporte Amigo, Meio Ambiente, Primeiros Socorros, Saúde e Segurança no Trabalho, Ergonomia, Estatuto Criança e Adolescente, DSTs, Drogas, Acessibilidade, Mobilidade Urbana, Cidadania e Direitos Humanos, Informática, Português, Matemática, Empreendedorismo, Redação Técnica, Visão Sistêmica do Transporte, Inglês Instrumental, Administração de Bens Patrimoniais, Materiais de Consumo, Noções de Administração, Rotinas Administrativas, Organização de Documentos, Correspondência, Rotinas Financeiras, Legislação do Transporte, Conhecimentos Básicos do Setor Transporte, Documentação de Transporte, Custos Operacionais de Transporte, Administração Financeira. Após esse período, os alunos ficarão, por sete meses, em estágio nas empresas de origem a fim de consolidar sua formação⁶.

Esta pesquisa visou analisar as características socioeconômicas dos alunos para destacar de que maneira os cursos ofertados pelo “Programa Jovem Aprendiz” no SEST/SENAT, na cidade de Pelotas, em 2015, impactaram a realidade dos alunos, no que tange ao seu futuro profissional. Tal aprendizado requer uma mudança no seu modo de vida, estimulando a seguirem estudando e buscando novas oportunidades de trabalho após a conclusão do curso. Além disso, esse

⁶Disponível em: <<http://www.sestsenat.org.br>>. Acesso em: 17 jun. 2016.

estudo visa perceber se os referidos cursos proporcionaram uma mudança na forma de agir do aluno, no que tange à ética e conduta.

Esta investigação parte da formação da autora em Bacharel em Secretariado Executivo, e a partir desta formação, ter optado por seguir a carreira de secretária executiva paralelamente à carreira de instrutora de cursos na área administrativa. Com experiência de 10 anos como instrutora de cursos de aprendizagem profissional no SENAC, SENAI e SEST/SENAT, a pesquisadora optou por seguir sua carreira como instrutora de cursos de aprendizagem profissional em detrimento da carreira de docente de nível superior. A partir desta trajetória, percebeu-se nestes cursos uma oportunidade de maior rapidez de ingresso dos alunos no mercado de trabalho, tendo em vista que são cursos mais rápidos e que preparam, apesar de que superficialmente, os alunos para uma carreira muitas vezes de sucesso, caso tenham continuado seus estudos.

O cenário que se apresenta a fim de ser analisado o período que antecedeu aos cursos do Jovem Aprendiz é o seguinte:

De acordo com Palma Filho (2005), no Brasil, o neoliberalismo começa a ascender no início dos anos 1990, com a posse de Fernando Collor de Mello na Presidência da República, tendo sofrido certa descontinuidade durante a Presidência de Itamar Franco e uma aceleração na gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), principalmente no seu primeiro mandato (1995-1998). No governo de Collor de Mello (1990-1992), iniciou-se um período de reajustes da nação brasileira “aos ditames da ‘nova ordem mundial’” (SILVA; MACHADO, 1998, p. 25) e o mercado passou a regular as relações humanas e, assim, todos os direitos dos cidadãos (tais como a saúde, a educação, a cultura, etc.). Assim, as políticas educacionais, nesse governo, foram marcadas por forte clientelismo, privatização e enfoques fragmentados (VELLOSO, 1992). (YANAGUITA, 2011, p.3)

Conforme a autora afirma acima, com a posse de Fernando Collor de Mello na Presidência da República, o neoliberalismo começou a aparecer, havendo certa ruptura com governo de Itamar Franco e uma aceleração no governo de Fernando Henrique Cardoso. Ela complementa que no governo de Collor de Mello o mercado passou a exercer um forte poder sobre as relações humanas, conseqüentemente todos os direitos dos cidadãos, assim, as políticas educacionais nesse governo foram marcadas pela proteção de uma pessoa em detrimento da outra devido ao apoio político, desestatização e enfoques subdivididos.

Segundo Yanaguita (2011), a partir de 1995, assume o governo federal Fernando Henrique Cardoso. Nesse governo, os eixos da política educacional permearam o estabelecimento de um mecanismo objetivo e universalista de arrecadação e repasse de recursos mínimos para as escolas.

O documento “Mãos a obra Brasil”, proposta desse governo, expressava que a descentralização das decisões implicava uma revisão do papel das atribuições das esferas de governo, refletindo-se sobre as formulações da educação e suas novas formas de parceria entre o Estado e a sociedade. Conforme este documento, caberia ao poder executivo apenas coordenar e gerir as prioridades educacionais. Para isso deveriam ser reduzidas as responsabilidades do MEC como instância executora e a interferência direta da União nos Estados e Municípios. Incorporou a tendência de reformulação do padrão de gestão no setor público. Em conformidade com a proposta “Mãos a obra Brasil”, as diretrizes do Planejamento Político-estratégico (1995-1998) foram direcionadas ao ensino fundamental; à valorização da escola e de sua autonomia, bem como de sua responsabilidade perante o aluno, a comunidade e a sociedade; à articulação de políticas e de esforços entre as três esferas da Federação, de modo a obter resultados mais eficazes e utilização de recursos políticos e financeiros para garantir a equidade e a eficiência do sistema; e à implantação de um canal de televisão via satélite, voltado para o atendimento à escola, ensejando novas formas de gestão escolar e parcerias com os governos estaduais. (YANAGUITA, 2011, p.4-5)

Conforme explicitado acima, o documento “Mãos a obra Brasil”, que foi proposto por Fernando Henrique Cardoso, sugeria uma revisão das competências das esferas do governo, pensando sobre as formulações da educação e das parcerias entre o Estado e a sociedade. A única responsabilidade do Poder Executivo era de coordenar e reger as prioridades educacionais. De acordo com essa proposta, o que conduz o Planejamento Político-estratégico foram direcionadas ao ensino fundamental a valorização da escola e de sua autonomia, assim como da sua responsabilidade junto do aluno, a comunidade e sociedade, a conexão de políticas e de esforços entre as três esferas da Federação, de maneira a conseguir resultados mais eficazes e utilização de recursos políticos e financiar para garantir a igualdade e a efetividade do sistema.

No ano de 1999, Fernando Henrique Cardoso assumiu o segundo mandato como presidente do Brasil, neste mandato não houve grandes investimentos nas reformas estruturais (privatizações). Ocorreram, sim, algumas reformas no setor da Educação, sendo aprovadas no ano de 1996 as Leis de Diretrizes e Bases para a Educação (LDB), e, posteriormente, foram criados os Parâmetros Curriculares para

o Ensino Básico. Ao final do seu segundo Mandato (2002), somando oito (8) anos no poder, Fernando Henrique Cardoso conseguiu controlar a inflação brasileira, entretanto, durante o seu governo a distribuição de renda no Brasil continuou desigual, a renda dos 20% da população rica continuou cerca de 30 vezes maior que a dos 20% da população mais pobre. O Brasil ficou em excessiva dependência do Fundo Monetário Internacional (FMI). Assim, refletindo-se a partir da leitura de Carvalho (2016), sabe-se que o governo FHC foi responsável pela efetiva inserção do Brasil na política Neoliberal.

Podem-se citar como referências importantes na área da educação no Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), entre elas: a aprovação da LDB; a criação do Fundef, fundo o qual redistribuiu com maior equidade os recursos destinados ao ensino fundamental; a definição dos Parâmetros Curriculares Nacionais e a avaliação do livro didático também foram concretizadas; as avaliações educacionais, como Saeb (Sistema de Avaliação do Ensino Básico), o Provão e o Enem trouxeram a preocupação com a melhoria da qualidade do ensino – que foi o desafio maior a ser enfrentado pelo próximo governo.

No próximo governo, a partir de 2003, são introduzidos pelo Partido dos Trabalhadores diversos benefícios com o objetivo de acabar com o desemprego e viabilizar que muitas pessoas tenham acesso à educação, saúde, moradia, com os programas criados. Neste período é quando mais se criam Institutos Federais e vagas em Universidades Federais.

O Governo Lula (2003-2011) pretendia corrigir distorções de conceitos e de práticas decorrentes de medidas adotadas pelo governo anterior, conforme Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), que de maneira explícita dissociaram a educação profissional da educação básica, aligeiraram a formação técnica em módulos dissociados e estanques, dando um cunho de treinamento superficial à formação profissional e tecnológica de jovens e adultos trabalhadores.

No Governo Lula foi revogado o Decreto n. 2.208/97, restabelecendo-se a possibilidade de integração curricular dos ensinos médio e técnico, de acordo com o que dispõe o artigo n. 36 da LDB. Por se tratar de um ato do Poder Executivo, a ele foi conferido um caráter de transitoriedade, o que tem justificado a ideia de se propor ao Congresso Nacional um anteprojeto de “Lei da Educação Profissional e Tecnológica” (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005, p. 108-109).

De acordo com a Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000, Art. 402, considera-se menor para os efeitos desta Consolidação o trabalhador com idade de 14 até 18 anos. Já o Art. 03 reza que é proibido qualquer tipo de trabalho a menores de 16 anos, a não ser na condição de Aprendiz. E o Art. 03 ainda cita que o trabalho do “menor” não poderá, de forma alguma, ser em locais que tragam prejuízos à sua formação, ao seu desenvolvimento físico e psíquico, nem que ofereça riscos e muito menos em horários que impeçam a frequência do menor à escola.

No Art. 428 é tratado o Contrato de Aprendizagem, definindo ser este um contrato especial para o trabalho dos jovens, que é ajustado por escrito e tem um prazo definido, sendo que a empresa empregadora irá se comprometer em assegurar aos jovens uma formação técnico/profissional de qualidade, de acordo com o desenvolvimento físico e psicológico do jovem. Ainda de acordo com a Lei do Jovem Aprendiz, é preciso que seja anotado na Carteira de Trabalho, assim como seja verificada a frequência e rendimento do jovem na escola.

A cidade de Pelotas foi escolhida para ser o local onde se realiza a pesquisa, tendo em vista que é o local de moradia da autora, além de Pelotas ser a terceira cidade mais populosa do estado do Rio Grande do Sul, com uma população de 327 778 habitantes. Ela está localizada às margens do Canal São Gonçalo que liga as Lagoas dos Patos e Mirim, as maiores do Brasil, no estado do Rio Grande do Sul, no extremo sul do país, ocupando uma área de 1 609 km² e com cerca de 90% da população total residindo na zona urbana do município. Pelotas está localizada a 250 quilômetros de Porto Alegre, a capital do estado. Na história econômica do município, destaca-se a produção do charque, que era enviado para todo o Brasil e que fez a riqueza de Pelotas em tempos passados. No ano de 2015, o PIB caiu 3,8% em relação a 2014, a maior queda da série histórica iniciada em 1996. A queda do PIB resultou do recuo de 3,3% do valor adicionado a preços básicos e da contração de 7,3% nos impostos sobre produtos. Nessa comparação, a Agropecuária (1,8%) apresentou expansão, e a Indústria (-6,2%) e os Serviços (-

2,7%) caíram. Em 2015, o PIB totalizou R\$ 5,9 trilhões (valores correntes). O PIB per capita ficou em R\$ 28.876 em 2015, com queda de 4,6%, em volume, em relação ao ano anterior.⁷

Além disso, ela fica a 57 km de Rio Grande, que é um município brasileiro localizado no litoral sul do estado do Rio Grande do Sul. Possui uma população de 207 036 habitantes (dados de 2014), segundo estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sendo a mais meridional dentre todas as cidades brasileiras de médio e grande porte⁸.

A cidade construiu a sua riqueza ao longo de sua história devido à forte movimentação industrial. Ainda hoje, é uma das cidades mais ricas do Rio Grande do Sul, e a mais rica da região sul do estado, principalmente devido ao seu porto (o segundo em movimentação de cargas do Brasil), e à sua refinaria (a cidade é a sede da "Refinaria de Petróleo Riograndense", antiga "Refinaria Ipiranga"). Rio Grande, devido ao seu porto, é considerada uma cidade com crescente geração de empregos, proporcionando assim inserção no mercado de trabalho formal para aquelas pessoas que vivem em cidades vizinhas, como Pelotas, que devido ao seu desemprego, faz com que as pessoas sigam para Rio Grande em busca de uma oportunidade de trabalho formal⁹.

Segundo o Observatório Social do Trabalho da Universidade Federal de Pelotas, o Polo Naval de Rio Grande já empregou 24.000 trabalhadores e reúne atualmente cerca de 3000, devido ao fechamento das plataformas de petróleo da Petrobrás. Tal aumento considerável do desemprego em Rio Grande acompanha a situação do Rio Grande do Sul. Segundo os resultados trimestrais da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios Contínua, recentemente publicados pelo IBGE, referentes ao último trimestre fixo (janeiro-fevereiro-março de 2017), foram contabilizados, no Rio Grande do Sul, 560 mil desocupados. Esse volume corresponde a uma taxa de desocupação de 9,1%. Portanto, houve um aumento da desocupação em termos absolutos em relação ao trimestre anterior (outubro-novembro-dezembro de 2016), quando foram registrados 502 mil desocupados (+58 mil desocupados). Nesse mesmo período, a taxa de desocupação cresceu, em termos absolutos, 0,8 ponto percentual, uma vez que no trimestre anterior essa taxa

⁷ Disponível em: <<http://www.ibge.com.br>>. Acesso em: 10 jun. 2016

⁸ Disponível em: <<http://www.pelotas.com.br>>. Acesso em: 17 jun. 2016.

⁹ Disponível em: <<http://www.riogrande.rs.gov.br>>. Acesso em: 17 jun. 2016.

era de 8,3%. Em comparação com o mesmo trimestre do ano anterior (janeiro-fevereiro-março de 2016), observa-se que houve um forte aumento da população desocupada, de 23,08%, sendo contabilizados 105 mil desocupados a mais. Naquele trimestre móvel de 2016, havia 455 mil pessoas desocupadas. A taxa de desocupação, que era de 7,5%, cresceu, em termos absolutos, 1,6 pontos percentuais.¹⁰

Segundo Arretche (1998) a análise e avaliação de políticas sociais se dedicam a entender a configuração das políticas sociais, que pretende conhecer e mostrar sua dimensão, significado, abrangência, funções, efeitos, enfim, todos os elementos que atribuem forma e significado às políticas sociais.

Nesse sentido, este estudo justifica-se por investigar os dados sobre os resultados ao qual esse Programa tem chegado. Conhecer os fatores que vêm determinando a manutenção dos egressos do Programa Jovem Aprendiz no mercado de trabalho, ou até mesmo a própria inclusão no trabalho formal. Tais fatores incitam a reflexão sobre a existência de alguma relação entre o Programa e o trabalho neste caso, considerado enquanto “princípio educativo” (FRIGOTTO, 2005) os quais são indispensáveis para que, futuramente, se possa avaliar o programa como política pública para inclusão das pessoas em estado de vulnerabilidade social.

Os questionamentos que essa dissertação propõe, através dos seus desdobramentos, têm a possibilidade de oferecer subsídios para avaliação e orientação do programa por parte do SEST/SENAT tanto em nível local, quanto em nível nacional.

Por outro lado, considera-se que o tema “Programa Jovem Aprendiz” está relacionado diretamente com o conceito de aprendizagem e trabalho como formas de inclusão social, seja através do trabalho em si ou através do trabalho como princípio educativo. Assim, reitera-se que o foco desta dissertação seja também analisar a situação de vulnerabilidade social e este tema se encontra no centro das políticas atuais para redução da pobreza, uma vez que, pensa-se que esta proposta está dentro da linha de pesquisa “Estado, Direitos sociais e Política Social” do Programa de Pós-graduação em Política Social da Universidade Católica de Pelotas que analisa processos de implantação e manutenção das políticas sociais.

¹⁰ Disponível em: <<http://wp.ufpel.edu.br/observatoriosocial/2017/05/24/cresce-o-desemprego-no-rio-grande-do-sul/>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

Para o exame dessas questões, o presente trabalho está sistematizado em três capítulos que se seguem após esta introdução, que justifica os motivos que levaram a pesquisadora a abordar o tema, apresentando vivências e experiências profissionais da pesquisadora, no que tange ao foco do Programa Jovem Aprendiz, além da contribuição que se espera apresentar com esta pesquisa. Em seguida, são apresentados os objetivos que constituíram este estudo e os procedimentos metodológicos.

O Capítulo 2 (*Estado e as Políticas Públicas de Educação*) abordará de que forma se constituiu a educação como direito social, bem como a formação profissional e o mundo do trabalho; o trabalho no modelo neoliberal; o papel do Estado na origem do ensino profissionalizante e da Lei da Aprendizagem (Lei 10.097/2000) e das entidades qualificadas em formação profissional.

No Capítulo 3 (*Juventude e mundo do trabalho e qualificação profissional: o Programa Jovem aprendiz*), tratará a juventude e qualificação profissional na atualidade, abordando os Programas de Aprendizagem desenvolvidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego, visando especificamente o Programa Jovem Aprendiz e de que modo a formação para o trabalho pode ser relacionada como “princípio educativo” (FRIGOTTO, 2005) na vida dos jovens.

No capítulo 4 (*O Programa Jovem Aprendiz na cidade de Pelotas: análise dos resultados*), analisar-se-á a cidade de Pelotas e o acesso dos jovens no mercado de trabalho local, além de indicar o papel da formação profissional dos cursos de formação do SEST/SENAT a partir do Programa Jovem Aprendiz. Logo, far-se-á a discussão dos dados e a análise dos resultados coletados junto à pesquisa realizada no Programa na cidade de Pelotas.

Ao final, apresentar-se-ão as considerações finais do presente estudo.

1.1 OBJETIVO GERAL

- Investigar a importância do Programa Jovem Aprendiz na vida dos egressos e sua contribuição para a inserção no mercado de trabalho.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Verificar as características socioeconômicas dos alunos egressos do Programa Jovem Aprendiz na cidade de Pelotas em 2015;
- Avaliar a pertinência da Política de inclusão social promovida pelo Programa e sua relação com as Políticas Sociais;
- Examinar de que forma ocorreu a absorção da mão de obra qualificada egressa do Programa no mercado de trabalho de Pelotas;
- Compreender em que medida o Programa Jovem Aprendiz do SEST/SENAT contribuiu na redução do estado de vulnerabilidade social destes egressos.

1.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste tópico, far-se-á uma apresentação de como foi realizada a pesquisa, abordando os seguintes pontos: método sociológico que foi seguido, tipo de pesquisa desenvolvida, definição do campo e dos sujeitos que foram pesquisados, bem como das técnicas e procedimentos que foram utilizados para a coleta e análise de dados.

Antes de adentrar na metodologia propriamente dita e nas técnicas que foram utilizadas, se faz importante enunciar o método sociológico sob o qual a pesquisa se desenvolveu.

Considerando que o foco do estudo consiste nos alunos egressos do Programa Jovem Aprendiz em suas características socioeconômicas e impacto social deste curso na vida destes egressos, reitera-se que esses pressupostos partem da vida material, conforme Marx (*apud* SELL, 2014) eram considerados os indivíduos reais, suas ações e suas condições materiais de vida, tanto aquelas já encontradas, como produzidas por sua própria ação.

O ponto de partida da pesquisa neste método são elementos reais presentes na sociedade e a partir disto o pesquisador isola o elemento da totalidade e, através da capacidade de abstração, retira suas determinações.

A marca da totalidade a partir dessa perspectiva histórica cerca o “objeto de conhecimento através da compreensão de todas as suas mediações e correlações,

constitui a riqueza, a novidade e a propriedade da dialética marxista para a explicação do social” (MINAYO, 1993, p. 64).

A investigação aqui apresentada, vistos seus objetivos, pode ser caracterizada como um estudo de caso, pois:

O foco essencial destes estudos reside no desejo de conhecer a comunidade, seus traços característicos, suas gentes, seus problemas, suas escolas, seus professores, sua educação, sua preparação para o trabalho, seus valores, os problemas do analfabetismo, a desnutrição, as reformas curriculares, os métodos de ensino, o mercado ocupacional, os problemas do adolescente etc (TRIVIÑOS, 1987, p.110).

Utiliza-se o estudo de caso, uma vez que, entende-se que este tipo de análise se adapta melhor a esta pesquisa, pois conforme Yin (2001) o estudo de caso é uma estratégia de pesquisa que compreende um método que abrange tudo em abordagens específicas de coletas e análise de dados. Já Triviños (1987) ressalta que “o grande valor do estudo de caso é fornecer o conhecimento aprofundado de uma realidade delimitada que os resultados atingidos podem permitir e formular hipóteses para encaminhar outras pesquisas” (TRIVIÑOS, 1987, p.111). Para Ventura:

De acordo com diferentes autores, o estudo de caso tem origem na pesquisa médica e na pesquisa psicológica, com a análise de modo detalhado de um caso individual que explica a dinâmica e a patologia de uma doença dada. Com este procedimento se supõe que se pode adquirir conhecimento do fenômeno estudado a partir da exploração intensa de um único caso. Além das áreas médica e psicológica, tornou-se uma das principais modalidades de pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais (VENTURA, 2007, p.384).

No entendimento de Stake (2007), o estudo de caso caracteriza-se pelo interesse em casos individuais e não pelos métodos de investigação que pode abranger. Chama a atenção para o fato de que "nem tudo pode ser considerado um caso", pois um caso é “uma unidade específica, um sistema delimitado cujas partes são integradas” (VENTURA, 2007, p.384). Triviños (1987) entende que:

Entre os tipos de pesquisa qualitativa característicos, talvez o Estudo de Caso seja um dos mais relevantes. O Estudo de Caso na pesquisa quantitativa caracteriza-se fundamentalmente, do ponto de vista da medida dos dados que ele apresentava, pelo emprego, de modo geral, de uma estatística simples, elementar. Realmente, o Estudo de Caso não foi uma classe de pesquisa típica do modelo positivista, tão inclinado à quantificação das informações. Por isso, com o desenvolvimento da investigação qualitativa, o Estudo de Caso, que estava numa situação de transição entre ambos os tipos de investigação, constituiu-se numa expressão importante desta tendência nova na pesquisa educacional [...]. Por exemplo, o exame das condições de vida (nível socioeconômico, escolaridade dos pais, profissão destes, tempo que os progenitores dedicam diariamente ao filho, orientando-o nos estudos, tipo de alimentação do aluno, prática de esportes, sono, perspectivas do estudante e dos pais em relação ao futuro da criança, a opinião dos professores, dos colegas etc.) que rodeiam um aluno que repetiu a primeira série do 2º grau, de uma escola pública. No estudo de uma turma de 8.a série de uma escola particular, de uma comunidade de pescadores, de uma escola de uma vila popular etc. É fácil compreender que a análise do ambiente, negativo ou positivo, que circunda uma pessoa, é muito mais simples que a interpretação dos problemas que apresenta uma comunidade agrícola que pretende organizar uma cooperativa de produção e consumo (TRIVIÑOS, 1987, p.133-134).

O estudo de caso compreendeu aplicar questionários com perguntas abertas e fechadas aos alunos que realizaram o curso do Programa Jovem Aprendiz, no ano de 2015, na cidade de Pelotas/RS, que foi ministrado pela autora desta pesquisa. O universo dos alunos que concluíram o curso foi o total de 55, porém, a pesquisa foi realizada somente com 10 alunos tendo em vista a dificuldade de encontrar os alunos e deles estarem dispostos a responder a pesquisa.

No primeiro momento recolheram-se os dados dos alunos no SEST/SENAT, foi feito um grupo no *Whatsapp* com os números dos telefones de todos os alunos e foi explicada a pesquisa e a necessidade deles responderem, para que a autora não fosse prejudicada. Após, foi enviado *e-mail* para todos os alunos, pedindo que respondessem a pesquisa, e, posteriormente, foi marcado o local, a data e o horário para que eles respondessem a pesquisa.

Além disso, foi marcado no SEST/SENAT dois sábados pela manhã (das 8h às 12h) para que eles fossem lá responder a pesquisa, porém, ninguém compareceu. Acredita-se que devido a estarem trabalhando e estudando, com pouco tempo disponível, não puderam responder a pesquisa. Depois, verificou-se que mesmo sabendo que não seriam identificados, alguns não responderam, pois ficaram com receio de que seus nomes aparecessem. O que dificultou também foi que os dados cadastrais que o SEST/SENAT dispunha eram da época do curso

(2015), ou seja, os telefones estavam desatualizados e os *e-mails*, por muitos alunos, não foram respondidos.

Como se investigaram as características socioeconômicas (sexo, escolaridade, idade, estado civil, número de filhos, renda familiar, número de membros da família) dos alunos egressos dos cursos do Programa Jovem Aprendiz do SEST/SENAT, no ano de 2015, foi feito um exame das condições de vida, tentando compreender a análise do ambiente em que estes alunos estão inseridos.

Tal análise implicou o tratamento quantitativo na compilação dos dados coletados. Triviños (1987) salienta que este, por outro lado, é marcado mais que outros tipos de pesquisa qualitativa pela implicação do sujeito no processo e pelos resultados do estudo, por isso exigem severidade maior na objetivação, originalidade, coerência e consistência das ideias.

Centrou-se o estudo individualmente em cada aluno do Programa Jovem Aprendiz, para se compreender como o curso teve algum impacto em suas vidas após a conclusão, se houve absorção pelo mercado formal de trabalho destes alunos, pode-se considerar que se estudou uma unidade específica num sistema delimitado como a autora se refere abaixo.

Conforme os objetivos da investigação, o estudo de caso pode ser classificado de **intrínseco** ou **particular**, quando procura compreender melhor um caso particular em si, em seus aspectos intrínsecos; **instrumental**, ao contrário, quando se examina um caso para se compreender melhor outra questão, algo mais amplo, orientar estudos ou ser instrumento para pesquisas posteriores, e **coletivo**, quando estende o estudo a outros casos instrumentais conexos com o objetivo de ampliar a compreensão ou a teorização sobre um conjunto ainda maior de casos. Os pesquisadores devem buscar, a partir dessa categorização, tanto o que é comum quanto o que é particular em cada caso e o **resultado final** provavelmente mostrará alguma coisa original em decorrência de um ou mais dos seguintes aspectos: a natureza e o histórico do caso; o contexto em que se insere; outros casos pelos quais é reconhecido e os informantes pelos quais pode ser conhecido (VENTURA, 2007, p.384).

Utilizou-se, na fase inicial, o *estudo de caso* intrínseco ou particular, pois se procurou compreender melhor o caso de cada aluno em particular, em seus aspectos intrínsecos.

A *fase exploratória* da pesquisa, ou seja, o “momento em que se produz o projeto de pesquisa e todos os procedimentos necessários para entrada em campo”

(MINAYO, 2010, p. 26) iniciou-se em uma primeira etapa de coleta de dados através da pesquisa documental.

De acordo com Gil (2008), a pesquisa documental guarda estreita semelhança com a pesquisa bibliográfica. A principal diferença entre as duas é a natureza das fontes: na pesquisa bibliográfica os assuntos abordados recebem contribuições de diversos autores; na pesquisa documental, os materiais utilizados geralmente não receberam ainda um tratamento analítico (por exemplo, documentos conservados em arquivos de órgãos públicos e privados: cartas pessoais, fotografias, filmes, gravações, diários, memorandos, ofícios, atas de reunião, boletins etc.).

Neste momento, coletaram-se documentos como leis, dissertações e informações em sites institucionais que possam dar um panorama sobre os seguintes aspectos: a implantação do Programa Jovem Aprendiz no SEST/SENAT, o número efetivo de pessoas que tem se formado neste curso. Esta fase de pesquisa documental continuou nos primeiros momentos, após a aprovação do projeto, visto que, ainda existiam dados que deveriam ser reunidos em fontes documentais, especialmente no que diz respeito aos contatos dos egressos do Programa Jovem Aprendiz.

Já na fase de *trabalho de campo* da pesquisa, momento que, segundo Minayo (2010), consiste em levar para a prática empírica a construção teórica elaborada na primeira etapa (exploratória), a principal ferramenta de coleta de dados foi o questionário aberto.

Mas, sem dúvida alguma, o pesquisador qualitativo, que considera a participação do sujeito como um dos elementos de seu fazer científico, apóia-se em técnicas e métodos que reúnem características *sui generis*, que ressaltam sua implicação e da pessoa que fornece as informações. Neste sentido, talvez sejam a *entrevista semiestruturada*, a *entrevista aberta ou livre*, o *questionário aberto*, a *observação livre*, o *método clínico* e o método de *análise de conteúdo* os instrumentos mais decisivos para estudar os processos e produtos nos quais está interessado o investigador qualitativo. E isto sem desconhecer a importância de outros meios que, como as *autobiografias*, os *diários íntimos*, as *confissões*, as *cartas pessoais* etc., podem transformar-se em veículos importantes para que o estudioso atinja os objetivos que se propôs ao iniciar a desenvolver seu trabalho (TRIVIÑOS, 1987, p.138).

O questionário consiste num instrumento de coleta de dados, onde o informante escreve um elenco de questões, conforme Ruiz (1996). Para elaborar as

perguntas de um questionário, é indispensável levar em conta que o informante não poderá contar com explicações adicionais do pesquisador. Por esse motivo, as perguntas devem ser muito claras e objetivas.

O universo que foi pesquisado compreendeu 10 alunos concluintes do curso do Programa Jovem Aprendiz das turmas na qual foram ministradas as aulas por um período de dez dias, que se encaixaram nos seguintes critérios:

- a) Ter concluído o curso do Programa Jovem Aprendiz, no ano de 2015;
- b) Ser participante das turmas em que foram ministradas aulas no SEST/SENAT. Esses alunos são na maioria homens, com idade entre 14 e 24 anos que residem em Pelotas e que estudaram no turno da noite;
- c) Aceitar participar da pesquisa.

Os questionários foram agendados por telefone e em etapa posterior foi marcado o local, data e horário para o preenchimento dos mesmos. Assim, os questionários foram preenchidos, mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Durante todo o processo de pesquisa foi mantido sigilo a respeito da identidade das pessoas entrevistadas.

Com relação ao momento final da pesquisa, ou seja, a fase de *análise e interpretação de dados* – definida por Minayo (2010) como a etapa em que o pesquisador articula os dados coletados com seu referencial teórico – esta pesquisa utilizou a técnica de *Análise de Conteúdo*. Esta modalidade de análise, segundo Bardin (2009) consiste na análise de conteúdo, enquanto método torna-se um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens.

Foi utilizada a *Análise Temática*, que dentro da *Análise de Conteúdo* melhor se adapta a esta pesquisa. Esta técnica consiste em “descobrir os, núcleos de sentido que compõe a comunicação e cuja presença ou frequência de aparição pode significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido” (BARDIN *apud* MINAYO, 2010, p. 86).

Com base nos referidos autores, a análise e interpretação de dados desta pesquisa foram desenvolvidos através dos procedimentos que exponho de forma resumida abaixo:

- 1) Pré-análise: neste momento foi reunido e organizado todo o material levantado nos questionários, para realizar a *leitura flutuante* (BARDIN *apud* TRIVIÑOS, 1987, p.161). Esta primeira leitura teve por objetivo uma aproximação

com o material e organização preliminar dos dados. Nesta fase de imersão nos dados, foram lembrados os objetivos da pesquisa e os pressupostos teóricos para uma busca inicial por categorias de análise do material. Este momento deve trazer flexibilidade à pesquisa, tendo em vista que os pressupostos e os próprios objetivos iniciais poderão ser alvo de uma reorientação, havendo assim uma retomada da *fase exploratória* da pesquisa, pois a riqueza dos dados levantados pode dar luz a novas perguntas.

2) Exploração do material: Neste momento, os textos das falas, ou seja, as respostas das perguntas abertas, foram recortados em unidades de registro, isto é, as expressões que representem *núcleos de sentido* frente à matriz teórica da pesquisa. Por fim, essas expressões foram agrupadas em categorias de análise homogêneas. A escolha de categorias deve levar em conta que: todo o material do *corpus* da pesquisa precisa ser classificado; cada unidade de registro deve pertencer, exclusivamente, a uma categoria; a definição de cada categoria deve ser concreta e não expressa em termos abstratos, e as categorias devem ser adequadas aos objetivos da pesquisa.

Nas perguntas fechadas, as respostas foram transcritas de acordo com as categorias que foram agrupadas por homogeneidade, por exemplo: sexo, escolaridade, idade, estado civil, número de filhos, e etc. Utilizou-se o programa de tabulação de dados Excel para a geração dos gráficos (que foram apropriados ao formato da questão), e, por fim, analisaram-se os mesmos de acordo com os objetivos da pesquisa.

3) Tratamento dos dados e interpretação: nesta fase, em primeiro lugar foi feita uma descrição dos achados que foram possíveis na categorização. Tal descrição, “avança na busca de sínteses condicionantes e divergentes de ideias” (TRIVIÑOS, 1987, p. 161). Prosseguindo, buscou-se fazer a *inferência*, ou seja – através da articulação da superfície do material analisado com o referencial teórico construído ao longo da investigação – procurou-se fazer deduções lógicas. Fazer inferência, significa “reconstruir as representações partindo da dimensão sintática (“como algo é dito”) para a dimensão semântica (“o que é dito)” (BAUER *apud* MINAYO, 2010, p. 90).

A partir desses procedimentos iniciou-se a interpretação que deve ir além do *corpus* da pesquisa. De acordo com Triviños (1987) o pesquisador deve ir além do

conteúdo manifesto dos dados, buscando o *conteúdo latente* que eles trazem, ou seja, ideologias e tendências que estão presentes no objeto estudado.

2 O ESTADO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO

Neste capítulo abordaremos a constituição da educação como direito social, bem como a formação profissional e o mundo do trabalho que perpassa, sobretudo, a perspectiva neoliberal, explicitando o papel do Estado na origem do ensino profissionalizante, a partir da Lei da Aprendizagem (Lei 10.097/2000) e das entidades qualificadas em formação profissional.

2.1 A EDUCAÇÃO COMO DIREITO SOCIAL

Diversos autores debatem a origem e a denominação da instituição Estado. As considerações são contraditórias, enquanto alguns autores acreditam no “Estado em ação” (ARAÚJO, 2011), que seriam as Políticas públicas, enquanto outros enxergam o Estado Liberal que servia apenas para atender aos interesses políticos e econômicos das elites regionais. Entende-se que:

O debate sobre a origem da denominação e da instituição Estado é controverso. A utilização do termo “Estado” para designar especificamente a condição de posse permanente e exclusiva de um território e de comando sobre os seus respectivos habitantes é considerada por alguns autores emblema de uma situação nova de rompimento com os ordenamentos políticos precedentes e, por outros autores, é considerada na linha de evolução das instituições precedentes (ARAÚJO, 2011, p.282).

De acordo com a autora até a Revolução Francesa a educação era entendida como aperfeiçoamento individual, porém a partir desta Revolução a educação passou a ser dever moral de autoaperfeiçoamento sem referência a um conjunto de pessoas. Assim, a educação passa a ser compreendida como um dever moral de aperfeiçoamento social, assumindo a tipologia de uma responsabilidade coletiva. Essa passagem é importante porque assinala o elo entre a ideia de Estado e de educação que futuramente será a base para o seu entendimento como direito social e para a sua inscrição como um dos componentes da medida de igualdade social.

Segundo a autora o entendimento entre educação e estado, aconteceu quando a educação passou a ser entendida como direito social, e como Política pública do “Estado em Ação”, pois:

Esse entendimento da relação entre Estado e educação a partir da ideia de formulação de políticas públicas, da ideia do “Estado em ação” começou muito tardiamente no Brasil. A tradição liberal clássica do pensamento político brasileiro, representada por autores como Tavares Bastos e Rui Barbosa, nunca foi alheia à ideia de uma limitada intervenção estatal que, sem desconsiderar a ideia de direitos individuais e a extensão das liberdades, pudesse compensar tanto o atraso do país em matéria educacional, quanto à impossibilidade ou falta de vontade política para a criação de escolas (ARAÚJO, 2011, p. 283-284).

Não existe a possibilidade de se fazer referência ao Programa Jovem Aprendiz, foco de estudo deste trabalho, sem se falar em educação como direito social. Por isso, far-se-á um breve histórico de como a educação se instituiu como direito social.

O Estado desde os primórdios foi entendido como uma organização liberal que servia apenas para atender aos interesses políticos e econômicos das elites regionais, marcados pela concentração de terras, riquezas e saber (ARAÚJO, 2011).

Apenas a partir de 1930 foi criado o Ministério da Educação e Saúde que significou o reconhecimento, no plano institucional, da educação como uma questão nacional. Ato contínuo, o país teve uma série de reformas, medidas e debates de alcance nacional: em 1931 as reformas de Francisco Campos; em 1932, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, dirigido ao povo e ao governo no sentido da construção de um sistema nacional de educação; em 1934 a promulgação da Constituição que reconhecia a educação como direito, colocava a exigência de fixação das diretrizes da educação nacional e elaboração de um plano nacional de educação: durante todo o período de Vargas no poder, a edição das leis orgânicas de ensino (ARAÚJO, 2011, p. 284).

É possível perceber que vários acontecimentos fizeram com que fosse construído um sistema nacional de educação como direito, fixando diretrizes e elaborando um plano nacional de educação.

Porém, o impacto da inviabilidade e das políticas nacionais voltadas ao desenvolvimento econômico e as políticas de renda e de bem-estar social e o desgaste das instituições públicas (crise de governabilidade) fez com que a educação a partir de 1940 se configurasse como uma preocupação do mundo e tornou-se uma preocupação central a partir da década de 1940, fundamentalmente pela identificação entre nível superior de escolarização e ascensão social via emprego nas empresas e nos órgãos públicos. Observa-se, então, aquilo que Hobsbawn (1987) denominou como uma verdadeira “revolução social”, traduzida

num processo significativo de expansão das oportunidades de escolarização da população (ARAÚJO, 2011).

No período que compreende as décadas de 1930 a 1970 havia duas grandes correntes desenvolvimentistas: a nacionalista e a liberal. Essas duas correntes se fizeram presentes nos embates políticos em torno da polarização que assinalou o longo processo de debate e tramitação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira. Essa polarização entre o nacionalismo e o liberalismo, na verdade, esteve presente durante todo o período, desde o embate entre católicos e liberais na constituinte de 1933, pelo menos, e assumiu a forma do debate sobre o papel da educação no projeto de desenvolvimento do País. [...] Dessa forma, desconectam a escola de sua função social, visto que não levam em conta, por exemplo, a capacidade de inclusão que determinada instituição ou sistema de ensino possui. Ora, se a educação é um direito social de cidadania, desconsiderar que escolas ou sistemas que possuem uma necessária (ainda que desacertada) política de inclusão podem apresentar “maus resultados” exatamente por cumprirem o que a sociedade espera do processo de escolarização é uma questão muito séria que pode impactar negativamente nos esforços que vêm sendo realizados para garantir e efetivar o direito à educação de todos os brasileiros, que é o princípio basilar da *res publica* e da cidadania (ARAÚJO, 2011, p. 285- 286).

De acordo com a autora no período compreendido entre 1930 e 1970, surgiram as correntes nacionalistas e liberais, o que fortaleceu os embates políticos da época e o debate da Lei de Diretrizes e Bases de Educação Brasileira. Então, mais tarde, transformou-se em um debate sobre o papel da educação no projeto de desenvolvimento do país.

Assim, o processo de ampliação da educação escolar se deu em estreita correlação tanto com os ideais da sociedade do pleno emprego, quanto da sociedade organizada sob a proteção de um Estado intervencionista do ponto de vista econômico e social (ARAÚJO, 2011).

No Brasil o processo de afirmação dos direitos de cidadania (ainda inconcluso) irá conferir um grau maior de ambiguidade nas medidas de proclamação e de implementação do direito à educação, uma vez que apenas a partir de 1988 uma concepção universalista dos direitos sociais foi incorporada ao sistema normativo brasileiro e que o processo de afirmação dos direitos no país foi assinalado pela defasagem entre os princípios igualitários proclamados na lei e a realidade de desigualdade e de exclusão (TELLES, 1999) (ARAÚJO, 2011, p.287).

De acordo com a autora, somente a partir de 1988 foi dado um caráter universal a educação e então foi criado um sistema normativo, que garantisse aos

indivíduos direitos iguais, que estão descritos nas leis com o objetivo de dar fim à desigualdade e à exclusão.

A partir das recentes exigências da mundialização da economia e da configuração atual do Estado, a gestão educacional, principalmente no Brasil, passou a ser aplicada com o intuito de proporcionar um novo modelo de gestão, com características de qualidade é apresentado na Constituição Federal de 1988, que prevê mecanismos para tornar a educação um direito de todos. No art. 6º a Carta Magna "insere a educação como um dos direitos sociais" e no art. 205 "preconiza ser ela direito de todos". Este é o princípio de igualdade de todos perante a lei. (PORTES *et al*, 2011, p.6)

Segundo a Constituição Federal de 1988, Art. 205, art. 206 e art. 208:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; Art. 208. O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de: III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 a 6 anos de idade.

Sodré (2015, p.246) explica que:

E, mesmo reconhecendo tais direitos sociais, estabelece o estado, por meio de sua administração pública, restrições a sua efetivação, alegando desde um poder discricionário "divino" do administrador público, até uma pretensa reserva financeira do possível, mesmo quedando claro a ficção em que se tornaram os orçamentos públicos.

É possível perceber que apesar de ser um direito instituído pela Constituição Federal, ele não é cumprido amplamente, pois, nem todas as pessoas têm direito à educação, por falta de vagas desde as creches até o indivíduo formar-se. Além disso, percebe-se que na educação, no que tange ao atendimento educacional, existe uma distinção, seja por sexo, raça, condição social além de não ser disponibilizado um atendimento eficaz para os portadores de deficiência. Salienta-se que a educação é um dever do Estado e que junto com a sociedade deverá trabalhar no sentido do desenvolvimento do indivíduo e no seu preparo para a

cidadania e qualificação para o trabalho. Porém, nem sempre o Estado irá reconhecer tais direitos, através de seus governantes, e também por falta de orçamento público, e então a educação vai acabar sendo deixada de lado.

Segundo Sodré (2015, p.244):

Na garantia dos direitos sociais como saúde, moradia, educação, assistência social, alimentação adequada, etc., as políticas públicas, mais do que garantir certos bens da vida, devem estabelecer planos de inclusão social, efetivando o empoderamento dos grupos sociais excluídos, permitindo-lhes exercer com efetividade sua condição de cidadão pertencente a um espaço de argumentação.

Concorda-se com o autor (SODRÉ, 2015) quando ele explana que as Políticas públicas devem mais do que garantir certos bens de vida, oferecer planos de inclusão social para aqueles grupos mais excluídos da sociedade que só irão inserir-se e tornar-se cidadão quando tiverem direito à saúde, educação, moradia, alimentação e assistência social.

Segundo Araújo (2011, p.289):

De início, é preciso destacar que a expansão das oportunidades de escolarização no Brasil foi assinalada por uma ambiguidade fundamental: ao mesmo tempo em que havia um reconhecimento, no nível do discurso, da educação escolar como fator importante para o desenvolvimento econômico e social, ou seja, como projeto civilizador, o direito ao acesso e à permanência na escola elementar era negado tanto pelo sistema normativo, quanto pelos mecanismos de seleção intra e extraescolares.

Como já foi mencionado, ao mesmo tempo em que existe uma necessidade e o reconhecimento de um discurso em prol da escolarização, por outro lado existe uma negação do direito de acesso e permanência na escola elementar, tanto pelo sistema normativo, quanto pelo sistema de mecanismos de seleção intra e extraescolares.

De acordo com Araújo (2011, p. 291):

Se por um lado, hoje a educação é proclamada como direito do cidadão e dever do Estado e estamos, segundo o discurso oficial, muito próximos da universalização do acesso ao ensino fundamental, por outro lado, as representações sociais estão muito distantes das promessas de emancipação e de igualdade que estão na base do direito à educação. Dessa forma, a ruptura dessa racionalidade política excludente é o grande desafio histórico para esse século no que diz respeito à educação obrigatória e, se temos a definição jurídica da questão da responsabilidade social com a educação, ainda há um longo percurso quanto às representações sociais sobre os valores do direito, da igualdade e da inclusão.

Corroborar-se com Araújo (2011) quando indica que hoje a educação é proclamada como direito do cidadão e dever do Estado. Porém, se está muito longe de que se cumpram as promessas de emancipação e de igualdade que estão na base do direito à educação, e, ainda, se tem a representatividade jurídica da questão da educação. Sendo assim, há um longo caminho a percorrer quando se tratam das representações sociais sobre os direitos (a luta para que todos os indivíduos tenham um lugar na sociedade), a igualdade e a inclusão, que o direito a educação proporciona, de maneira a incluir o indivíduo na sociedade e proclamar sua cidadania.

Conforme afirma Araújo acima, é possível perceber que na sociedade as desigualdades de oportunidades bem como o acesso aos bens culturais e informativos, e principalmente as possibilidades do indivíduo no mundo do trabalho ainda é um sonho, longe de se concretizar, apesar de existirem leis que deveriam fazer com que todos fossem iguais, porém o que se tem hoje são cada vez mais os desiguais sendo tratados como iguais.

Dessa forma, desconectam a escola de sua função social, visto que não levam em conta, por exemplo, a capacidade de inclusão que determinada instituição ou sistema de ensino possui. Ora, se a educação é um direito social de cidadania, desconsiderar que escolas ou sistemas que possuem uma necessária (ainda que desacertada) política de inclusão podem apresentar “maus resultados” exatamente por cumprirem o que a sociedade espera do processo de escolarização é uma questão muito séria que pode impactar negativamente nos esforços que vêm sendo realizados para garantir e efetivar o direito à educação de todos os brasileiros, que é o princípio basilar da *res publica* e da cidadania (ARAÚJO, 2011, p.286).

Araújo (2011) refere-se acima aos programas que surgiram com o objetivo de controlar resultados e mostrar o que não está indo bem e o que está funcionando de maneira eficaz, porém mostrando através de números e conceitos como o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), a criação de indicadores como o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), a expansão (muitas vezes com sobreposição) dos testes padronizados em larga escala com ênfase no ranqueamento entre instituições e sistemas de ensino – Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), Prova Brasil e Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) que desconsideram os processos educativos e valorizam apenas os resultados obtidos.

Porque são utilizados para entender o significado dos principais índices e conceitos, usados na análise e categorias dos dados a serem interpretados em uma pesquisa ou investigação. A utilização de indicadores sociais apresenta-se imprescindível, uma vez que se trata de "um instrumento operacional para monitoramento da realidade social para fins de formulação e reformulação de políticas públicas" (JANNUZI, 2004, p. 15), os quais auxiliam no trabalho de planejamento, implementação, execução, avaliação de programas, projetos, pesquisas e serviços sociais. Portanto, o indicador social tem importante função exploratória no diagnóstico de situações concretas, na definição de metas prioritárias e no direcionamento de ações contínuas na medida em que, com o uso constante de indicadores adequados, estes oferecem informações concretas para o conhecimento da realidade e orientam as ações (PORTES, 2011, p.7).

É importante salientar que os indicadores são muito importantes para medir e verificar se realmente as Políticas Públicas estão funcionando, porém deve-se ter cuidado ao analisar pessoas com realidades e situações de vida diferentes, no que tange à sua realidade social. Pois ela tem direito à educação, está frequentando a escola, mas não se alimenta, pois não tem o que comer em casa, ou tem que dividir com sua família o pouco alimento que tem, tal indivíduo não pode ter o mesmo rendimento que outro que tem mais condições de vida e uma realidade totalmente diferente. Então, pode-se considerar que as políticas públicas devem agir também para que os indivíduos tenham moradia, cultura, lazer, estudo, alimento, para que somente assim a realidade de hoje possa ser transformada, ou seja, a realidade social dessas pessoas seja diferente e eles não caiam em esquecimento e nem sejam excluídos da sociedade em que vivem.

É importante salientar que antes da educação ser considerada como direito de todos, de acordo com a Constituição de 1988, o indivíduo deverá ter garantia de

condições mínimas de existência, pois se não houver, ele não poderá estudar e, posteriormente, se qualificar para o mercado de trabalho.

As condições mínimas de existência compreendem a moradia, a saúde, a cultura, o lazer, a alimentação e por fim a educação. As Políticas públicas têm como objetivo prestar todo o atendimento a essas necessidades com o objetivo de igualar todos os indivíduos e incluí-los na sociedade, tornando assim, a sociedade igual para todos e minimizar a pobreza.

Sendo assim, a inserção do jovem no mundo do trabalho está inteiramente relacionada com a educação enquanto direito social, com o Estado e as Políticas Públicas de Educação, pois para que se possa analisar o jovem e o mercado de trabalho é preciso que se faça uma breve análise do contexto onde ele está inserido.

Com efeito, as mudanças demográficas recentes, assim como o impacto das políticas de proteção social e as voltadas para o mercado de trabalho, estão exercendo importante papel sobre a forma e as condições pelas quais os jovens brasileiros estão se inserindo no mercado de trabalho nacional. Ante o dinamismo do mercado de trabalho, as mudanças demográficas, na proteção social e trabalhista, observam-se, em tese, melhores condições tanto para a inserção laboral do jovem brasileiro quanto para a redução das elevadas taxas de atividade desse segmento (SANTOS; GIMENEZ, 2015, p.153).

Sabe-se que as transformações pelas quais os jovens estão passando, bem como pelo dinamismo do mercado, aliado à questão demográfica, os Programas de incentivo à formação profissional estão possibilitando melhores condições de inserção no mercado de trabalho do jovem no mercado brasileiro.

A análise do processo de inserção do jovem no mercado de trabalho brasileiro não pode ser dissociada das características concentradoras e excludentes do processo de desenvolvimento socioeconômico brasileiro, responsável pela construção de uma das nações com os mais elevados índices de desigualdade econômica, regional e entre diversos segmentos da sociedade. Aos negros e seus descendentes – e também aos mestiços – o significado da “libertação” foi a da liberdade para escolherem algumas das formas possíveis para continuarem marginalizados e excluídos dos benefícios promovidos pela economia cafeeira e pelo lento processo de diversificação da estrutura produtiva e social (FERNANDES, 2008) (SANTOS; GIMENEZ, 2015, p.154).

A análise inicial que fazem Santos e Gimenez (2015) partem de que a inserção do jovem no mercado de trabalho não pode ser separada do meio

socioeconômico onde estão inseridos, e também considerando o Brasil como um dos países mais desiguais e excludentes, onde para os negros e seus descendentes e também para os mestiços, o significado de libertação, foi uma forma de continuarem marginalizados e excluídos do que era oferecido pela sociedade, na época, uma economia cafeeira, e pela demora de diversificação da produção e da sociedade.

No Brasil da República Velha tinha-se uma população muito jovem, além do mais, era um país pobre com uma renda per capita baixa e fortemente concentrada, isso fez com que devido a pobreza das famílias e redução de ofertas educacionais para os menos privilegiados, os jovens fossem então obrigados a buscarem trabalho, com ocupações que variavam desde a área rural, como assalariados em ocupações de trabalho manual, com jornadas de trabalho exaustivas, rendimentos precários, ocasionando acidentes de trabalho (SANTOS; GIMENEZ, 2015).

O crescimento econômico acelerado e o avanço da industrialização produziu uma migração rural urbana das mais intensas do século XX. Entre 1950 e 1980, quase 40 milhões de brasileiros deixaram o campo e migraram para as áreas urbanas em busca das oportunidades geradas pela industrialização, fortemente concentradas na região Sudeste do país, particularmente na Região Metropolitana de São Paulo (SANTOS; GIMENEZ, 2015, p.155).

Devido à industrialização que aconteceu de modo acelerado, houve transformações econômicas e sociais, o que fez com as pessoas que moravam na zona rural fossem embora para a cidade em busca de empregos gerados pela indústria.

Conforme a interpretação de João Manuel Cardoso de Mello e Fernando Novais (2009), a constituição desse modelo extremamente dinâmico e concentrador fora determinada pela ordem política instaurada no país a partir do golpe militar de 1964 que “produziu, ao longo de seus vinte e um anos de vigência, uma sociedade deformada e plutocrática”. Viu-se, assim, a permanência de constrangedores níveis de desigualdade, pobreza, analfabetismo, mortalidade infantil, entre outras mazelas, em meio a um acelerado crescimento econômico, processo que Maria da Conceição Tavares e José Carlos de Assis (1985) denominam como uma “modernização conservadora” do regime autoritário entre 1964-1985 (SANTOS; GIMENEZ, 2015, p.155).

Para os autores, esse novo modelo mais dinâmico que foi instaurado a partir do golpe militar de 1964, o *status* da população que continuou em desigualdade social, com níveis de pobreza altos, mortalidade infantil e analfabetismo, se misturaram a um crescimento econômico eminente.

Segundo Santos e Gimenez (2015, p.156):

Assim, no início da década de 1980, a taxa de participação dos jovens brasileiros no mercado de trabalho era uma das mais elevadas da América Latina, maior em comparação a muitos países com mesmo grau de desenvolvimento e incomparavelmente superior aos países desenvolvidos.

Já então na década de 1980, com uma sociedade urbana e industrial, e como a oitava economia do mundo em 1980, os jovens brasileiros participavam ativamente do mercado de trabalho comparado a muitos outros países no mesmo nível de desenvolvimento.

No período 2004-2010, a economia brasileira apresentou uma taxa média de crescimento do PIB de cerca de 4%, com fortes impactos positivos sobre a geração de ocupações, o crescimento do emprego formal, a elevação dos salários (especialmente os mais baixos), a redução da participação da ocupação informal na estrutura ocupacional e uma forte redução do desemprego (BALTAR *et al.*, 2010; SANTOS, 2011). Os dados do conjunto das regiões metropolitanas investigadas mensalmente pelo IBGE mostram uma tendência semelhante, mesmo quando se considera o período 2003-2013. No entanto, esses dados mais atualizados (2014-2015) apontam para uma queda da população ocupada nas metrópoles, estagnação do processo de ampliação da formalização e forte elevação do desemprego (SANTOS; GIMENEZ, 2015, p.157-158).

Como foi exposto acima, no período de 2004-2010, a economia brasileira com o aumento do PIB alavancou, houve um aumento nos empregos formais, e um aumento também nos salários, assim como uma forte redução do desemprego. Em comparação com o período de 2003-2013, o mesmo aconteceu segundo dados do IBGE, porém no período de 2014-2015 acontece o contrário, queda da população nas cidades maiores, uma alta taxa de desemprego e uma estagnação na formalização dos empregos.

Segundo Santos e Gimenez (2015) as transformações das Políticas Públicas no Brasil na última década, especificamente das políticas sociais brasileiras, foram fatores imprescindíveis para a diminuição da elevada taxa de atividade do jovem no

mercado de trabalho brasileiro. Também tiveram efeitos importantes e positivos sobre as condições de inserção do jovem no mercado de trabalho cada vez mais dinâmico.

De acordo com os autores, a evolução do sistema educacional na última década é o ponto mais importante quanto à inserção dos jovens no mercado de trabalho. Considera-se também a expansão do ensino superior como um dos fatores relevantes para a inserção dos jovens no mercado de trabalho. Os dois grandes fatores que foram importantes para a expansão do ensino superior foi o PROUNI e o FIES (que serão analisados posteriormente neste trabalho).

Nas condições atuais do mercado de trabalho brasileiro, a demanda por profissionais com formação técnica indica que a expansão do ensino médio profissionalizante é uma importante alternativa para a política pública no Brasil. Segundo dados do Ministério da Educação, em 2013, pouco mais de 10% das vagas no ensino médio brasileiro eram vagas no ensino técnico-profissionalizante. Com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, o governo federal criou em 2011 o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) que oferece cursos gratuitos nas escolas públicas federais, estaduais e municipais, nas unidades de ensino Senai, Senac, Senar, Senat, e também em instituições privadas de ensino superior e de educação profissional técnica de nível médio. A partir de sua criação, o programa atingiu 8 milhões de matrículas em dezembro de 2014, sendo 2,3 milhões em Cursos Técnicos e quase 6 milhões em cursos de Formação Inicial e Continuada (SANTOS; GIMENEZ, 2015, p.162).

Uma constatação dos autores, citada acima, ainda hoje é muito relevante, quando eles dizem que a demanda por profissionais somente com formação técnica indica que as políticas públicas neste ramo devem se efetivar. Com o objetivo de aumentar as vagas no ensino técnico profissionalizante, o governo criou o PRONATEC, que oferta cursos gratuitos em instituições públicas, privadas e do sistema “S”. Com esses cursos o governo teve um aumento considerável nas matrículas em 2014 em cursos técnicos e em cursos de formação continuada. Salienta-se que esses cursos preparam mais rapidamente os jovens para o mercado de trabalho, principalmente aqueles que estão em vulnerabilidade social, incentivando-os a continuar estudando.

Apesar de considerar que existem fatores que indicam para as dificuldades dos jovens brasileiros em estudar e trabalhar, são nítidas as melhorias nas condições de inserção laboral e de acesso ao sistema de ensino na última década.

O avanço de um conjunto de políticas públicas nos anos 2000 cumpriu papel fundamental na ampliação da proteção social dos indivíduos e famílias e, portanto, melhorando as condições de inserção do jovem no mercado de trabalho (SANTOS; GIMENEZ, 2015).

De acordo com os autores, foram lançadas também políticas sociais com o objetivo de melhorar a vida tanto dos jovens como de todos os indivíduos, dentre eles, o Programa Minha Casa Minha Vida, que proporcionou habitação a milhões de pessoas que antes viviam de aluguel ou com familiares, e o Programa Bolsa Família que proporcionou melhores condições de vida aos indivíduos em extrema pobreza. (SANTOS; GIMENEZ, 2015).

Em conjunto, um comportamento demográfico mais favorável, um mercado de trabalho dinâmico e o avanço de políticas públicas em áreas importantes da proteção social conformaram um cenário favorável à inserção mais adequada dos jovens brasileiros na vida laboral. Sem ainda superar problemas históricos, como a elevada taxa de participação dos jovens num mercado de trabalho estruturado com baixos salários, o enorme contingente de trabalhadores desprotegidos, a baixa qualidade do ensino em todos os níveis do sistema de educação, os graves problemas urbanos com impactos inequívocos sobre a questão habitacional e a segurança dos jovens, entre outros, a forte desaceleração da economia brasileira a partir de 2013, com efeitos evidentes sobre o ritmo de geração de empregos e sobre a arrecadação fiscal – portanto, sobre as condições de financiamento das políticas públicas – coloca em questão todas as relações virtuosas aqui indicadas entre economia, mercado de trabalho e políticas públicas, que favoreceram os jovens brasileiros entre 2004 e 2012 (SANTOS; GIMENEZ, 2015, p.164).

É possível afirmar que dentro de um contexto histórico, onde os jovens têm uma baixa taxa de participação no mercado de trabalho com salários abaixo da média, com trabalhadores desprotegidos da previdência social, com a péssima qualidade de ensino em todos os graus, com a questão da moradia e da segurança inadequadas e a diminuição da arrecadação fiscal, pois estes são problemas recorrentes e que fica cada dia mais difícil resolvê-los.

2.2 A FORMAÇÃO PROFISSIONAL E O MUNDO DO TRABALHO

Quando se pensa no mundo do trabalho e a formação profissional não se pode deixar de mencionar os diversos significados existentes para formação profissional.

Saviani (2006) ao discutir o vínculo ontológico-histórico existente na relação trabalho e educação cita que são atividades especificamente humanas, pois, apenas o ser humano trabalha e educa e ainda nessa perspectiva amplia o questionamento que fundamenta sua análise, ao discutir que o ser humano possui características e propriedades que lhe permitem trabalhar e educar (LUZ, 2015, p.39).

De acordo com o autor, a atividade especificamente humana vem do ser humano que trabalha e educa e somente ele possui a especificidade que lhe permitem trabalhar e educar, considerado por Saviani um diferencial. Para Saviani (2006), a emergência histórica da separação entre trabalho e educação deu-se a partir do controle privado da terra o que proporcionou aos proprietários viverem do trabalho alheio, fato que provocou uma divisão também na educação (LUZ, 2015).

Segundo Saviani:

Ora, essa divisão dos homens em classes irá provocar uma divisão também na educação. Introduce-se, assim, uma cisão na unidade da educação, antes identificada plenamente como o próprio processo de trabalho. A partir do escravismo antigo passaremos a ter duas modalidades distintas e separadas de educação: uma para a classe proprietária, identificada como educação dos homens livres, e outra para a classe operária, identificada como a educação dos escravos e serviçais (SAVIANI, 2006, p. 155).

A educação passa a ser separada de acordo com a classe a que o indivíduo pertence, ou seja, uma educação livre para a classe proprietária e uma educação operária para os escravos e serviçais. Em face ao capitalismo, ocorrerão mudanças ainda mais significativas no mundo do trabalho, pois:

O modo de produção capitalista provocará decisivas mudanças na própria educação profissional e colocará em posição central o protagonismo do Estado, forjando a ideia da escola pública, universal, gratuita, leiga e obrigatória, cujas tentativas de realização passarão pelas mais diversificadas vicissitudes (SAVIANI, 2006, p. 155).

O modo de produção capitalista modificará a educação profissional e colocará numa posição mais expressiva a figura do Estado, escondendo a ideia de escola pública, universal, gratuita, leiga e obrigatória.

Em face às novas mudanças que hoje acontecem no nosso cotidiano, é necessário repensar um novo tipo de formação profissional que se adapte ao mundo do trabalho que se apresenta. Para isso, Martino possui a seguinte definição de trabalho:

Etimologicamente o termo trabalho aparece com dois diferentes significados: o primeiro derivado de tripalium, como sinônimo de tortura, escravidão e mais tarde passou a utilizar a ideia de esforçar-se, exercer um ofício, o segundo significado está relacionado com a ideia de orientada para um fim, construção e transformação (MARTINO, 2001, p. 10).

Hoje se apresenta uma distinção muito grande no que se refere ao termo utilizado para nomear aquela pessoa que trabalha, pode-se chamá-lo de empregado (aquele que tem um emprego) ou ainda de funcionário (aquele que exerce uma função). O termo empregabilidade começa a ser substituído por trabalhabilidade, ou seja, antes os indivíduos eram capacitados para serem absorvidos pelo mercado de trabalho, agora passam a ser capacitados para se automotivar em busca de uma oportunidade de emprego (MARTINO, 2001).

Além disso, nessa nova realidade não se pode esperar que apenas uma pessoa/instituição seja responsável pela qualificação desse profissional, é necessário uma articulação entre os três poderes além da esfera privada, para que se tenham indivíduos com uma formação adequada a esse novo mundo do trabalho (MARTINO, 2001).

Portanto, não podemos deixar de considerar que nossa vida em sociedade está estruturada com base no emprego tradicional, o que consiste em um agravante da situação. Desde crianças ouvimos falar na importância do trabalho e nos preparamos para escolher o que queremos ser quando adultos, aprendendo a nos auto definir em função de um emprego. Sua importância transcende a questão econômica e envolve a auto-estima, o que explica os inúmeros casos de depressão em desempregados. É fácil compreendermos o trabalho se considerarmos que ele faz parte dos projetos de vida das pessoas, o que dificulta o fato de programá-lo em sua total ausência (MARTINO, 2001, p. 14-15).

Desde cedo se ouve falar na palavra trabalho, mas não se tem ideia do que ela representa para a vida, além de um emprego, uma oportunidade profissional, mas também uma forma de sustento. Além disso, como é dito pela autora acima, quando se compreender o real significado da palavra trabalho e se sentir a ausência dele, ele é considerado um projeto de vida, podendo em alguns casos, levar à depressão, como muitos desempregados que são impossibilitados de estar no mercado de trabalho.

Saviani (2011) aponta para outra definição de trabalho, uma forma contemporânea do trabalho caracteriza-se na necessidade do capital, que exige um trabalho cada vez mais diversificado, e afirma:

Quando concebemos a forma contemporânea do trabalho, não podemos concordar com as tezes que desconsideram o novo processo de interação entre *trabalho vivo* e *trabalho morto*. Hoje o capital necessita cada vez menos do trabalho *estável* e cada vez *mais* das diversificadas formas de trabalho parcial ou *part-time*, terceirizado, os *trabalhadores hifenizados*, que se encontra em explosiva expansão em todo mundo (SAVIANI, 2011, p. 120).

Percebe-se cada vez mais o desaparecimento do trabalhador tradicional, e cada vez mais a existência do trabalhador terceirizado, que trabalha em casa, ou que trabalha por produção, tendo em vista a necessidade do capital e não do indivíduo trabalhador de antigamente (LUZ, 2015).

A partir dos anos 1990, novas exigências educacionais passam a ser buscadas pelo mercado, tal fato pode ser observado na educação brasileira, a partir da estrutura curricular de educação básica, do ensino médio e da educação superior. Essa nova educação é pensada para se alinhar às novas exigências da competitividade do mercado capitalista e da economia de larga escala. As demandas econômicas, além de intensas, foram caracterizadas pela necessidade de articulação do Estado à economia nas mais diferentes frentes e de forma significativa na educação (LUZ, 2015).

Raymundo Faoro (1994), cita que modernidade decorre de um movimento espontâneo da sociedade, da economia, capaz de modificar o papel dos atores sociais e de revitalizar a vida social, econômica, cultural e política dos indivíduos, grupos e classes sociais. Enquanto que modernização é uma reforma do alto, implementada por um grupo ou classe dirigente que procura adequar a sociedade vista como atrasada ao modelo dos países avançados. Tem um caráter voluntarista, alguma dose de imposição. Segundo Faoro (1994), a modernização "chega à sociedade por meio de um grupo condutor que, privilegiando-se, privilegia os setores dominantes" (LUZ, 2015, p.43).

Luz (2015) explica que no mundo que se vive atualmente, existe um movimento da sociedade espontâneo no sentido de modificar os atores sociais que dela fazem parte. Ele faz uma comparação com países mais desenvolvidos economicamente que o Brasil, dizendo que à medida que a modernização chega até a sociedade por meio de várias pessoas condutoras, eles estão se privilegiando e assim privilegia o setor dominante.

No momento em que a mudança na legislação educacional brasileira reconfigura o modelo vigente no País, as transformações no meio produtivo passam a valorizar os componentes intelectuais do trabalhador, levando à redução do uso das habilidades manuais, o que destaca por sua vez o crescimento da educação continuada e permanente. Assim, percebe-se que, tanto nos setores produtivos quanto na área de serviços, os novos modelos organizacionais têm-se pautado principalmente numa incidência, a saber: a) quanto à introdução de novos desafios profissionais; b) a programas de qualificação profissional mais geral com relação ao seu conteúdo e à sua forma; c) a novas concepções de gestão da educação com forte valorização dos conteúdos gerais relacionados à educação básica e à universalização do ensino e d) à adoção de políticas públicas voltadas para a inserção de pessoas no mundo do trabalho. Nessa nova concepção das relações de trabalho, os programas de qualificação profissional com componentes e conteúdos mais gerais, visando o envolvimento tanto dos trabalhadores quanto dos jovens, aliado à adoção de políticas públicas voltadas à inserção de pessoas, ganham destaque significativo e dessa forma têm aproximado a educação profissional, a educação básica, as relações de trabalho e a adoção de políticas públicas, sem, contudo, responder plenamente às questões sociais existentes no Brasil (LUZ, 2015, p.45-46).

O autor explana que na medida em que ocorrem mudanças na legislação educacional, é necessário também que haja mudanças nos setores produtivos e que se valorizem muito mais as características intelectuais dos indivíduos do que o "saber fazer", ou seja, as características manuais, e assim se tem um aumento na educação continuada e permanente oferecida pelo Governo Federal. Nesse novo contexto ganham destaque os programas profissionais que visam conciliar teoria e

prática, a educação básica e as relações de trabalho, para preparação e posteriormente a inserção no mercado de trabalho de jovens e trabalhadores, cujo foco visa o Programa Jovem Aprendiz.

2.3 O NEOLIBERALISMO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO

O Neoliberalismo e as políticas públicas no mundo do trabalho vêm de encontro ao objeto desta pesquisa, que é o Programa Jovem Aprendiz, pois o neoliberalismo é um conjunto de ideias políticas e econômicas capitalistas que defende a não participação do Estado na economia. Para essa doutrina, deve haver total liberdade de comércio (livre mercado), pois este princípio garante o crescimento econômico e o desenvolvimento social de um país. Já as Políticas públicas, são as políticas de responsabilidade do Estado que surgem como uma maneira de melhorar a vida dos indivíduos seja através da educação, da saúde, da cultura e da alimentação.

Nos anos 70, associado à queda da taxa de lucro, a saturação do modelo de produção taylorista/fordista, em função das greves dos trabalhadores e da crise do Estado do Bem-Estar Social, ocorreu um quadro de tensão no tecido social do capital. E sabendo-se que o tripé Capital, Estado e Trabalho sustentam as relações de reprodução capitalista, aponta Antunes (2005), que, a crise dos anos 70, ao afetar cada um destes elementos constitutivos, impõe a necessidade de se buscar alternativas que refletissem em mudanças, de forma simultânea em cada campo (PORTES, 2011, p.2-3).

Nessa perspectiva e entendendo que o tripé Capital, Estado e Trabalho sustentam as relações de produção e na necessidade de responder a crise que ora se apresentava, foi necessário uma reorganização do sistema que acabou com o advento do Neoliberalismo e com o campo estatal. Foi necessária uma reflexão sobre possíveis mudanças no Capital, Trabalho e Estado, buscando opções para que houvesse uma saída da crise de 70.

Com esse novo papel do Estado (Estado mínimo), surge um conjunto de medidas, ações políticas, legais e institucionais que consolidam, a partir da segunda metade da década de 90, a retirada do Estado de diversas atividades econômicas e mesmo da liderança na condução de políticas públicas. É uma espécie de subtração de soberania do Estado levada a efeito pela globalização econômica e financeira. Nesta conjuntura, a nova face do processo de descentralização de políticas sociais no Brasil é considerada também pelas decisões impostas por organismos internacionais de financiamento, representantes do interesse do capitalismo central, acreditando que descentralizar é uma forma de desonerar o governo central, dando às funções do Estado uma espécie de caráter menor (PORTES, 2011, p. 4).

Apesar do surgimento do Estado mínimo, e de medidas e ações que retiram do Estado diversas atividades econômicas também na condução de políticas públicas, a receita imposta pelo neoliberalismo que foi aceita e adotada pelos países periféricos, conduz o papel do Estado com receita padrão: é executada pela maioria dos países latino-americanos, incluindo o Brasil, a partir dos anos 90, permitindo, em maior ou menor escala, apesar de suas grandes desigualdades e heterogeneidade a estabilização da moeda e algum crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) (PORTES, 2011).

As Políticas públicas têm ligação direta nessas contradições, tendo em vista que o Estado também está sob o domínio e atuação dos governos externos.

Além da atuação dos governos nacionais, faz parte de um processo de governança mais amplo. Neste aspecto, além da economia, outras esferas sociais, entre elas a educação, subordinam-se aos critérios globais, porque para o neoliberalismo, a educação tem um papel estratégico e fundamental no desenvolvimento econômico, através da produção do "capital humano", necessários ao desenvolvimento neste recorte do capitalismo (PORTES, 2011, p. 5).

De acordo com Portes (2011), no neoliberalismo o importante é a reprodução de capital humano, que são aquelas pessoas que vão trabalhar e gerar renda, pois no capitalismo o interesse é de que haja trabalho (para a classe menos privilegiada) com o objetivo de atender e privilegiar uma parcela única da população: a burguesia que possui o objetivo de adquirir lucro, ou seja, pagam um salário para que as classes menos privilegiadas trabalhem em troca de um salário muito baixo, pois o lucro vai para as mãos dos mais privilegiados.

De acordo com a mundialização da economia e a nova configuração de estado, começou a se tentar aplicar o que está preconizado na Constituição Federal

Brasileira de 1988, no que tange à gestão educacional, que salienta que a educação é um direito de todos e que insere a educação como um direito social. Porém, como já foi relatado, o discurso é sempre o mesmo, mas a dificuldade de colocá-lo em prática é o mais difícil, tendo em vista que as diferenças são muito grandes, seja por nível social-econômico, seja por desníveis de acesso muito grandes, e principalmente pela dificuldade de inserção do indivíduo no mundo do trabalho. Uma vez que se deve considerar a igualdade entre todos os indivíduos, isto também não se concretiza, pois os diferentes não são tratados igualmente (PORTES, 2011).

Com o propósito de se entender de que maneira acontecem às mudanças no mundo do trabalho, é necessário que se pense como se dá o desenvolvimento das atividades, no que diz respeito às relações sociais e econômicas e na educação para o trabalho. Para isso Luz destaca que:

Nesse entendimento, dois aspectos tornam-se pontos iniciais de discussão dessa pesquisa: o primeiro, baseado na concordância com Saviani (2002), quando afirma não ser possível compreendermos radicalmente a história da sociedade contemporânea e a história da educação sem entendermos o movimento do capital; o segundo, centra-se na tentativa de percebermos as implicações das políticas públicas nas transformações do mundo do trabalho, de modo que isso nos permita apreendermos elementos mais sólidos para a compreensão da educação e da qualificação profissional no atual momento histórico (LUZ, 2015, p. 24).

O que o autor explica é que não é possível entender a história da sociedade contemporânea e a história da educação, sem entender o capital e também no sentido de verificar de que maneira as políticas públicas influenciam na educação e na qualificação profissional.

É necessária uma análise do mundo do trabalho especificamente, e em particular, como as políticas públicas estão influenciando o mundo do trabalho e a qualificação profissional, tendo em vista as diversas mudanças que acontecem diariamente nos hábitos de consumo, configurações geográficas e geopolíticas (LUZ, 2015).

Diante dessas considerações iniciais, os modelos de produção capitalistas tornam-se pontos de análise imprescindíveis, quando se discute a relação entre a educação e o trabalho na atualidade. Ou seja, analisar o mundo do trabalho pressupõe, também, analisar os aspectos relacionados à influência neoliberal na atualidade, tendo por base o objetivo de subsidiar a percepção da importância da educação como meio de preparo para o exercício da cidadania e de qualificação para o trabalho, bem como o papel do Estado como grande instituidor (LUZ, 2015, p. 25).

Conforme o autor, os modelos de produção capitalista acabaram sendo decisivos quando se analisa e discute a relação entre educação e trabalho, pois analisar esse modelo implica também em analisar aspectos ligados à influência do neoliberalismo na atualidade, tendo como objetivo embasar a importância da educação como meio de preparação do indivíduo cidadão e de qualificação para o trabalho.

Considerando a sociedade atual um resultado de sucessivas revoluções no sistema capitalista que, inclusive, implicaram mudanças nos processos de produção e nas relações de trabalho e que, por consequência, transformaram a vida social, percebe-se que as mudanças nas exigências do perfil do trabalho têm levado às pessoas a dedicar-se a atividades que cada vez mais requerem um perfil especializado (LUZ, 2015, p. 29).

Segundo o autor relata acima, as diversas mudanças no sistema capitalista, trouxeram também à tona às mudanças nos processos produtivos e nas relações trabalhistas, conseqüentemente, essas mudanças tornaram os indivíduos mais dedicados às atividades que estão exigindo cada vez mais um perfil especializado.

Segundo Luz (2015), é importante analisar o contexto de formação da política neoliberal que ganhou força a partir do final do século XX, tanto nos países centrais, quanto nos periféricos, a exemplo do Brasil, e influenciou decisivamente a elaboração e a implementação das políticas públicas brasileiras nos mais diversos campos.

No campo das relações de trabalho, isso tem se apresentado por meio do processo de exclusão de trabalhadores que, a exemplo da classificação, “não qualificado”, não são aceitos em postos de empregos formais, assim como se verifica também a intensificação de práticas que têm como consequência a precarização das relações de trabalho (LUZ, 2015, p.31-32).

O autor explica acima que existe um processo de excluir os trabalhadores que não são qualificados, pois não são aceitos em empregos formais assim como se pode notar também uma intensa movimentação de práticas em prol da precarização do trabalho.

Especificamente a partir da segunda metade do século XX, na década de 80, o neoliberalismo ganha efetividade e reconhecimento, principalmente devido ao crescimento dos níveis concorrenciais entre as empresas e até mesmo países, assim como pelo capitalismo que, por sua vez, consolidava-se como sistema e desfrutava de maior liberdade para determinar as regras do jogo econômico em escala mundial. Assim, o sentido representativo do fortalecimento da liberdade do capital, da nova ordem econômica influencia a sociedade como um todo, estando vigente até os dias de hoje (LUZ, 2015, p.32).

De acordo com o autor, a partir da segunda metade do século XX, o neoliberalismo se firma e é reconhecido, principalmente devido ao aumento do capitalismo, que se consolidava como sistema e tinha maior liberdade para ditar as regras econômicas em termos mundiais, assim a liberdade de capital, da nova ordem econômica que influencia a sociedade como um todo, presente até os dias atuais.

A doutrina neoliberal, no que se relaciona às questões que envolvem a educação, tem demonstrado interesse em percebê-la como um meio de ganho, relegando o caráter de que esta pertence principalmente ao campo social e político, proporcionando a visão de que se trata também de uma relação de consumo, em que a educação tem sido vista como negócio (LUZ, 2015, p. 34).

O neoliberalismo quanto à questão da educação em si, demonstra interesse em tê-la como meio de ganho, contraditoriamente o caráter que ela pertence ao campo social e político, na realidade se trata de uma relação de consumo, a educação é vista como um negócio.

Nesse entendimento, o interesse neoliberal tem configurado cada vez mais a educação com objetivos delineados à preparação para o trabalho e ao desejo de qualificação apto à competição. Os sentidos de rompimento das relações de trabalho como algo inerente ao ser humano tornam-se ainda mais evidentes; a definição de comunidade não prevalece frente ao de sociedade, e esse rompimento traz a marca, conforme as afirmações de estratificação de classes (LUZ, 2015, p. 35).

O neoliberalismo tem se mostrado cada vez mais preocupado com a educação no sentido de preparação para o trabalho e ao desejo de qualificação, com indivíduos competindo entre si. Existe um rompimento das relações de trabalho, onde não existe mais sociedade e nem comunidade.

Conforme Luz (2015) o campo da educação se organizou para atender às demandas neoliberais, porém sem haver um pensamento de formação cidadã. Há formação para o mundo do trabalho, e no campo das políticas públicas isso se fortaleceu a partir da regulamentação da educação profissional, formulada a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96).

No conjunto das políticas públicas criadas sob essa concepção, no que diz respeito à educação básica e profissional, tem se processado por meio de programas contingenciais, a exemplo destes: Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA); Inclusão de Jovens (PROJOVEM); Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico (PRONATEC), todos no âmbito do Ministério da Educação (MEC) e; PROGRAMA JOVEM APRENDIZ, de competência exclusiva do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Em meio a essa nova conjuntura, no ano de 2000, foi sancionada a Lei Federal nº 10.097, “Lei da Aprendizagem”, que mantém conceitualmente o sentido da aprendizagem, em caráter ainda metódico e industrial como estratégia pedagógica para o aprendizado, baseada nos novos modos de produção (LUZ, 2015, p. 36).

O autor expõe acima alguns programas do Governo Federal que são considerados Políticas Públicas, como por exemplo: Projovem (Programa de Inclusão, Qualificação e Ação Comunitária), Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, Programa Jovem Aprendiz (foco de estudo deste trabalho), como forma de aprendizagem, e então foi sancionada a Lei da Aprendizagem, que tem o sentido básico de aprendizagem, com caráter metódico e industrial com o objetivo de preparar os indivíduos para o modo de produção atual.

Contudo, as ações e realizações desses programas podem não representar, de fato, a inserção no mundo do trabalho, haja vista que não há garantia real do trabalho, principalmente porque a própria doutrina neoliberal não concebe essa intervenção por parte do Estado; ao contrário, visa antes de tudo a flexibilização das relações de trabalho, a caracterização do espírito empreendedor pautado na livre iniciativa em detrimento da realização de políticas de cunho estrutural (LUZ, 2015, p. 37).

Como já foi dito anteriormente neste trabalho, o autor ratifica que a realização destes programas não coloca o indivíduo no mundo do trabalho, até porque o neoliberalismo não permite a intervenção do Estado. Contrariamente, visa antes de tudo, à flexibilização das relações de trabalho, e o espírito empreendedor embasado na livre iniciativa ao invés da realização de políticas estruturais.

A educação para o trabalho, nas mais diferentes manifestações, é sempre indispensável, seja qual for a idade ou o tipo de escolaridade na qual se encontre aquele que se educa, mas o que não se pode operar é uma relação entre educação e emprego. Mais viável, o estabelecimento de fortes laços entre educação e trabalho, de forma a não permitir que as relações de cunho meramente capitalista possam vir comandar as ações de formação básica da população não ocorrerem por acaso. À medida que uma legislação veio substituir a outra, notou-se que estrategicamente o Estado brasileiro acabou intermediando a relação entre capital e trabalho, como vem fazendo até os dias de hoje (LUZ, 2015, p. 38-39).

Segundo o autor, a educação para o trabalho é extremamente importante, seja qual for a faixa etária ou o tipo de escolarização, o que não pode acontecer é uma relação de educação e emprego, não é possível que os laços da educação e trabalho sejam meramente capitalistas e que essas relações comandem as ações da formação básica da população.

2.4 O ESTADO E A ORIGEM DO ENSINO PROFISSIONALIZANTE NO BRASIL

Ao fazer a revisão bibliográfica deste estudo, é importante salientar, dentre outros temas transversais, a temática principal do estudo proposto, a qual tem como norte: a relação da educação e trabalho na elite e nas classes mais pobres, além disso, é preciso discutir qual o papel da educação e do trabalho para as elites e para os pobres. Para tal, iniciar-se-á fazendo um resgate histórico de como a educação foi se constituindo e depois se incorporando ao modelo que se apresenta hoje, na fase atual do capitalismo.

Considerando o exposto e tendo em vista que o Programa Jovem Aprendiz tem como essência o conceito de aprendizagem (qualificação) e trabalho – uma vez que pretende garantir o ingresso da população em maior vulnerabilidade social no mercado de trabalho pela via da formação profissional –, torna-se necessário para a

formulação deste estudo iniciar um resgate histórico acerca do estado e do início da profissionalização no Brasil.

Sabe-se que no Brasil a formação do trabalhador ficou marcada já no início com o “rótulo” da servidão, por terem sido os índios e os escravos os primeiros aprendizes de ofício. Com isso, “[...] habituou-se o povo de nossa terra a ver aquela forma de ensino como destinada somente a elementos das mais baixas categorias sociais” (FONSECA, 1961, p. 68).

Ainda sob a luz das ideias de Fonseca (1961), percebe-se que alguns fatores influenciaram para a confirmação de tal mentalidade: o primeiro fator foi a entrega do trabalho mais pesado e das profissões manuais aos escravos; isso não só fez com que se agravasse o pensamento comum de que os ofícios eram destinados aos sem sorte, como também impediu, pelas questões econômicas, os trabalhadores livres de exercerem certas profissões. Outro fator foi que a educação fortemente intelectual que os jesuítas ministravam aos filhos dos colonos afastava os “elementos socialmente mais altos” de qualquer trabalho físico ou profissão manual.

Com o ouro sendo descoberto em Minas Gerais, começaram a surgir as Casas de Fundição e Moeda e, conforme Garcia (2013), com elas, era necessário o ensino de ofícios para aprendizes trabalharem nestas Casas. A aprendizagem feita nas Casas da Moeda diferenciava-se da realizada nos engenhos, pois só era destinada aos homens brancos, filhos dos empregados da própria Casa. Na chegada da família real portuguesa em 1808, D. João VI cria o Colégio das Fábricas, considerado o primeiro estabelecimento instalado pelo poder público, com o objetivo de atender à educação dos artistas e aprendizes vindos de Portugal.

Com a fundação do Império em 1822 e com a Assembleia Constituinte de 1823 não aconteceu nenhuma mudança em relação ao ensino de ofícios, isto é, continuava a mesma mentalidade de destinar este ramo de ensino aos humildes, pobres e sem condições.

Só em 1827 a Câmara aprovou o projeto da Comissão de Instrução que organizava o ensino público pela primeira vez no Brasil. Neste projeto a instrução ficou dividida em quatro graus distintos, com o ensino de ofícios incluído na 3ª série das escolas primárias, e depois nos Liceus no estudo de desenho, necessário às artes e ofícios (GARCIA, 2013, p.3).

Sobre tal fato, Fonseca (1961) afirma “a tentativa de organização do ensino revelava uma tendência à evolução do conceito dominante sobre o ensino

profissional” (FONSECA, 1961, p.128), já que tal tentativa “mostrava que a consciência nacional começava a se preocupar com o problema e a influir no espírito dos homens públicos” (*ibidem*).

Por volta de 1852, tentou-se colocar em prática a ideia de fundar estabelecimentos de ensino de ofícios que não levassem em conta o estado social de seus alunos. Garcia (2013) destaca que essa ideia representou uma reação formal à mentalidade dominante da época, mas infelizmente não passou de um projeto.

O ensino necessário às indústrias iniciou-se destinado aos silvícolas, depois aos escravos, em seguida aos órfãos e aos mendigos, e mais tarde passou a atender os excluídos, como cegos e os surdos-mudos. Isso se deu com a criação, por D. Pedro II, do Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, que se destinava ao ensino de ofícios: os cegos aprendiam tipografia e encadernação e os surdos-mudos, sapataria, encadernação, pontação e douração.

Em 1889, ao final do período imperial e um ano após a abolição legal do trabalho escravo no país, Garcia (2013) leciona que o número total de fábricas instaladas era de 636 estabelecimentos, com um total de aproximadamente 54 mil trabalhadores, para uma população total de 14 milhões de habitantes, com uma economia acentuadamente agrário-exportadora, com predominância de relações de trabalho rurais pré-capitalistas.

O autor ainda destaca que com o falecimento de Afonso Pena, em julho de 1909, Nilo Peçanha assume a Presidência do Brasil e assina, em 23 de setembro de 1909, o Decreto nº 7.566, criando, inicialmente em diferentes unidades federativas, sob a jurisdição do Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, dezenove “Escolas de Aprendizes Artífices”, destinadas ao ensino profissional, primário e gratuito.

Posteriormente, as Escolas de Aprendizes Artífices foram desligadas do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, passando a fazer parte do Ministério da Educação e Saúde Pública. As Escolas de ofícios, até então denominadas de Escolas de Aprendizes Artífices, passaram a ser chamadas de Liceus e destinadas ao ensino profissional de todos os ramos e graus (GARCIA, 2013, p. 7).

Percebe-se nesse período uma total desvinculação entre formação profissional e educação; aos trabalhadores era destinada uma formação voltada para o treinamento e adestramento, até porque a indústria ainda era bastante elementar, baseada no artesanato e manufatura com poucas exigências.

O Decreto nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942 transforma as Escolas de Aprendiz e Artífices em Escolas Industriais e Técnicas, passando a oferecer a formação profissional em nível equivalente ao do secundário. A partir desse ano, inicia-se, formalmente, o processo de vinculação do ensino industrial à estrutura do ensino do país como um todo, uma vez que os alunos formados nos cursos técnicos ficavam autorizados a ingressar no ensino superior em área equivalente à da sua formação.

No ano de 1959, as Escolas Industriais e Técnicas são transformadas em autarquias com o nome de Escolas Técnicas Federais. As instituições ganham autonomia didática e de gestão. Com isso, intensificam a formação de técnicos, mão-de-obra indispensável diante da aceleração do processo de industrialização.

Saviani (2007) aponta para a preocupação de que no momento que a sociedade se separa em classes, há também uma divisão entre educação e trabalho. O autor utiliza como exemplo desta constatação a divisão de terras, o principal meio de produção que acabou por separar a classe dos proprietários e dos não proprietários. Têm-se, a partir de então, uma divisão também na educação quando se passa a ter dois tipos distintos e separados de educação: uma para a classe proprietária e outra para a classe não proprietária, o que em outras palavras pode-se dizer que é a educação dos homens livres e a educação de serviçais e escravos.

Historicamente, o conhecimento sempre foi uma reserva de poder das elites, nos quais se incluíam os filósofos, os sábios, os religiosos. Na Europa, à medida que vai desaparecendo o aprendizado tradicional da oficina do artesão e o controle do saber pelas corporações de artes e ofícios, ocorre a criação de escolas e sua extensão aos trabalhadores produtivos. No entanto, Manacorda (1990) aponta para o fato de que os conteúdos vão diferir entre a formação dos dirigentes e a instrução do povo considerada como obra beneficente e baseada no trabalho produtivo.

Nesse sentido, a escola, conforme aponta Frigotto (2005), passa a representar um papel fundamental na superação da sociedade feudal e do Estado absolutista. Em consonância com esses movimentos, a introdução da maquinaria

eliminou a exigência de qualificação específica (do trabalhador), “mas impôs um patamar mínimo de qualificação geral, equacionado no currículo da escola elementar” (SAVIANI, 2007, p.159).

Eis que, sobre a base comum da escola primária, o sistema de ensino bifurcou-se entre as escolas de formação geral e as escolas profissionais. Estas, por não estarem diretamente ligadas à produção, tenderam a enfatizar as qualificações gerais (intelectuais) em detrimento da qualificação específica, ao passo que os cursos profissionalizantes, diretamente ligados à produção, enfatizaram os aspectos operacionais vinculados ao exercício de tarefas específicas (intelectuais e manuais) no processo produtivo considerado em sua particularidade (SAVIANI, 2007, p.159).

Saviani considera acima que o sistema de ensino caminhou por duas vias: a da formação geral e a das escolas profissionais, conseqüentemente por não estarem relacionadas diretamente à área produtiva, ressaltaram as qualificações intelectuais ao invés da qualificação mais específica, além do que os cursos profissionalizantes relacionados com a produção focaram nos aspectos operacionais ligados às tarefas específicas no processo de produção particularmente.

Podem-se enxergar dois lados na relação entre a educação para o trabalho e a educação para a classe dominante, que tem por objetivo final a reprodução da própria sociedade de classes, uma escola para os filhos dos trabalhadores que pode ser considerada uma escola onde se cumpra a risca o que foi planejado e que fique hábil para realizar tal tarefa e a escola para os filhos das classes dominantes que pode ser considerada aquela que contribui para a formação, como Figotto se refere abaixo:

Na medida em que o sistema Capitalista se solidifica e os sistemas educacionais se estruturam, assume nitidez a defesa da universalização dualista, segmentada: escola disciplinadora e adestradora para os filhos dos trabalhadores e escola formativa para os filhos das classes dirigentes (FRIGOTTO, 1995, p. 34).

Ainda segundo Frigotto (2007):

Outro desafio é o de criar um Sistema ou Subsistema Nacional de Formação/Qualificação Profissional, como política pública, integrado às múltiplas redes existentes e vinculado-as à política de criação de emprego e renda e, no contexto que ainda nos encontramos, à política pública de educação de jovens e adultos (FRIGOTTO, 2007, p.19).

Cabe, certamente, pensar se o sistema ou subsistema nacional de formação/qualificação profissional como política pública, estratégica e de Estado, com a tarefa de gerir as várias redes mantidas pelo setor público, nas diferentes esferas, e no setor privado, dentro de uma perspectiva que Melenchon (2003) denomina de resposta a um duplo imperativo do progresso: o acompanhamento da rápida evolução tecnológica e garantia social do trabalhador.

Pela especificidade do sistema S, que tem contribuição de fundo público compulsório, o Estado tem que discutir uma tendência crescente (com ênfase diversa institucionalmente) de se transformar em empresas de serviços com múltiplas “unidades de negócio”. Trata-se de retomar os debates dos anos de 1980, onde se discutia, interna e externamente, a função social desse sistema e a criação dos centros públicos de formação profissional, e de democratizar efetivamente o Sistema S. Por fim, Frigotto aduz:

Os clássicos do pensamento social, político e econômico brasileiro nos permitem apreender as forças que disputaram os projetos societários e entender o que nos trouxe até aqui e suas determinações. Permitem-nos entender, por outro lado, por que o projeto da classe burguesa brasileira não necessita da universalização da escola básica e reproduz, por diferentes mecanismos, a escola dual e uma educação profissional e tecnológica restrita (que adestra as mãos e aguça os olhos) para formar o “cidadão produtivo” submisso e adaptado às necessidades do capital e do mercado (FRIGOTTO, 2007, p. 3).

Em 1978, com a Lei nº 6.545, três Escolas Técnicas Federais (Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro) são transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs. Tal mudança confere àquelas instituições mais uma atribuição, formar engenheiros de operação e tecnólogos, processo esse que se estende às outras instituições bem mais tarde.

Em 20 de novembro de 1996 foi sancionada a Lei 9.394 considerada como a segunda LDB, que dispõe sobre a Educação Profissional num capítulo separado da Educação Básica, superando enfoques de assistencialismo e de preconceito social contido nas primeiras legislações de educação profissional do país, fazendo uma intervenção social crítica e qualificada para se tornar um mecanismo para favorecer a inclusão social e democratização dos bens sociais de uma sociedade. Além disso, define o sistema de certificação profissional que permite o reconhecimento das competências adquiridas fora do sistema escolar.

2.5 A LEI 10.097/2000 – LEI DA APRENDIZAGEM

A Lei 10.097 de 19 de Dezembro de 2000 dispõe que o aprendiz é o jovem com idade entre 14 e 18 anos, matriculado em atividades voltadas para a formação técnico-profissional. Quem deve proporcionar a aprendizagem, segundo a CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas) são os serviços nacionais sindicais e as escolas técnicas sem fins lucrativos, esta última em caso de falta de vagas nos sindicatos.

O aprendiz é o adolescente ou jovem entre 14 e 24 anos que esteja matriculado e frequentando a escola, caso não tenha concluído o Ensino Médio e inscrito em programa de aprendizagem (art. 428, caput e § 1º, da CLT). Caso o aprendiz seja pessoa com deficiência, não haverá limite máximo de idade para a contratação (art. 428, § 5º, da CLT).

Nas localidades onde não houver oferta de Ensino Médio para o cumprimento do disposto no § 1º do art. 428 da CLT, a contratação do aprendiz poderá ocorrer sem a frequência à escola, desde que ele já tenha concluído o Ensino Fundamental (art. 428, § 7º, da CLT). Caso não tenha concluído essa etapa, tal exigência deverá ser atendida, ou seja, a contratação só será válida com a frequência do aprendiz à escola.

Em observância aos princípios contidos no art. 227 da Constituição Federal (CF/88) e no ECA é assegurada aos adolescentes na faixa etária entre 14 e 18 anos prioridade na contratação para o exercício da função de aprendiz, salvo quando: I – As atividades práticas de aprendizagem ocorrerem no interior do estabelecimento, sujeitando os aprendizes à insalubridade ou à periculosidade, sem que se possa

ilidir o risco ou realizá-las integralmente em ambiente simulado; II – A lei exigir, para o desempenho das atividades práticas, licença ou autorização vedada para pessoa com idade inferior a 18 anos; e III – A natureza das atividades práticas for incompatível com o desenvolvimento físico, psicológico e moral dos adolescentes aprendizes (art. 11, incisos I, II e III, do Decreto nº 5.598/05). Nas atividades elencadas nos itens acima, deverão ser admitidos, obrigatoriamente, jovens na faixa etária entre 18 e 24 anos (art. 11, parágrafo único do Decreto nº 5.598/05) e pessoas com deficiência a partir dos 18 anos¹¹.

Com o passar dos anos, a contratação de aprendizes foi sendo mais bem elaborada e então surgiu em 2005, o Decreto nº 5.598, de 1º de dezembro de 2005, que regulamenta a contratação de aprendizes tendo em vista o disposto no Título III, Capítulo IV, Seção IV, do Decreto – Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e no Livro I, Título II, Capítulo V, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – ECA. Decreta no seu art. 1º que, nas relações jurídicas pertinentes à contratação de aprendizes, será observado o disposto neste Decreto.

O art. 2º do Capítulo I - DO APRENDIZ, define: “Aprendiz é o maior de quatorze anos e menor de vinte e quatro anos que celebra contrato de aprendizagem, nos termos do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT”. No parágrafo único, abre a possibilidade do amparo da lei aos aprendizes “portadores de deficiência”, com idade acima da faixa prevista. “A idade máxima prevista no *caput* deste artigo não se aplica a aprendizes portadores de deficiência.”

2.6 AS ENTIDADES QUALIFICADAS EM FORMAÇÃO TÉCNICO PROFISSIONAL

O Art. 227 da CF/1988 assegura a contratação de adolescentes na faixa dos 14 a 18 anos e a prioridade na contratação para o exercício da função de aprendiz. Isso quer dizer que os jovens acima dessa faixa, não são considerados como prioritários para a condição de aprendiz.

Quanto à formação técnico-profissional metódica para os efeitos do contrato de aprendizagem as atividades teóricas e práticas, metodicamente organizadas em

¹¹ Manual de Aprendizagem: o que é preciso saber para contratar o aprendiz, Brasília 2013 p.15-16, Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT). Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (SPPE).

tarefas de complexidade progressiva desenvolvidas no ambiente de trabalho o referido decreto realiza-se por programas de aprendizagem organizados e desenvolvidos sob a orientação e responsabilidade de entidades qualificadas em formação técnico-profissionais metódicas definidas posteriormente. A formação técnico-profissional do aprendiz obedecerá aos seguintes princípios: I) garantia de acesso e frequência obrigatória ao ensino fundamental; II) horário especial para o exercício das atividades; e III) capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho.

Quanto às entidades qualificadas em Formação Técnico-Profissional Metódica são consideradas: I- os Serviços Nacionais de Aprendizagem, assim identificados: SENAI, SENAC, SENAR, SENAT e SESCOOP; II- as escolas técnicas de educação, inclusive as agrotécnicas; e III- as entidades sem fins lucrativos, que tenham por objetivos a assistência ao adolescente e à educação profissional, registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Salienta-se também que as entidades mencionadas nos incisos deste artigo deverão contar com estrutura adequada ao desenvolvimento dos programas de aprendizagem, de forma a manter a qualidade do processo de ensino, bem como acompanhar e avaliar os resultados. Cabe ao Ministério do Trabalho e Emprego, ouvido o Ministério da Educação, fiscalizar as competências das referidas entidades.

No próximo capítulo, explicitar-se-á o papel ocupado pela juventude no mundo do trabalho, pontuando o espaço do Programa Jovem Aprendiz neste processo e da necessidade dos programas de qualificação profissional.

3 JUVENTUDE, MUNDO DO TRABALHO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL: O PROGRAMA JOVEM APRENDIZ

Neste capítulo tratar-se-á a discussão do espaço da juventude e da qualificação profissional na atualidade, visando abordar os Programas de Aprendizagem desenvolvidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego no Brasil, tratando especificamente do Programa Jovem Aprendiz (objeto deste estudo), e de como esta formação para o trabalho, poderá ser relacionada enquanto “princípio educativo” (FRIGOTTO, 2005; RIBEIRO, 2009) na vida dos jovens formados pelo Programa.

3.1 A JUVENTUDE E A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NA ATUALIDADE

No contexto atual de estreitamento e inconstância do mercado de trabalho, de altas exigências de qualificações profissionais e de se ter mão de obra sobrando, porém com pouca escolarização e qualificação, um dos maiores desafios a serem enfrentados é a inserção dos jovens no mundo do trabalho. Os jovens são os que mais sofrem com o desemprego e com o trabalho precário, que se mostram nos baixos rendimentos, jornadas de trabalho exaustivas, instabilidade ocupacional, alta rotatividade e ausência de proteção social e trabalhista.

São os jovens na faixa etária de 15 a 24 anos das camadas populares os mais atingidos pelas mudanças no mundo do trabalho, pelas fragilidades do sistema educacional e os mais destituídos de apoio de redes de proteção, encontrando-se em maior estado de vulnerabilidade social. Entre os principais problemas com os quais se deparam hoje estão: o acesso restrito à educação de qualidade, as frágeis condições para a permanência no sistema escolar, a dificuldade de inserirem no mercado de trabalho formal, a luta pelo primeiro emprego e a inadequada qualificação profissional. Tais dificuldades reforçam a necessidade urgente de políticas públicas voltadas para o aumento da escolaridade do jovem, a qualificação profissional, a participação social, a garantia do primeiro emprego - a fim de proporcionar-lhe experiência profissional -, além de uma política integrada de proteção social (DELUIZ; BARBOSA, 2008, p. 1).

O Brasil é um país que produz riquezas e apresenta dimensões gráficas continentais, segundo o IPEA (2011) a população residente alcançou a marca de

190 milhões de habitantes, ainda de acordo com o PNAD (2009) a população jovem diminuiu e aumentou a população adulta devido à baixa fecundidade. Os jovens representam entre 15 e 17 anos uma média de 7,3 acumulados de estudo em 2008 e 7,4 em 2009 (MATSUZAKI, 2011).

Com menos de 8 anos de estudo a pessoa ainda está no ensino fundamental, sendo que com 15/17 anos espera-se que esteja cursando o ensino médio ou prestes a concluí-lo. Isso demonstra que o jovem brasileiro não apresenta a idade correta para aquela série em que está estudando. O resultado então é um descompasso entre a idade correlacionada ao ano letivo que está cursando (MATSUZAKI, 2011, p. 18).

O que o autor explana acima é a realidade que se vive até hoje, existe um atraso escolar muito grande, principalmente pela parcela mais desfavorecida da população, que por questões de reprovação ou abandono, não estão na série que deveriam estar cursando, então há um descompasso entre a idade e o ano letivo que estão cursando.

Além disso, não se podem esquecer as diversidades das regiões do Brasil e do nível de vida de cada indivíduo, pois isso também influencia positivamente ou negativamente no seu grau de escolarização e conseqüentemente irá influenciar na inserção destes indivíduos no mercado de trabalho. É sabido que nas regiões mais pobres menos indivíduos estão na escola, como na região norte, por exemplo, e que os mais desfavorecidos estão menos na escola do que aqueles que têm mais condições.

Além da educação, sabe-se que a família é fundamental para a formação de caráter do indivíduo e o papel dela na reprodução da sociedade é reconhecidamente muito significativo. É na família que a renda é reunida para organizar um orçamento comum que satisfaça as necessidades de cada membro. A renda adquirida pela família é basicamente o que define suas possibilidades de aquisição de bens e serviços. Nessa medida a renda familiar per capita é um indicador bastante eficaz para caracterizar o perfil socioeconômico das famílias brasileiras (MATSUZAKI, 2011, p. 24).

Corrobora-se com o autor quando ele explica que a família é fundamental para a formação do indivíduo, tendo em vista que é nela que os indivíduos se organizam de acordo com a renda de todos os membros da família para poderem

comprar seus bens e serviços, e que através dessa relação pode-se estabelecer o perfil socioeconômico das mesmas.

Atualmente a falta de emprego é um problema social grave que vem afetando o país, o desemprego é a falta da capacidade da economia de um país prover ocupação produtiva para todos aqueles que necessitam, nos últimos anos, houve em todo o mundo um aumento da taxa de desemprego e uma diminuição da taxa de emprego (MATSUZAKI, 2011).

Em um estudo conjunto realizado pela CEPAL, PNUD e OIT (MATSUZAKI, 2011, p.60) para o Brasil abrangendo os anos de 1992 a 2006, a taxa de desemprego entre os jovens aumentou de 11,7% para 17,9% representando uma elevação de 53%. Conforme Matsuzaki (2011, p. 27-28):

Quando se analisa o desemprego juvenil, deve-se ter em mente que a dinâmica do mercado de trabalho para jovens inter-relaciona aspectos diversificados sendo os mais relevantes: demográfico, econômico, social, institucional e político que podem resultar em modificações da taxa de emprego.

De acordo com o explanado pelo autor acima, considera-se que o mercado de trabalho para os jovens é influenciado por vários fatores como, por exemplo: demográfico (não se pode comparar um jovem da região sul com a região norte em termos de escolarização), além disso, o âmbito social onde o jovem está inserido e de acordo com a sua situação econômica.

O autor divide no texto os jovens em dois tipos no que tange ao emprego: de um lado os oriundos de famílias mais ricas, que encontram facilidades de ingresso, pois dispõem de tempo maior de busca e seleção e contam com uma rede de apoio e capital social que facilitam o processo. De outro lado, os de classe mais pobre, que abandonam a escola e formam muito cedo as suas próprias famílias, este último é o grupo mais frequente, além do que, neste grupo pode-se encontrar com mais facilidade gravidez na adolescência, abandono na escola, e a pobreza, que interferem na sua entrada e permanência na sociedade civil (MATSUZAKI, 2011).

A fim de que se entenda a contextualização socioeconômica do mercado brasileiro, é preciso verificar o delineamento da condição socioeconômica do mundo através do "*Welfare State*", ou Estado de Bem-Estar social, coube então ao Estado

organizar a política, a economia, e socialmente todas as questões do país (MATSUZAKI, 2011).

Com o neoliberalismo o papel intervencionista dos Estados se reduziu. As grandes corporações assumiram o protagonismo econômico mundial, e contando como um dos princípios do novo modelo, o do livre mercado, essas grandes empresas foram buscar nos mais diversos lugares do mundo, os melhores recursos para aumentarem a eficiência e a eficácia (MATSUZAKI, 2011, p. 34).

De acordo com o autor, quando o estado teve seu papel intervencionista reduzido, as grandes empresas tiveram o controle econômico e mundial e para isto elas foram à busca de recursos para aumentar os seus padrões de eficiência e eficácia.

Dessa maneira, o grande desafio do Mercado e do Estado desde o período das privatizações é conseguir equalizar a realocação dessa mão-de-obra que ficou desempregada, e conseqüentemente as gerações seguintes deste mesmo público que são os filhos desses trabalhadores: os jovens (MATSUZAKI, 2011, p. 39).

Com as privatizações que ocorreram, o grande problema do Estado e do mercado acabou se tornando em tentar conseguir um novo emprego para aqueles indivíduos que ficaram desempregados e, conseqüentemente, para os filhos deles, os jovens.

Considerando que a prioridade na vida dos jovens deveria ser ter direito a educação decente, a cidadania, ao lazer, e a cultura, contudo, não se pode esquecer que os jovens estão em fase de transformação da infância para a vida adulta e isso gera vários conflitos e problemas. Assim, é necessário que o Estado promova políticas públicas para o bem-estar e a formação destes indivíduos. Os jovens estão passando por uma fase de transição também no mercado de trabalho, pois não são mais crianças, tampouco adultos, necessitam de uma atenção especial, principalmente no que tange ao mercado de trabalho. Com isso, deparam-se, então, com dois problemas importantes: a falta de qualificação e a falta de experiência (MATSUZAKI, 2011).

A política de emprego é o eixo principal da política pública central, não por que em sua ausência as condições sociais tendem a degradar e as tensões sociais crescem, mas também por que a acumulação da pobreza; resultado da insuficiência de emprego, ocupação e renda; limita a implementação de programas e ações em todas as esferas sociais (CACCIAMALI, 2004, p. 36).

É importante destacar que a política de emprego, considerada o eixo principal da Política pública é uma das mais importantes, pois é através dela que o indivíduo terá possibilidades de redução de estados de pobreza, melhorias de ocupação e renda, sendo considerado um indivíduo inserido no mercado de trabalho.

3.2 A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E EMPREGABILIDADE NOS PROGRAMAS DE APRENDIZAGEM DESENVOLVIDOS PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

Pode-se perceber que na atualidade o Governo Federal vem tentando amenizar o problema dos jovens fora do mercado de trabalho ou no mercado informal de trabalho. Através de Políticas públicas como Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE), que segundo o site do Governo Federal, vincula-se ao Plano Nacional de Qualificação (PNQ) e foi uma ação do Governo Lula (2003-2011) com vistas ao estímulo ao primeiro emprego de jovens trabalhadores da faixa etária de 16 a 24 anos que estão fora do mercado de trabalho, preferencialmente para aqueles que não tiveram ainda uma experiência de emprego formal¹².

Além disso, esse programa tem como ação - o Consórcio Social da Juventude (CSJ) -, que promove ações de qualificação profissional através de uma rede de organizações não governamentais (ONGs) em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Ao refletirem sobre o desemprego juvenil e as formas como o Estado tem reagido a ele por meio de políticas de trabalho e renda, Cardoso e González (2007) investigam a experiência dos Consórcios Sociais da Juventude e a partir daí descrevem os jovens que compõem um dos grupos mais atingidos pelo problema do desemprego no Brasil:

¹² Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), para o grupo de 15 a 19 anos, a taxa de desemprego passou de 13% para 23% entre 1995 e 2004, enquanto, para os jovens entre 20 e 24 anos saltou de 10% para perto de 16% (CARDOSO e GONZÁLEZ, 2007, p. 30). Deve-se ressaltar que esta taxa de desemprego só não está ainda maior, porque, entre outras razões, os jovens têm progressivamente adiado a sua entrada no mercado de trabalho, em particular aqueles com 15 a 19 anos. Isto é expresso pelo fato da taxa de participação dos jovens estarem caindo, e caindo mais do que a de outras faixas etárias: para a faixa entre 15 e 19 anos, a queda foi de 57% para 49% entre 1995 e 2004 e, para o grupo entre 20 e 24 anos, permaneceu praticamente estável (em torno de 76%). [...] Em alguma medida, isso é consequência do mercado ter ficado mais exigente do ponto de vista da qualificação, o que faz com que os jovens busquem se qualificar mais, mesmo quando já estão trabalhando (CARDOSO; GONZÁLEZ, 2007, p. 31).

O que os autores expõem acima é o que traduz a realidade de hoje, alguns jovens que não necessitam de uma oportunidade de emprego urgente, procuram primeiro qualificar-se para depois ingressar no mercado de trabalho. Pois, sabem que a exigência de experiência profissional e qualificação são primordiais para o ingresso no mercado de trabalho, até porque muitos jovens já estão trabalhando com qualificação mesmo que de forma precária e poderão retirar a vaga daqueles que pretendem entrar, se não tiverem uma boa qualificação.

Nas condições atuais do mercado de trabalho brasileiro, a demanda por profissionais com formação técnica indica que a expansão do ensino médio profissionalizante é uma importante alternativa para a política pública no Brasil. Segundo dados do Ministério da Educação, em 2013, pouco mais de 10% das vagas no ensino médio brasileiro eram vagas no ensino técnico-profissionalizante. Com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, o governo federal criou em 2011 o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) que oferece cursos gratuitos nas escolas públicas federais, estaduais e municipais, nas unidades de ensino Senai, Senac, Senar, Senat, e também em instituições privadas de ensino superior e de educação profissional técnica de nível médio. A partir de sua criação, o programa atingiu 8 milhões de matrículas em dezembro de 2014, sendo 2,3 milhões em Cursos Técnicos e quase 6 milhões em cursos de Formação Inicial e Continuada (SANTOS; GIMENEZ, 2015, p. 5).

Além do Pronatec, o Programa Jovem Aprendiz, objeto de estudo desta pesquisa baseado na Lei da Aprendizagem (Lei 10097/2000) foi sendo aperfeiçoado ao longo dos anos, sendo ofertado pelas instituições que compõem o Sistema “S” e também por instituições privadas, escolas públicas, federais, estaduais e municipais. Essa parceria proporcionou a qualificação de jovens que se encontravam em vulnerabilidade social e que vislumbraram em tal possibilidade a única maneira de

ingressar no mercado de trabalho, tendo em vista que o curso alia a qualificação ao ingresso no mercado de trabalho como aprendizes por um período determinado.

O Programa Projovem Urbano objetiva reinserir jovens da faixa etária de 18 a 29 anos no âmbito escolar, dando a oportunidade para que possam finalizar o Ensino Fundamental. O aluno deve saber ler para ingressar no programa e recebe, ao ser beneficiado, um auxílio mensal R\$ 100,00 para poder frequentar o curso. Outro benefício oferecido pelo Projovem é o aprendizado de um ofício, paralelamente ao ensino escolar regular. O ofício é aprendido através de pequenos cursos básicos profissionalizantes chamados arcos ocupacionais (LIMA, 2015, p. 3).

Assim como o Pronatec e o Programa Jovem Aprendiz, o Projovem Urbano tem como objetivo fazer com que os indivíduos possam finalizar o Ensino Fundamental, recebendo como estímulo uma bolsa auxílio e, além disso, participar de cursos profissionalizantes oferecidos pelo Governo Federal em parceria com o município.

A Bolsa-Formação também é uma outra forma de qualificação aliada a prática, proposta em duas modalidades – Estudante e Trabalhador – é uma iniciativa que visa possibilitar o acesso a cursos presenciais, a serem realizados pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, por escolas estaduais e por unidades de serviços nacionais de aprendizagem integrantes do Sistema S e serão destinadas: “Na Bolsa-Formação Estudante, cursos técnicos com carga horária igual ou superior a 800 horas são destinados a alunos regularmente matriculados no ensino médio público propedêutico, para a formação profissional técnica de nível médio, na modalidade concomitante. Já a Bolsa-Formação Trabalhador oferece cursos de qualificação a pessoas com vulnerabilidade social e trabalhadores de diferentes perfis” (CASSIOLATO; GARCIA, 2014, p. 36).

A bolsa formação também é considerada uma modalidade de qualificação aliada à prática proposta para os estudantes e para os trabalhadores, que visa o acesso aos cursos presenciais. Na modalidade estudante são oferecidos cursos técnicos profissionalizantes para os alunos regularmente matriculados no ensino médio público, já para o trabalhador, é oferecido cursos de qualificação a pessoas em estado de vulnerabilidade social e para trabalhadores de diferentes perfis.

E, por fim, com o objetivo de expandir o ensino superior foram criados, segundo o site do MEC,¹³ o Programa Universidade para Todos (Prouni) e o Financiamento Estudantil. O Prouni concede bolsas de estudo integrais e parciais

¹³ Disponível em: <<http://siteprouni.mec.gov.br/>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

(50%) em instituições privadas de ensino superior, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, a estudantes brasileiros sem diploma de nível superior e o Financiamento Estudantil possibilita que os jovens financiem os custos da Universidade de maneira que os recursos são provenientes do Governo Federal, segundo o site do MEC.¹⁴

É importante salientar que todos os Programas aqui mencionados, exceto o Prouni e o Financiamento Estudantil, tratam do jovem enquanto trabalhador de nível técnico profissionalizante, o que traduz uma realidade imposta pela sociedade, ou seja, para os alunos em nível de vulnerabilidade social são oferecidos programas de nível técnico e para alunos de classe média não é oferecido nenhum tipo de Programa. Presume-se que estes de classe média primeiro vão se qualificar num curso técnico ou numa graduação para depois ingressar no mercado de trabalho, pois têm o suporte de seus pais para somente estudar e depois trabalhar, em detrimento daqueles que precisam qualificar-se rapidamente para ingressar no mercado de trabalho, pois necessitam sustentar suas famílias.

3.3 CONCEITUANDO O PROGRAMA JOVEM APRENDIZ

O Programa Jovem Aprendiz é um programa técnico-profissional que prevê a execução de atividades teóricas e práticas, sob a orientação pedagógica de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica e com atividades práticas coordenadas pelo empregador.

A aprendizagem é de fato uma política pública através da qual o Estado proporciona um meio de inclusão social dos jovens, que muitas vezes são de família de baixa renda (classes C e D, correspondendo respectivamente a R\$ 1459,00 e R\$ 680,00 de renda familiar) e que dificilmente possuem as mesmas oportunidades das classes sociais mais ricas, tanto para obter uma educação de qualidade, bem como se inserirem em empregos de posição maiores (MATUSUZAKI, 2011, p.61).

De acordo com a explanação do autor acima, a aprendizagem é um meio de inclusão social para que alunos em classes mais desfavorecidas sintam-se incluídos nas mesmas oportunidades dos mais favorecidos. Para isso, é oferecido pelo

¹⁴ Disponível em: <<http://fiessselecao.mec.gov.br/>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

Governo Federal o Programa Jovem Aprendiz, baseado na Lei da Aprendizagem (Lei 10097/00).

As atividades devem ter a supervisão da entidade qualificadora, em que se é necessário observar uma série de fatores, tais como: público-alvo, indicando o número máximo de aprendizes por turma; perfil socioeconômico e justificativa para seu atendimento; objetivos do programa de aprendizagem, com especificação do propósito das ações a serem realizadas e sua relevância para o público participante.

Envolve também outros temas, como sociedade e o mundo do trabalho; os conteúdos a serem desenvolvidos, contendo conhecimentos, habilidades e competências, bem como a sua pertinência em relação aos objetivos do programa; público participante a ser atendido e potencial de aplicação no mercado de trabalho; estrutura do programa de aprendizagem e sua duração total em horas, observando a alternância das atividades teóricas e práticas, além da proporção entre uma e outra.

Em função do conteúdo a ser desenvolvido e do perfil do público participante; mecanismos de acompanhamento e avaliação do programa de aprendizagem e mecanismos de inserção dos aprendizes no mercado de trabalho após o término do contrato de aprendizagem; o período de duração – carga horária teórica – observando a concomitância e os limites mínimos e máximos das atividades práticas, observando os parâmetros estabelecidos na Portaria MTE nº 723, de 23 de abril de 2012¹⁵.

Segundo Tommasi (2005, p. 4), sobre o que preocupa os jovens em relação ao trabalho, foram apontadas as seguintes variáveis: mercado de trabalho restrito; conseguir o primeiro emprego; a falta de qualificação profissional adequada e enfrentar preconceitos. “Uma reclamação recorrente é quanto à incoerência do mercado, que cobra a tão falada “prática profissional” daqueles que estão justamente demandando a sua primeira oportunidade de emprego, evidenciando a insuficiência das políticas de incorporação dos jovens ao mercado de trabalho”.

Tendo em vista as preocupações que os jovens apresentam hoje de acordo com o autor acima, pode-se destacar que a mais relevante é o mercado de trabalho, ou seja, prática profissional sendo cobrada daqueles que nunca puderam ter a sua primeira oportunidade de trabalho. Na condição de aprendiz o aluno pode aliar

¹⁵ Manual de Aprendizagem: o que é preciso saber para contratar o aprendiz, Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT). Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (SPPE) 2013, Brasília, p.13-14.

qualificação profissional com o estágio, que pode ser considerado uma primeira experiência profissional.

A maioria dos jovens busca no trabalho e na renda, condições para o mínimo de melhoria da qualidade de vida. Assim como, paradoxalmente, a própria busca por trabalho exige dispor de recursos mínimos para o transporte e para alimentação, que nem sempre estão ao alcance dos jovens. Outra dificuldade dos jovens que trabalham é o descumprimento da legislação trabalhista: trabalho mal remunerado, sem carteira assinada, falta de pagamento das horas extras, entre outros (NAZZARI; TEIXEIRA; SANTOS, 2008, p. 18).

Como já mencionado anteriormente, os autores acima reiteram a necessidade de o aluno ter condições mínimas para tentar uma vaga no mercado de trabalho, além de outras necessidades como, por exemplo: a carteira de trabalho assinada, o que é proporcionado pelo Programa, para assim poderem ter a sua primeira experiência. O Programa Jovem Aprendiz é ofertado pelo sistema “S” em parceria com empresas e instituições públicas ou privadas.

A iniciativa da criação do SEST/SENAT inspirou-se no desafio de construir um setor de transporte qualificado, produtivo e eficaz, com constante evolução e busca de resultados práticos, visando à melhoria do bem-estar de seus trabalhadores, assim como dos serviços prestados à sociedade.

A assistência ao trabalhador prioriza, ainda, na área de saúde, esporte, lazer e cultura, a prevenção de doenças, a promoção e a preservação das condições saudáveis dos indivíduos, o bem-estar físico e mental e a inclusão e integração do indivíduo na sociedade¹⁶.

Sobre a demanda de trabalho, os estágios são apontados como estratégia de sobrevivência imediata, na tentativa de superar as exigências do mercado de trabalho. Esta oportunidade não é repartida igualmente entre as classes sociais, é acessível para os jovens de classe social mais elevada. Em todas as regiões os jovens verificaram sentimentos discriminatórios, na busca pelo primeiro emprego, referentes à aparência e às práticas de racismo contra os jovens na sua forma de vestir e se comportar (NAZZARI; SANTOS; TEIXEIRA, 2008, p. 12).

Apesar de um dos diferenciais do programa Jovem Aprendiz ser o estágio, ele não é uma oportunidade para todos, segundo colocado pelos autores acima, pois

¹⁶ Idem.

infelizmente ainda existem vagas somente para os mais ricos e mais bem vestidos não levando em conta a capacidade e qualificação de cada aluno, o que seria o correto, além das práticas de racismo, a forma como se vestir, a aparência e o comportamento ainda hoje em dia são fatores que excluem os alunos do mercado de trabalho.

3.4 O PROGRAMA JOVEM APRENDIZ E SUA RELAÇÃO COM A VULNERABILIDADE SOCIAL

Hoje em dia, devido à reestruturação das famílias e também ao maior número de membros delas, os jovens, que antes somente estudavam, buscam garantir um futuro melhor para ajudar financeiramente nas despesas da casa, pensando na qualidade de vida de todos os membros da família, bem como na melhoria das relações interpessoais. Assim,

Um dos processos que marcam a transição para a vida adulta é a inserção na vida produtiva, a transição para o mundo do trabalho. Ao lado de aspectos como a constituição de relações afetivas estáveis e a finalização da escolarização básica, a inserção laboral é capaz de provocar alterações profundas nos comportamentos, nos papéis sociais e nas relações interpessoais dos jovens (ARNETT, 2000; SARRIERA; SILVA; KABBAS, LOPES, 2001; SCHULENBURG; BRYANT; O'MALLEY, 2004). A dimensão do trabalho, juntamente à escola e à família, vem sendo apontada como um dos condicionantes da inserção no mundo adulto para uma significativa parcela da população jovem em nosso país, especialmente para aqueles que necessitam trabalhar para ajudar no sustento da família (CAMARANO, 2004). No atual contexto brasileiro, tal processo ganha relevância especial, pois diversas pesquisas demográficas e atitudinais vêm apontando que o trabalho constitui importante referência para os jovens com mais de 15 anos, independentemente da origem socioeconômica, surgindo como o tema que, simultaneamente, mais os interessa e preocupa (MATTOS; CHAVES, 2010, p. 2).

Tendo em vista esse novo pensamento e o fato de que esses jovens apenas estudam e nunca tiveram uma experiência formal de trabalho e, por isso, necessitam de uma primeira oportunidade para ter experiência profissional, estes jovens buscam uma oportunidade no Programa Jovem Aprendiz, que é oferecido tanto por empresas públicas, privadas ou mistas, que une os estudos em sala de aula com o estágio em uma empresa, e recebem uma bolsa auxílio no período do curso. Através

deste programa, os jovens sentem-se mais motivados a trabalhar e estudar, pois todas as empresas devem reservar vagas para os jovens aprendizes.

Existem várias empresas que oferecem o Programa Jovem Aprendiz, dentre elas pode-se citar os Correios, os Bancos e algumas lojas. Porém, como o foco deste trabalho é o Programa Jovem Aprendiz, ofertado pelo SEST/SENAT detalhar-se-á mais este programa, que faz parte do sistema “S”.

O chamado “sistema S” (já mencionado neste trabalho) é formado por organizações e instituições todas referentes ao setor produtivo, tais como indústrias, comércio, agricultura, transporte e cooperativas que tem como objetivo, melhorar e promover o bem-estar de seus funcionários, na saúde e no lazer, por exemplo, como também a disponibilizar uma boa educação profissional. As instituições do Sistema S não são públicas, mas recebem subsídios do governo.

São várias as organizações que compõem o sistema S, algumas delas são subordinadas à Confederação Nacional da Indústria, outras a Federação do Comércio, etc. Em Pelotas, o sistema S é formado por: SENAC, SENAR, SESC, SESI, SENAI, SESCOOP, IEL, SEBRAE e SEST/SENAT.

Segundo o próprio *site* do SEST/SENAT, O Serviço Social do Transporte (SEST) e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT) são entidades civis, sem fins lucrativos. Elas foram criadas em 14 de setembro de 1993, pela Lei 8.706, a partir de um processo de conscientização do setor e de entidades sindicais. As entidades têm-se firmado como substanciais colaboradores para o desenvolvimento do setor de transporte do país, atuando na formação e na qualificação de profissionais para o mercado, aptos às novas tecnologias e às complexas formas de trabalho. Para a preparação, a promoção do emprego e renda e, acima de tudo, o sucesso profissional dos trabalhadores, as entidades oferecem cursos e serviços especializados, garantindo maior capacitação e acesso ao mercado de trabalho¹⁷.

A implantação desse serviço foi resultado do processo de conscientização do setor de transporte, incentivado pela Confederação Nacional do Transporte (CNT), quanto à necessidade de um grupo específico de trabalhadores e suas famílias, que exigiam uma abordagem diferenciada no atendimento das áreas: educação, médica, odontológica, cultural, de lazer e esporte.

¹⁷ Disponível em: <<http://www.sestsenat.org.br>>. Acesso em: 17 jun. 2016.

O SEST/SENAT em Pelotas foi inaugurado oficialmente em novembro de 2004, porém, já funcionava desde março de 2003. Os primeiros cursos ministrados foram: Condutores de Transporte Coletivo de Passageiros, Condutores de Transporte de Produtos Perigosos, Condutores de Transporte de Emergência e Condutores de Transporte Escolar. A primeira turma do Programa Jovem Aprendiz iniciou em agosto de 2008. Até hoje, o curso já formou 580 alunos em 27 turmas. O Programa Jovem Aprendiz em março de 2016 iniciou sua 28ª turma, intitulada como curso de Assistente Administrativo do Transporte.

Ainda segundo o mesmo manual o aprendiz é:

O adolescente ou jovem entre 14 e 24 anos que esteja matriculado e frequentando a escola, caso não tenha concluído o Ensino Médio, inscrito em programa de aprendizagem (art. 428, caput e § 1º, da CLT). Nas localidades onde não houver oferta de Ensino Médio para o cumprimento do disposto no § 1º do art. 428 da CLT, a contratação do aprendiz poderá ocorrer sem a frequência à escola, desde que ele já tenha concluído o Ensino Fundamental (art. 428, § 7º, da CLT) (Manual da Aprendizagem, 2014, p. 15).

Portanto, para conseguir uma vaga para realizar o Programa Jovem Aprendiz é necessário que o aluno esteja na faixa etária entre 14 e 24 anos e que esteja frequentando a escola, porém, onde não houver a oferta do ensino médio, ele poderá participar do programa desde que já tenha concluído o ensino médio.

Segundo Campos (2009):

Vários estudos alertam para a situação de vulnerabilidade dos jovens quanto ao trabalho, sendo esse um dos contingentes populacionais que apresentam algumas das mais altas taxas de desemprego e de subemprego no país. Eles enfrentam problemas singulares quanto à primeira inserção no mercado, o que, em alguma medida, deve-se à exigência dos empregadores de prova de experiência. É também uma população que tem demandado novos enfoques da educação e qualificação profissional, não acessíveis aos jovens de famílias pobres. De fato, as mudanças no mundo do trabalho, a desregulamentação e a flexibilização da economia demandariam habilidades nem sempre disponíveis entre os jovens de setores populares — como conhecimentos em informática e línguas estrangeiras — isso em contexto de diminuição dos postos de trabalho para grande parte da população (CASTRO; ABRAMOVAY, 2002, p. 10).

Como já foi mencionado no início deste tópico, um dos principais problemas encontrados para quem vai buscar uma oportunidade de emprego pela primeira vez,

é a solicitação de experiência, aliada a solicitação de uma qualificação profissional (não acessível à maioria da população). Além disso, nem sempre está disponível para a população mais carente o conhecimento em informática e de idiomas, tais fatores fazem com que essas pessoas (às vezes em estado de vulnerabilidade social) não consigam ingressar no mercado de trabalho.

Tendo em vista que também se investigou a situação socioeconômica considerando as características dos alunos egressos dos cursos do Programa Jovem Aprendiz do SEST/SENAT, no ano de 2015 e baseado nas hipóteses levantadas neste estudo, pelas quais se suspeitam que os alunos vivem em estado de vulnerabilidade social, torna-se necessário fazer um maior aprofundamento sobre o tema.

O conceito de vulnerabilidade começou a ser trabalhado na área dos direitos humanos e mais tarde foi incorporado ao campo da saúde com os trabalhos realizados sobre AIDS na Escola de Saúde Pública de Harvard por Mann *et al* (1993). As primeiras discussões articulavam dois estratos de visibilidade: pessoas que eram discriminadas socialmente, tais como homossexuais e usuários de drogas; e a doença – AIDS –, associada ao medo e à moral. Essa composição inicial – grupos específicos que remetiam a questões de medo e moral – levou à ampla disseminação do conceito de “grupo de risco” (GUARESCHI *et al*, 2007, p. 3).

Todavia, construir um marco referencial sobre vulnerabilidade social implica em um grande desafio. É necessário compreender a vulnerabilidade social como pressuposto para avaliar as políticas públicas, para tal leva-se em conta as considerações de Monteiro (2011):

Os primeiros estudos acerca do tema deram-se por meio da contribuição de Glewwe e Hall, que se restringiam à compreensão da vulnerabilidade a partir do viés econômico. Voltaram-se à capacidade de mobilidade social, uma vez que o fator econômico influencia na redução de oportunidades, interferindo diretamente nas possibilidades de acesso a bens e serviços (MONTEIRO, 2011, p. 31-32).

Aponta-se para dois pressupostos, conforme Busso (2001), que devem ser percebidos de maneira complementar e orgânica para a compreensão de vulnerabilidade social. O primeiro pressuposto deve ser percebido como risco de ser ferido ou prejudicado frente à mudança ou permanência de situações indesejáveis, como embates adversos de origem externa. O segundo, refere-se à capacidade de

respostas que os grupos sociais têm às mudanças e aos desafios que o meio natural e social impõe (expresso nos indivíduos como sensações de indefesa, medo e insegurança frente aos riscos de se viver em sociedade).

Diante do exposto, a redução dos níveis de vulnerabilidade social pode se dar a partir do fortalecimento dos sujeitos para que possam ter bens e serviços, ampliando seu universo material e simbólico, além de suas condições de mobilidade social. Dessa forma, Monteiro (2011) ressalta que a política de assistência social, enquanto política pública de proteção social (no campo da seguridade social, articula as demais políticas), caracteriza-se como um dos meios de garantia de direitos, condições dignas de vida, emancipação e autonomia.

Podem-se definir como situações de vulnerabilidade social aquelas nas quais alguns grupos, famílias e indivíduos encontram-se sem capacidade para lidar com o cotidiano da vida em sociedade e de se movimentarem na estrutura social. Essas situações não se restringem aos determinantes econômicos, pois perpassam também as organizações simbólicas de raça, orientação sexual, gênero, etnia. Sendo assim,

Essa imprecisão, ou compreensão isolada da vulnerabilidade social, seja adjetivada ao sujeito, seja atrelada à perspectiva do risco, desconecta da análise das estruturas da sociedade capitalista podem conduzir à manutenção *status quo* da ordem capitalista. Ou seja, uma sociedade direcionada por uma lógica hegemônica de concentração e expansão de relações fetichizadas pelo domínio do mercado e do lucro, provendo apenas as condições para manter minimamente os indivíduos, contrária à democratização da riqueza socialmente construída pelo conjunto dos trabalhadores que tem ações de proteção social no campo paliativo e de reprodução das desigualdades sociais (MONTEIRO, 2011, p. 10).

Ou seja, o conceito de vulnerabilidade pode também ser visto como:

A deficiência no acesso a bens e serviços, tais como educação, lazer, trabalho e cultura, colabora para o crescimento da situação de vulnerabilidade social. Cabe ressaltar que esses elementos são considerados fundamentais para o desenvolvimento dos recursos materiais e socioculturais (PADOIN; VIRGOLIN, 2010, p. 1).

Para alguns autores, que abordam este tema, a principal característica da vulnerabilidade seria o fato de referir-se a um atributo relativo à capacidade de resposta dos indivíduos ou grupos frente a situações de risco ou constrangimentos.

Dessa forma, Padoin e Virgolin (2010) destacam que a vulnerabilidade pode ser entendida como a incapacidade dos indivíduos, famílias ou grupos, de enfrentar os riscos existentes no seu entorno, ampliando, portanto, a perda do seu bem-estar.

Apesar de não estar explícito claramente que o aprendiz é um indivíduo em vulnerabilidade social, como o Programa Jovem Aprendiz é visto como uma política pública de inclusão social, pois alia o estudo e a qualificação ao possível ingresso no mercado formal de trabalho, após o término do curso, supõe-se que estes alunos estão em vulnerabilidade social ou em condições de exclusão social. São considerados fatores de exclusão social, conforme Borba e Lima (2011): inacessibilidade ao mercado de trabalho, a incapacidade de gerar uma renda familiar de subsistência, a desvalorização ou falta de reconhecimento do trabalho diário do indivíduo, a discriminação e a ausência de proteções legais básicas do trabalho, esses efeitos incluem a segregação física em comunidades marginais, o estigma social associado à baixa qualidade dos empregos, condições de trabalho inseguras e o abandono prematuro da escola.

Concorda-se com Padoin e Virgolin (2010) quando as autoras indicam que a possibilidade de ascender a um nível maior de bem-estar está diretamente relacionada à capacidade que determinado grupo social possui de lidar com o sistema de oportunidades oferecido pela sociedade, pelo Estado ou pelo mercado. Pode-se considerar que o Programa Jovem Aprendiz é uma oportunidade oferecida pelo Estado para a qualificação e posterior inserção dos alunos no mercado formal de trabalho. Portanto, “a vulnerabilidade social está ligada diretamente à privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e/ou à fragilização dos vínculos afetivos” (PADOIN; VIRGOLIN, 2010, p.2).

Contudo, não se pode deixar de mencionar que a vulnerabilidade social e os conceitos de exclusão e inclusão social perpassam a realidade do capitalismo tardio, tendo em vista que as formas de alienação dos sujeitos sociais têm se intensificado através das relações de trabalho. Pois, “todo esse cenário implica no aprofundamento da desigualdade social, que traz o estado de vulnerabilidade ao indivíduo, sobretudo em decorrência da concentração da renda cada vez mais nas mãos dos capitalistas (parcela reduzida de indivíduos)” (PORTES, 2011, p.2). Assim,

O afastamento da sociedade contemporânea das propostas políticas de bem-estar proporciona situações de vulnerabilidade social que fragilizam a sociedade. Este tipo de vulnerabilidade provoca a exclusão social (CASTELLS, 1998; LOPES, 2006; PROENÇA, 2005). Kowarick (2003, p. 69) defende que o combate às situações de vulnerabilidade é uma função essencial do Estado, sendo os programas de intervenções intitulados de inclusão social (BORBA; LIMA, 2011, p. 220).

Corroborar-se com os autores acima quando eles explicam que o combate às situações de vulnerabilidade é uma função essencial do Estado e, para isso, surgem os programas de intervenções intitulados de inclusão social, por isso, pode-se considerar o Programa Jovem Aprendiz como um desses programas, pois tem como objetivo melhorar a situação dos egressos aliando qualificação e inserção no mercado de trabalho.

Portes (2011), baseado no entendimento de Netto e Braz, parte da perspectiva de análise que se tem aqui acerca da desigualdade social entendida como geradora de pobreza e, por conseguinte, de vulnerabilidade social, estando ligado aos fatores sociais construídos pela lógica capitalista e incorporado pelo ser social acriticamente, em que passa a determinar sua consciência, conforme conceitua Marx (*apud* NETTO; BRAZ, 2007). Segundo Guareshi *et al* (2007):

Em nosso sistema social e econômico, diferentes dispositivos de marginalização são produzidos, contemplando, dentre esses, as condições de produção para o mercado de trabalho. Distanciando-se das condições de acesso a um emprego formal, muitos adolescentes passam a ser visibilizados *a priori* como vulneráveis por programas de políticas públicas. Como dispositivo de marginalização, isso pode ter como decorrência a inserção em processos de exclusão. Embora ocorram em certos espaços da sociedade onde a pobreza é mais visível, essas práticas não podem deixar de ser questionadas para se refletir sobre os modos de subjetivação que estão sendo produzidos por determinados discursos hegemônicos de exclusão social (GUARESHI *et al*, 2007, p. 22).

Para Borba e Lima (2011) a exclusão social é:

Um processo através do qual certos indivíduos são empurrados para a margem da sociedade e impedidos de nela participarem plenamente em virtude da sua pobreza ou da falta de competências básicas e de oportunidades de aprendizagem ao longo da vida, ou ainda em resultado de discriminação (BORBA; LIMA, 2011, p. 221).

De acordo com as hipóteses levantadas nesta pesquisa, os alunos do Programa Jovem Aprendiz estão excluídos da sociedade, pois não frequentam a escola regular, ou se frequentam, se encontram em atraso nos níveis escolares, sendo alguns, em estado de carência material, o que dificulta o acesso à qualificação e, conseqüentemente, ao mercado formal de trabalho. Somado a isso, vivem num denominado círculo geracional, pois as gerações anteriores da família já viviam assim, com vários filhos muito cedo, casados ou em um relacionamento estável no momento da vida em que deveriam estar se qualificando e trabalhando.

Segundo Borba e Lima (2011) “a inclusão social é o processo pelo qual a exclusão social é amenizada” (BORBA; LIMA, 2011, p. 222), pelo fato de que a inclusão social “Caracteriza-se pela busca da redução da desigualdade através de objetivos estabelecidos que contribuam para o aumento da renda e do emprego” (*ibidem*). Assim, concebe-se que:

Constata-se que os fatores de exclusão social são estabelecidos pela negação, a certos indivíduos ou grupos, da possibilidade de igualdade de oportunidades (ALMEIDA, 1993; WIXEY *et al.*, 2005). Por conseguinte, os fatores associados à inclusão social prezam pela equidade social. (BORBA e LIMA, 2011, p.224) [...]. A exclusão social é, geralmente, combatida por programas assistencialistas que têm como foco manter os mais vulneráveis com determinado nível de satisfação, evitando, assim, a rebeldia e os riscos políticos (TSUGUMI, 2006, p. 21). O equívoco não está no crescimento das prestações sociais, mas nas políticas que viabilizem a sua sustentação (CARREIRA, 1996, p. 369) (BORBA; LIMA, 2011, p. 227).

Pode-se considerar com o que já foi pesquisado sobre o Programa Jovem Aprendiz, que ele é um programa de Políticas públicas com o objetivo de aliar qualificação à inserção no mercado de trabalho (indivíduos de 14 a 24 anos), daqueles que estão à margem da sociedade, com o objetivo de inclusão social. Porém, há a necessidade de um programa que se sustente e não que apenas tenha o poder de assistencialismo. Diante do que já foi pesquisado de forma preliminar, supõe-se que o Programa Jovem Aprendiz é um programa de assistencialismo e que não se sustenta, pois não existem políticas públicas nesse sentido e que façam com o que o Programa obtenha 100% de êxito. Assim, compreende-se que:

A juventude de hoje vive inúmeras situações de violência como: o tráfico de drogas, o uso de armas de fogo e a falta de preparo das polícias para lidar com a nossa juventude. Não tem como negar que a maioria dos jovens estão desestimulados. É sabido que é muito difícil vencer o “realismo” advindo das experiências vivenciadas, em que um jovem que parou de estudar e não consegue estabelecer vínculos estáveis no mundo do trabalho não é uma folha de papel em branco. Observa e conhece a atual dinâmica do mercado de trabalho mutante e restrito. Muitos partilham de desconfiança em relação a programas e ações do governo, conhecidos pela descontinuidade administrativa, pela fragmentação e pelos grandes hiatos entre o que é prometido e o que é realizado (TAVARES *et al*, 2012, p. 4).

Todos os aspectos delineados acima constituem desafios para o Programa Jovem Aprendiz, dos quais a criatividade e a habilidade ao potencial do jovem podem ser valorizadas, fazendo-os crer que vale a pena buscar alternativas de inserção social.

Assim, o propósito desta pesquisa consistiu em investigar de que maneira o trabalho poderá ser entendido como princípio educativo à luz do Programa estudado, tornando necessário para a formulação deste, do qual se tratará no próximo item deste referencial teórico.

3.5 O TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO E SUA RELAÇÃO COM O PROGRAMA JOVEM APRENDIZ

Ao se pensar em “Educação pelo trabalho” ou em “Trabalho como princípio educativo”, a primeira questão com a qual se depara está relacionada à condição e percepção do que é trabalho. Não cabe aqui uma digressão sobre a origem do conceito trabalho, nem de todos os seus vários entendimentos através dos tempos. Pretende-se apenas considerar alguns aspectos que se acredita serem relevantes dentro do contexto do foco de estudo.

Nas sociedades primitivas, o trabalho tinha como característica principal ser solidário e coletivo. A produção era apropriada por todos. Com o advento da economia de mercado, o trabalho deixou de ser o espaço social de construção do sentimento de tribo, de comunidade, passando a ser tão somente uma mercadoria que, a partir do momento em que é comprada por quem detém o capital, aliena o trabalhador da complexidade do processo de trabalho e também dos seus resultados. Dessa forma, embora o trabalho seja responsável pela construção da nossa própria humanização, não se constitui, necessariamente, no nosso tempo em um valor humano positivo. O trabalho pode ser emancipador, mas pode também ser um instrumento que submete e até mesmo escraviza o ser humano. O trabalho pode ser responsável por gerar prazer para alguns, mas também pode ser responsável por gerar pesadelo e sofrimento para outros. E tudo isso independentemente da qualidade do trabalho ou mesmo do seu valor social (RIBEIRO, 2009, p. 50).

É de suma importância salientar outro aspecto relevante relacionado ao conceito de trabalho. Quando se faz referência a ele, quase sempre se adota o conceito de “trabalho produtivo”, isto é, aquele trabalho que produz um bem que tem valor de mercado, que gera ganho monetário. É desconsiderado o trabalho realizado por membros de comunidades periféricas ou mais pobres, resultando numa grande injustiça, por exemplo: construção de casas pelas próprias famílias nas favelas e nas zonas rurais, transporte rudimentar de água, agricultura de subsistência etc. Na economia de mercado, os trabalhadores não têm controle sobre o seu trabalho. Apenas e tão somente podem vender a sua força de trabalho.

Essa distinção entre trabalho e força de trabalho foi proposta por Marx, que definiu trabalho como sendo tanto o processo como o resultado do trabalho. Na economia de mercado, o trabalhador não tem controle nem sobre uma coisa, nem sobre outra. Ele não vende o produto que fez ou ajudou a fazer, isto é, o resultado do seu trabalho, assim como não tem controle sobre o processo de produção. Ao comprar força de trabalho, aquele que detém o capital utiliza-a, de acordo com seus interesses, para produzir bens com valor de mercado (RIBEIRO, 2009, p. 50).

O trabalho como “princípio educativo” é uma proposição marxista. Marx (*apud* TEODORO; SANTOS, 2011) poderá ser considerado fundador da pedagogia que torna o trabalho princípio educativo pela distinção entre fato e princípio. O trabalho como fato social sempre promoveu aprendizagem, mas quando Marx o elevou à categoria de princípio, a ciência pedagógica foi chamada à cena.

Entretanto, mesmo com todas essas contradições, e ainda segundo Marx, o trabalho “é a condição indispensável da existência do homem, uma necessidade eterna, o mediador da circulação material entre o homem e a natureza” (MARX, 1987). Sendo uma “necessidade eterna”, condição de sobrevivência, estará sempre presente nas comunidades humanas, entendidas aqui nas suas várias formas. Por isso, o trabalho é o caminho de construção da identidade, e o homem constrói a sua identidade pelo trabalho. Dessa maneira, forma-se através do trabalho e o trabalho é o princípio da sua formação (RIBEIRO, 2009, p. 50).

Segundo Frigotto (2005), tomar o trabalho como princípio educativo é considerar que por meio dele, desde a infância, os seres humanos socializam suas experiências na busca de suprir as suas necessidades físico-biológicas e sociais para viverem em harmonia com os seus pares e a natureza. O trabalho tem uma dimensão ontocriativa, pois é através dele, mediado pelo conhecimento, ciência e tecnologia, que os seres humanos criam, recriam sua própria existência, transformando a natureza para prover sua sobrevivência.

Ribeiro (2009) define politecnicidade como sendo o ensino de várias práticas das Ciências Aplicadas e seu caráter poria a teoria para a execução. No entendimento de Machado (1991):

[...] amplia o conceito pela análise de que politécnico adjectiva ensino, cujo objetivo [...] é permitir formar o homem em múltiplas dimensões. [...] (para desenvolver) suas potencialidades, que ele se construa na sua dimensão intelectual, ativa, física, ética, artística etc. (MACHADO, 1991, p. 55)

Assim, o Programa Jovem Aprendiz por ser um programa multidisciplinar em todos os conteúdos abordados, permite ao cidadão a formação em várias áreas, mesmo que superficialmente, além disso, desenvolve as potencialidades dos alunos para que então eles possam enxergar as suas várias dimensões conforme se explica:

Consequentemente, a concepção de educação politécnica aqui adotada como referência, diz respeito ao “domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho moderno [...] resgatando o princípio da formação humana em sua totalidade” (SAVIANI *apud* CIAVATTA *et al.*, 2005, p. 85).

O Programa Jovem Aprendiz propõe através de seus objetivos, já mencionados neste estudo anteriormente, a formação de cidadãos para olhar o mundo e desbravá-lo em busca de uma vida melhor, podendo ser retirado das drogas, da vulnerabilidade social, do mercado informal de trabalho, ou seja, pretende olhar o aluno em sua totalidade.

O trabalho apresenta facetas diferenciadas, uma dentro da sociedade capitalista e outra como condição da existência humana. Cada uma destas facetas interage com consequências diferentes nos processos formativos do ser humano, promovendo sua humanização ou exploração. Assim, o princípio educativo do trabalho como mecanismo de, pela educação, formar e transformar o ser humanizado, sujeito detentor de direitos, convive com o trabalho brutalizador em que o sujeito é o capital (TEODORO; SANTOS, 2011, p. 158).

Teodoro e Santos (2011) postulam o trabalho desta forma:

O trabalho visto como intercâmbio entre a natureza e o ser humano: 1. produz os bens de que o homem necessita para viver; 2. aperfeiçoa a si mesmo (o ser humano); 3. gera conhecimentos; 4. padrões culturais; 5. cria relações com os demais homens; e 6. constitui a vida social (TEODORO; SANTOS, 2011, p.158).

Para os autores são admitidas duas formas fundamentais de trabalho: o trabalho como relação criadora do homem com a natureza, produzindo a existência humana; e o trabalho como desenvolvimento físico, material, cultural, social, político, estético, o trabalho como manifestação de vida.

O presente estudo buscou relacionar, no âmbito do Programa, o trabalho como princípio educativo no sentido de superar a dicotomia trabalho manual/trabalho intelectual, de incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, de formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos, levando em consideração as ideias de Gramsci (1981). Enquanto processo formação humana, o que se pretende nos dias atuais é garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política. Formação que, neste sentido, supõe a compreensão das relações sociais subjacentes a todos os fenômenos.

Com isso, pretende-se entender o Programa como um meio que inclui a qualificação profissional e a inserção dos alunos no mercado formal de trabalho, mas não somente essa dimensão. Nesse sentido, analisar o Programa Jovem Aprendiz sob o ponto de vista do trabalho visto como “princípio educativo” é uma forma de criar cidadãos que estão em fase de transição entre infância e a vida adulta, necessitando de formação através de cadeias formadoras de competências transversais, ou seja, qualificação aliada ao ingresso do mercado de trabalho e a formação do aluno para enxergar o mundo com totalidade.

Entende-se que “a aprendizagem ao longo da vida desenvolve-se em espaços variados (muitas vezes em situações de trabalho ou tendo o trabalho como princípio)” (RIBEIRO, 2009, p.52), que se dá “por meio de formas distintas e sob a responsabilidade de vários e diferentes protagonistas” (*ibidem*). Portanto, pode-se considerar concordando com os autores que o trabalho produz os bens que o homem necessita para viver além de aperfeiçoar o ser humano, gerando conhecimentos e proporcionando a socialização cujo foco pode ser encontrado no Programa Jovem Aprendiz.

Finalizando este estudo, analisar-se-á, no próximo capítulo, a análise dos dados da a partir das informações extraídas junto ao Programa Jovem Aprendiz pelo SEST/SENAT na cidade de Pelotas.

4 O PROGRAMA JOVEM APRENDIZ NA CIDADE DE PELOTAS: ANÁLISE DOS RESULTADOS

A intenção deste capítulo é analisar o panorama socioeconômico da cidade de Pelotas e o acesso dos jovens no mercado de trabalho local, indicando o espaço dos cursos de formação ofertados pelo SEST/SENAT em vista do Programa Jovem Aprendiz na cidade de Pelotas. Em seguida, será realizada a análise dos resultados e discussões extraídas pela presente pesquisa, a partir do Programa estudado na cidade.

4.1 A CIDADE DE PELOTAS: BREVE PANORAMA SOBRE O ACESSO DOS JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO

Pelotas é um município da região sul do Estado, que é considerada uma das capitais regionais do Brasil, possui uma população de 328.275 habitantes e é a 3ª cidade mais populosa do estado. O município de Pelotas está situado às margens do Canal São Gonçalo, que liga as Lagoas dos Patos e Mirim, as maiores do Brasil. As bacias contribuintes de ambas recebem 70% do volume de águas fluviais do Rio Grande do Sul. Esta localização tem importantes reflexos sobre aspectos físicos e econômicos do município.

A região de Pelotas é a maior produtora de pêssego para a indústria de conservas do País, além de outros produtos como aspargo, pepino, figo e morango. O município responde por aproximadamente 28% da produção de arroz do Estado, 10% da produção de grãos, 16% do rebanho bovino de corte, e detém a maior bacia leiteira, com a produção de 30 milhões de litro/ano, além de possuir expressiva criação de cavalos e ovelhas (28% do rebanho e eqüinos e 30% da produção de lãs).

Na indústria, os serviços avançados de montagem de estruturas, transporte e logística têm uma condição competitiva especial. A diversidade da matriz econômica também se dá pela presença da indústria têxtil, metal, mecânica, curtimento de couro e de pele, panificação e muitas outras.

A cidade é um grande centro comercial, atraindo habitantes de toda a região para as suas modernas galerias, calçadas e o comércio nos bairros. Possui 7.507 estabelecimentos, incluindo lojas, agências bancárias (38), seguradoras, casas de câmbio e empresas de transporte (329), que ocupam aproximadamente 60% da população ativa¹⁸.

Apesar de possuir uma expressiva atividade na produção de grãos, na pecuária, na produção de pêssego, e outros produtos, na montagem de estruturas, e logística, curtimento de couro e pele, e ser considerado um centro comercial, devido à crise no país, a taxa de desemprego vem aumentando sucessivamente. Tanto o site do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos) quanto do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) não oferecem o número de trabalhadores desempregados em Pelotas, são mencionadas somente seis regiões do Brasil e a região mais próxima de Pelotas é Porto Alegre, que não pode servir como parâmetro, pois tem 1,409 milhões de habitantes, quase cinco vezes mais que Pelotas.

É possível perceber que diversas empresas iniciaram o ano demitindo os seus funcionários, o que cada dia agrava mais a crise do desemprego na cidade e na região. Empresas fechando, setor de serviços estagnados, funcionários demitidos e em busca dos seus direitos, é o cenário atual da cidade. Segundo o site do CAGED a taxa de desemprego atualmente é de 17,9% no Brasil e 8,7% no Rio Grande do Sul¹⁹.

Segundo o Observatório Social do Trabalho da Universidade Federal de Pelotas, que apresenta alguns dados importantes baseado no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho (MTb), em janeiro de 2017, ocorreram em Pelotas 1.758 admissões e 2.537 desligamentos, o que resultou em saldo negativo de 779 empregos formais celetistas. Observa-se, pois, uma taxa de variação de -1,24% em relação ao estoque do mês anterior. Esse desempenho foi pior do que o de janeiro de 2016, quando o saldo foi de -251 vínculos formais²⁰.

¹⁸ Disponível em: <<http://www.pelotas.rs.gov.br/cidade/dados-gerais.php>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

¹⁹ Disponível em: <caged.maisemprego.mte.gov.br/portalcaged/paginas/home/home.xhtml>. Acesso em: 10 mar. 2017.

²⁰ Disponível em: <<http://wp.ufpel.edu.br/observatoriosocial/2017/03/06/balanco-do-emprego-formal-em-pelotas-e-rio-grande-janeiro-de-2017/>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

Em Rio Grande, ocorreram 1.146 admissões e 1.547 desligamentos, resultando em saldo negativo de 401 vínculos formais, o que corresponde a uma taxa de variação de -0,96% em relação ao mês anterior. Esse desempenho foi pior do que o de janeiro de 2016, quando o saldo foi de -236 vínculos formais.

Pode-se considerar que em Rio Grande a crise com demissões em massa aconteceu devido ao cancelamento de contratos das empresas navais e plataformas de petróleo que estavam no momento sustentando a cidade, além de que, como muitos trabalhadores de Pelotas também foram buscar emprego em Rio Grande, agravou-se a situação do desemprego, tendo em vista estes fechamentos de 2015 em diante.

Um balanço setorial do emprego em Pelotas revelou que no mês de janeiro de 2017, a indústria de transformação foi o setor que apresentou o pior desempenho (-619 vínculos formais), contribuindo decisivamente para o saldo negativo do conjunto do mercado de trabalho de Pelotas. O comércio também apresentou perdas significativas, com saldo de -165 vínculos. Os demais setores não tiveram participação significativa no mês de janeiro. No período de doze meses, o cenário negativo se generaliza entre os setores, com perdas significativas de empregos no comércio (-626 vínculos), na construção civil (-513 vínculos), nos serviços (-484 vínculos), na indústria de transformação (-468 vínculos) e nos serviços industriais de utilidade pública (-223 vínculos).

Pode-se considerar de acordo com os dados acima que com o desemprego, ou seja, as indústrias e outros setores demitindo, automaticamente outras áreas são atingidas, e a primeira delas é o comércio, pois, sem condições de sustentarem-se os indivíduos não tem condições de comprarem bens para o seu consumo. O setor de serviços veio logo sendo atingido, pois sem emprego as pessoas procuram cada vez menos serviços.

Salienta-se que tais dados são baseados nos empregados celetistas, ou seja, aqueles que estão no mercado formal de trabalho, com carteira assinada, porém estes números são muito maiores quando pensamos nos trabalhadores que não podem ser quantificados, pois estão na informalidade e mesmo assim perdem os seus empregos. Apesar de serem informais, são estes empregos que sustentam muitas famílias, e com a perda deles as famílias também deixam de consumir. Pode-se verificar que é um círculo vicioso, uma vez que, sem emprego as pessoas não consomem, e então as empresas fecham e demitem os funcionários.

Comparando-se a conjuntura local com a conjuntura nacional e estadual, constata-se que as perdas de emprego foram proporcionalmente mais elevadas nos municípios de Pelotas e de Rio Grande em relação ao Brasil, que apresentou saldo de -40.864 vínculos formais, o que corresponde a uma taxa de variação de -0,11%. O desempenho da evolução do emprego formal no Rio Grande do Sul foi positivo, com saldo de 8.134 empregos formais, em janeiro de 2017, o que corresponde a uma taxa de variação de 0,32%²¹.

Se para os indivíduos que estão no mercado de trabalho, que provavelmente já tem certa experiência profissional e qualificação (25-39 anos), já está muito difícil de manter nos seus empregos, para aqueles que estão desempregados ou no mercado informal de trabalho tornar-se um trabalhador formal está mais difícil ainda.

Também está cada dia mais difícil para aqueles indivíduos mais jovens (15-24 anos) que não tem nenhuma experiência e nenhuma qualificação, fazendo com que busquem uma forma de sobreviver às altas exigências do mercado, seja em nível de qualificação, ou em nível de experiência. As empresas exigem maior escolaridade, melhor formação profissional, experiência, e outras coisas que implicam a exclusão de vastas parcelas da população do mercado de trabalho formal.

Como tentativas de ingresso no mercado de trabalho, os “indivíduos mais jovens” que estão estudando buscam um estágio que é possível realizar, caso esteja regularmente matriculado em uma escola de ensino médio, técnico ou graduação, através do IEL (Instituto Euvaldo Lodi) que é ligado ao Sistema “S” ofertando vagas de estagiário e de trainee, além de consultorias para todos os portes²². O CIE-E tem o mesmo objetivo do IEL, proporcionar estágio para os alunos regularmente matriculados em cursos de ensino médio, técnico ou graduação²³.

Os alunos que se encontram em situação de vulnerabilidade social ou que pertencem a classes mais baixas da população vão à busca dos programas de “aprendizes”, que alia qualificação ao mercado de trabalho e uma possível efetivação, pois fazem estágio nas empresas parceiras do curso, recebendo uma bolsa. Os Programas de Jovem Aprendiz podem ser ofertados pelo sistema “S”, ou pelos Institutos de Educação Federal e Tecnológica, em parceria com empresas privadas.

²¹ Disponível em: <<http://wp.ufpel.edu.br/observatoriosocial/files/2017/03/Balanco-Emprego-Formal-Pelotas-e-Rio-Grande-JAN-2017.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

²² Disponível em: <<http://www.ielrs.org.br/pt-br/sobre-o-iel>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

²³ Disponível em: <<https://www.cieers.org.br/>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

É possível também que o Programa Jovem Aprendiz seja oferecido por lojas, bancos, empresas prestadoras de serviço, porém com um número reduzido de vagas.

Neste momento que a crise do desemprego afeta todo o país, e que os ramos mais afetados é o da indústria, construção civil e comércio em Pelotas, as dificuldades aumentam, pois existem mais pessoas em busca de uma oportunidade, o que faz com que aquelas pessoas de meia idade (nem muito jovens nem muito velhos) sejam inseridas se tiver qualificação.

Existe também a discriminação pelas pessoas mais velhas (40-55 anos) por que às vezes têm experiência demais, e pela sua idade não são mais valorizadas, e por pessoas mais jovens, pois geralmente não têm experiência e nem qualificação.

Além disso, devido também à crise que o país enfrenta hoje é muito comum trocar-se um funcionário de uma empresa que tem muitos anos trabalhando nela, com um salário alto, por dois ou três estagiários ou até mesmo funcionários com salários mais baixos.

A partir desse panorama, é possível perceber que hoje em Pelotas, com o desemprego, aumentou o mercado informal de trabalho, houve uma migração dos indivíduos para outras cidades em busca de emprego, aumentaram as pequenas empresas, que não se sustentam por muito tempo, às vezes por falta de investimento ou por má administração, aumentou a violência e venda de drogas, pois mais pessoas precisam sustentar-se e então utilizam a violência como meio de sobrevivência, aumentou o núcleo de composição familiar, pois tendo em vista que vão ficando desempregados, os indivíduos buscam em suas famílias apoio para sobreviver já que não possuem mais renda.

Ainda é possível mencionar o aumento da agitação social dos indivíduos, que lutam por condições de vida, processos democráticos e mercado de trabalho fazendo mobilizações e greves, além disso, a redução na pobreza e do estado de vulnerabilidade social das pessoas tem a tendência de manter-se no mesmo patamar, pois as pessoas não têm renda para sustentar-se, conseqüentemente a isto, diminuiu a circulação da moeda no mercado, o que fez com que muitas empresas fechassem e demitissem seus funcionários. Pode-se verificar que é um círculo vicioso, pois sem emprego as pessoas não consomem, e então as empresas fecham e demitem os funcionários.

Para concluir, cita-se a cidade de Rio Grande, que fica a 60 km de Pelotas, era uma alternativa de emprego, tanto para os moradores de Pelotas, quanto de Rio Grande, e que teve um aumento significativo de empregos devido a instalação do polo naval, aumentando assim também o setor de serviços para o atendimento àqueles trabalhadores que estavam trabalhando lá.

Muitos indivíduos da cidade de Pelotas foram para Rio Grande em busca de emprego no polo naval e no setor de serviços que se encontrava aquecido. Porém, com a crise no governo o polo naval demitiu milhares de indivíduos tendo em vista que não tinham mais como mantê-los, fazendo com que o setor de serviços também fosse prejudicado.

4.2 OS CURSOS DE FORMAÇÃO DO SEST/SENAT E O PROGRAMA JOVEM APRENDIZ

De acordo com o *site* do SEST/SENAT, a oferta de cursos presenciais ocorre através de uma relação direta e dialógica entre instrutor e aluno. Seu objetivo é o desenvolvimento de competências necessárias para o desempenho das atividades profissionais no setor de transporte.

Os cursos são ofertados pelas Unidades Operacionais, considerando a demanda apresentada pelo mercado local, e são realizados por meio da oferta regular, da execução de projetos de apoio a políticas públicas ou, ainda, de parcerias com outras instituições, como a Mercedes Benz e a Associação Brasileira da Indústria Química – ABIQUIM.

Os cursos oferecidos são classificados em: cursos livres de formação inicial e continuada, Cursos Regulamentados – CONTRAN, MTE, ANAC –, Aprendizagem Profissional – Jovem Aprendiz – e Cursos Técnicos de Nível Médio.

4.3 OS JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO EM PELOTAS

Como já foi dito anteriormente, Pelotas é uma cidade média, baseada na agricultura, pecuária, indústria e setor de serviços. Nos últimos anos dependeu da

cidade portuária de Rio Grande, tendo em vista que ali sobravam vagas de emprego devido ao Polo Naval.

Contudo, o desemprego vem aumentando constantemente para todas as classes sociais e diferentes tipos de idade, para os trabalhadores mais velhos o mercado está estagnado, pois os empregadores acham que eles estão velhos demais para ocupar suas funções ou até mesmo pela crise que se apresenta preferem trocar um trabalhador que ganha mais por dois ou três com o salário menor.

Já para os jovens que não tem experiência e pouca ou nenhuma qualificação, a dificuldade só aumenta, tendo em vista que este jovem não teve condições de continuar seus estudos por ter que trabalhar em busca de sustento, ou por não terem conseguido nenhuma oportunidade profissional para alcançarem a tão almejada “experiência profissional”.

Além do mais, para aqueles jovens que estão no ensino médio ou superior é possível a realização de estágios na área em que estudam. Sendo assim,

O estágio é uma prática de aprendizado por meio do exercício de funções referentes à profissão que será exercida no futuro e que adiciona conhecimentos práticos aos teóricos aprendidos nos cursos. Há várias modalidades de estágio, o estágio curricular obrigatório que é uma atividade assegurada na matriz curricular do curso, cuja prática varia de acordo com o curso e pode ser realizadas em organizações públicas, privadas, organizações não governamentais ou através de programas permanentes de extensão da universidade. O estágio curricular não obrigatório se refere às atividades complementares ligadas à área de formação do aluno, porém, importantes para o desenvolvimento profissional dos acadêmicos, pois propicia maior tempo de intercâmbio entre a universidade e os espaços de atuação, melhorando desta forma o método de aprendizagem, podendo ser desenvolvidos em organizações que mantêm convênio com a universidade (SCALABRIN; MOLINARI, 2013, p. 2).

Conforme explicitado pelos autores acima, o estágio é considerado um aprendizado preliminar daquela profissão que o aluno pretende exercer no futuro, colocando em prática os conhecimentos teóricos adquiridos em sala de aula. Os estágios podem ser de dois tipos: o estágio curricular obrigatório, que é aquele que o aluno realiza, pois consta na matriz curricular, e pode ser realizado tanto em empresas públicas ou privadas, e o estágio não obrigatório que é aquele que o aluno realiza com o objetivo de se desenvolver profissionalmente, já que é considerada uma ligação entre a universidade e os espaços de atuação, ou seja, o aluno já vai

estar dentro da empresa para desenvolver na prática, os conhecimentos adquiridos em sala de aula. O estágio curricular obrigatório pode não ser remunerado.

Porém, para aqueles que estão estudando em escola regular é possível realizar os programas oferecidos pelo Governo Federal. Estes programas foram criados com o objetivo de oferecer qualificação aliada ao estágio (prática) e então darem uma oportunidade para aqueles jovens que estão principalmente em vulnerabilidade social, que é o público alvo desses programas. Os programas são: Projovem Urbano, Bolsa trabalhador, Programa Jovem Aprendiz (objeto de estudo deste trabalho). Tais programas são oferecidos pelo Governo Federal em parceria com instituições privadas e com o sistema “S”.

Igualmente, são ofertadas vagas de jovem aprendiz por empresas particulares, como lojas, bancos, porém com um número menor de vagas, tendo em vista que estas empresas não têm muitas vagas para serem ofertadas. Quanto ao jovem percebe-se que vários abandonaram a escola cedo e foram para a informalidade, ou seja, estão trabalhando sem carteira assinada, às vezes, seguindo os seus familiares, pois precisavam conseguir sustentar suas famílias.

Percebe-se também que o jovem possui um atraso escolar muito grande, pois não cursou as séries determinadas nos seus respectivos períodos, isso faz com que tenham dificuldade também em conseguir uma oportunidade no mercado de trabalho. Parte-se do princípio então que a educação é a base de tudo e que sem ela fica muito difícil conseguir o ingresso no mercado de trabalho, que é muito importante cursar todos os níveis nas séries corretas, para evitar assim o abandono ou a repetência.

Além dos programas já citados acima, o Governo Federal também disponibilizou o FIES e o PROUNI para facilitar o ingresso dos jovens na área educacional, porém quem utiliza na maioria das vezes esses programas são os jovens da classe média, enquanto que os jovens que estão em vulnerabilidade social têm acesso apenas ao nível técnico, que por vezes, dá um acesso mais rápido ao mercado de trabalho, tendo em vista que são cursos mais rápidos.

Cabe salientar que o desemprego proporcionou aos jovens que já estavam empregados uma desmotivação e uma dificuldade de retornar ao mercado, mesmo às vezes retornando, estão com um salário muito mais baixo devido à crise. Além do mais, as famílias tornaram-se mais numerosas, pois os jovens sem emprego tiveram

que retornar para a casa de seus pais com toda a sua família (esposa e filhos), pois não tem como se sustentar.

Ao ingressar no mercado de trabalho informalmente, muitas vezes seguindo seus pais e avós, os jovens não percebem que não estão protegidos pela Previdência Social, o que é importante em casos de doenças, acidentes e etc. Além de tudo, uma vez entrando no mercado informal de trabalho, por vezes, é difícil de sair e ter vontade de se qualificar e sair da informalidade com o objetivo de ir para o mercado formal.

Por fim, conclui-se que se para os trabalhadores adultos está muito difícil conseguir emprego, devido à crise do capital e que afeta o mercado de trabalho, o que também afeta os jovens sem escolaridade ou que estão atrasados na escola, sem qualificação profissional e sem experiência profissional está muito mais difícil, aumentando o desemprego e a informalidade das profissões com salários baixos.

4.4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS (GRÁFICOS)

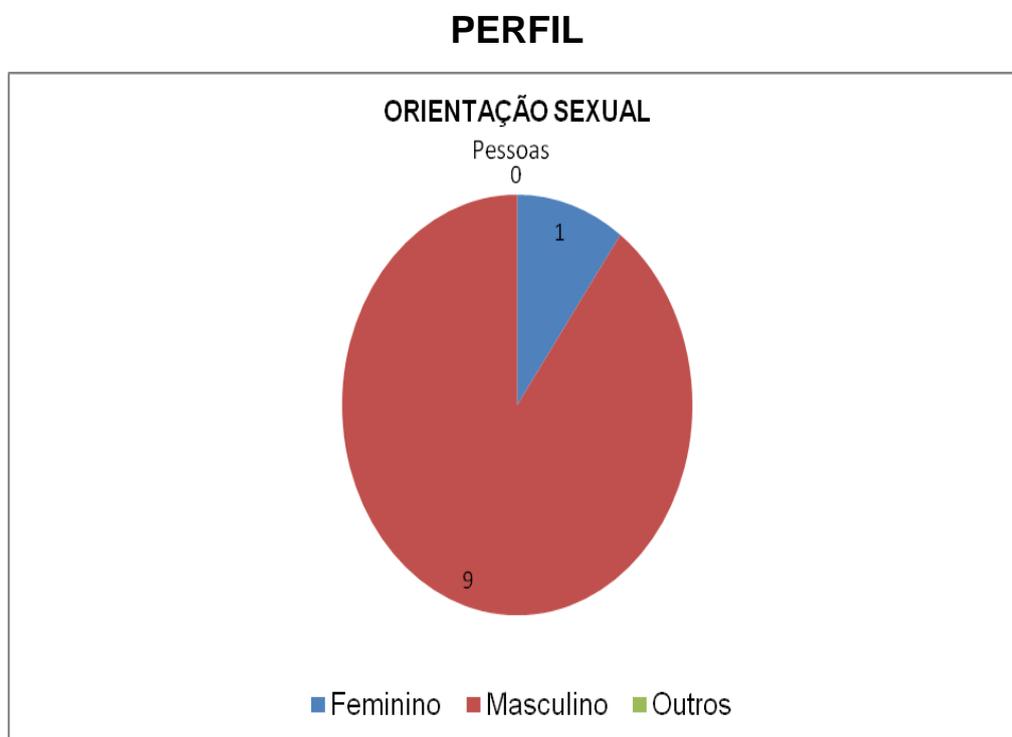


Gráfico 1: Orientação Sexual

Fonte: Autor com base nos dados coletados

Foi possível perceber que a orientação sexual dos alunos concluintes é: 9 são homens e apenas 1 é mulher.

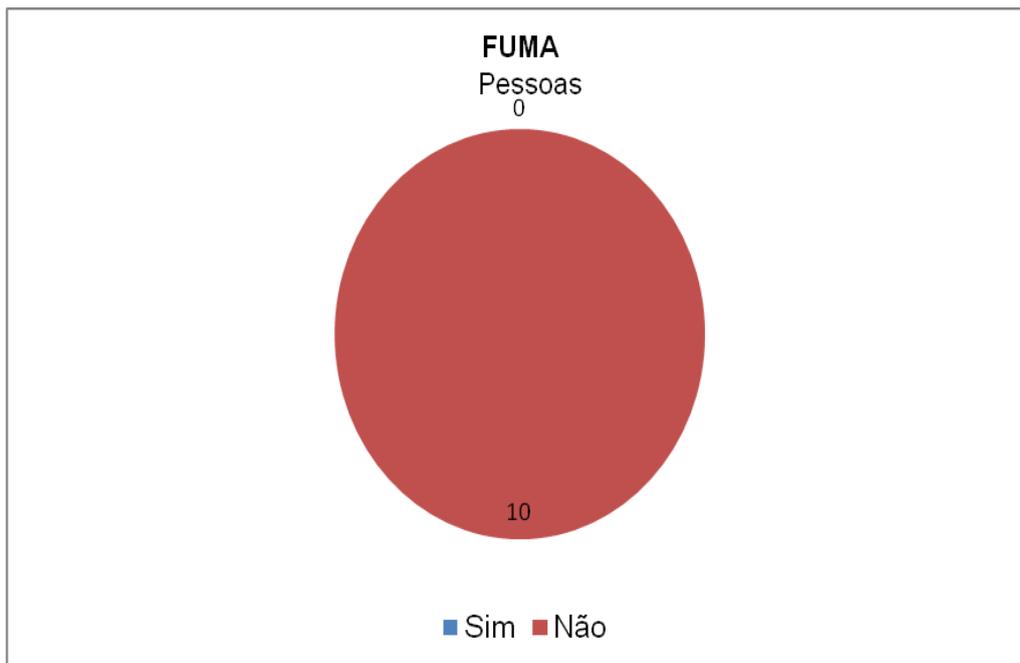


Gráfico 2: Fuma

Fonte: Autor com base nos dados coletados

Foi possível perceber que nenhum dos alunos concluintes do curso fuma.

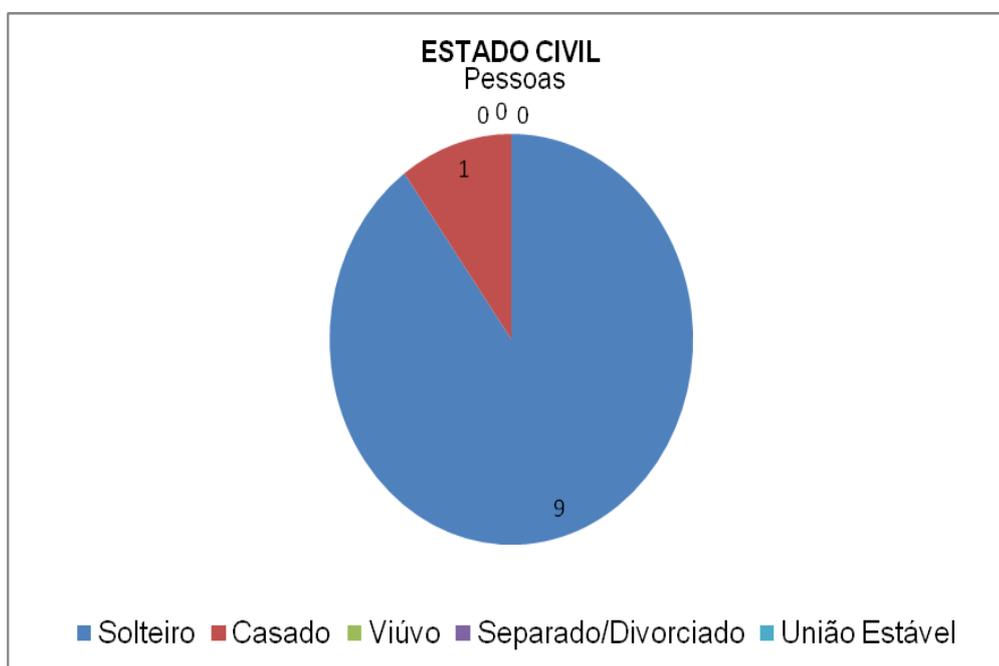


Gráfico 3: Estado Civil

Fonte: Autor com base nos dados coletados

Foi possível perceber que 9 alunos eram solteiros e apenas 1 era casado dos alunos concluintes do curso.

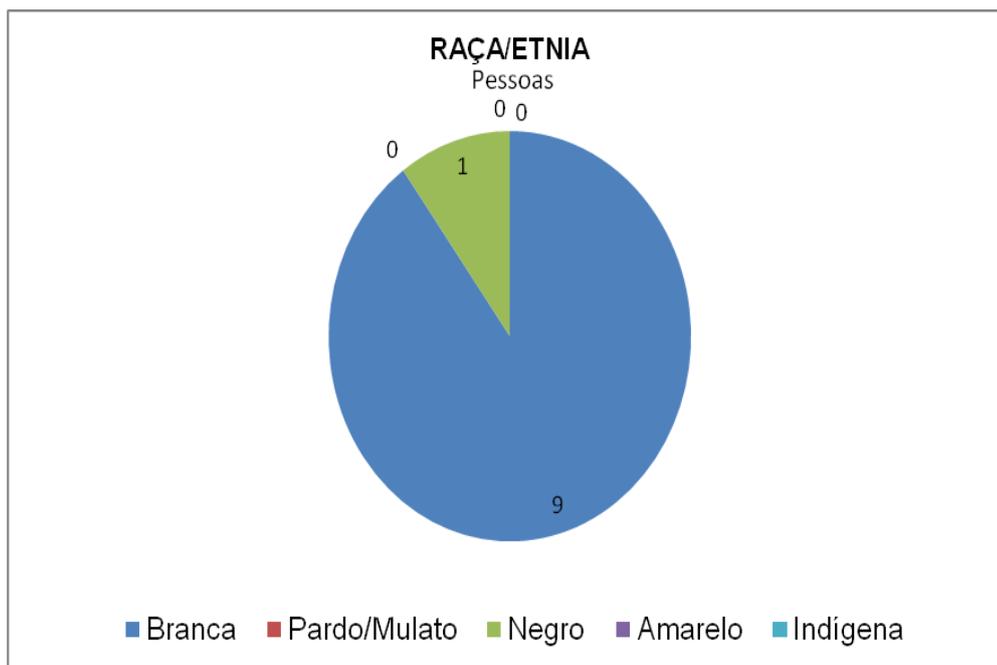


Gráfico 4: Raça/Etnia*

*Parâmetro utilizado de acordo com a ficha de inscrição do programa

Fonte: Autor com base nos dados coletados

Foi possível perceber que 9 alunos tem a raça/etnia branca e apenas 1 é negro.

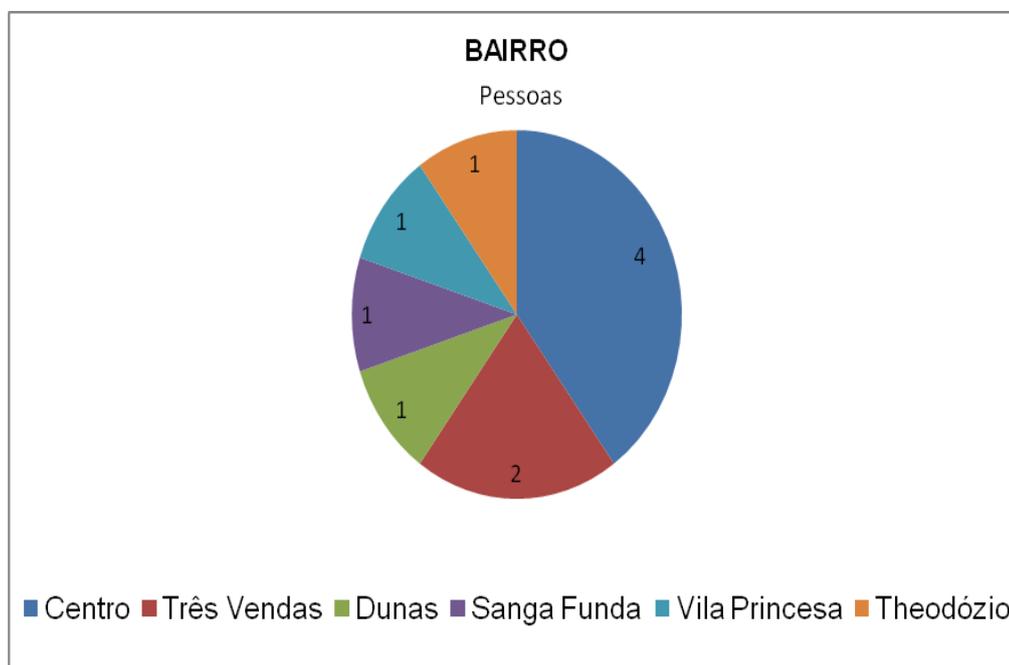


Gráfico 5: Bairro

Fonte: Autor com base nos dados coletados

Foi possível perceber que apenas 4 alunos moram no centro, 2 alunos moram nas Três Vendas, 1 aluno mora no Dunas, 1 na Sanga Funda, 1 na Vila Princesa e 1 no Theodózio.

SITUAÇÃO DE RENDA

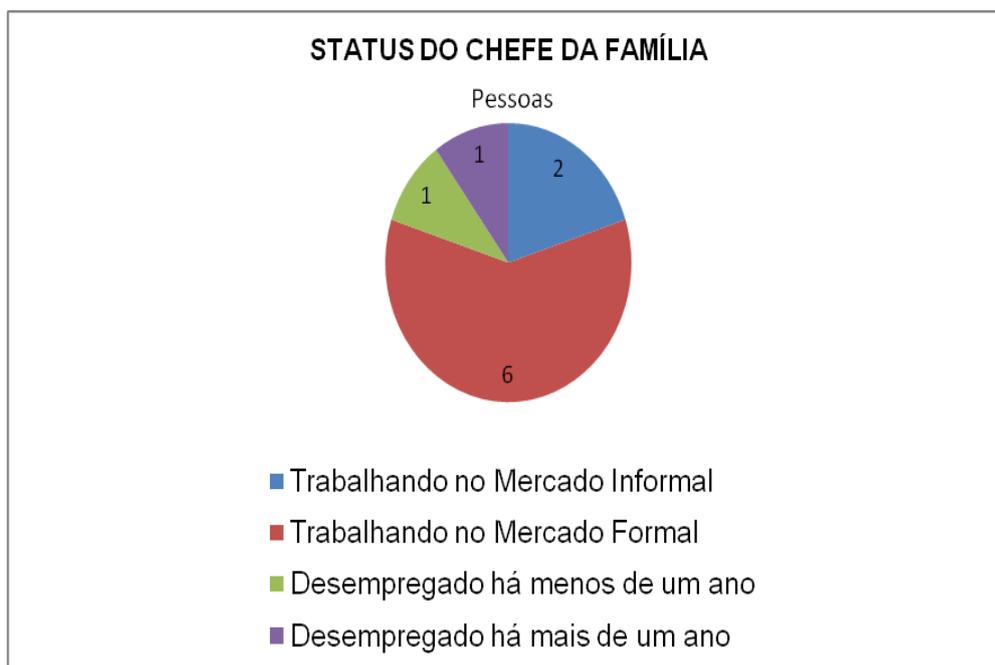


Gráfico 6: Status do Chefe de Família

Fonte: Autor com base nos dados coletados

Foi possível perceber quanto a situação de renda do chefe da família, que 6 estão trabalhando no mercado formal, 2 estão trabalhando no mercado informal, 1 está desempregado há menos de um ano e 1 está desempregado há mais de um ano.

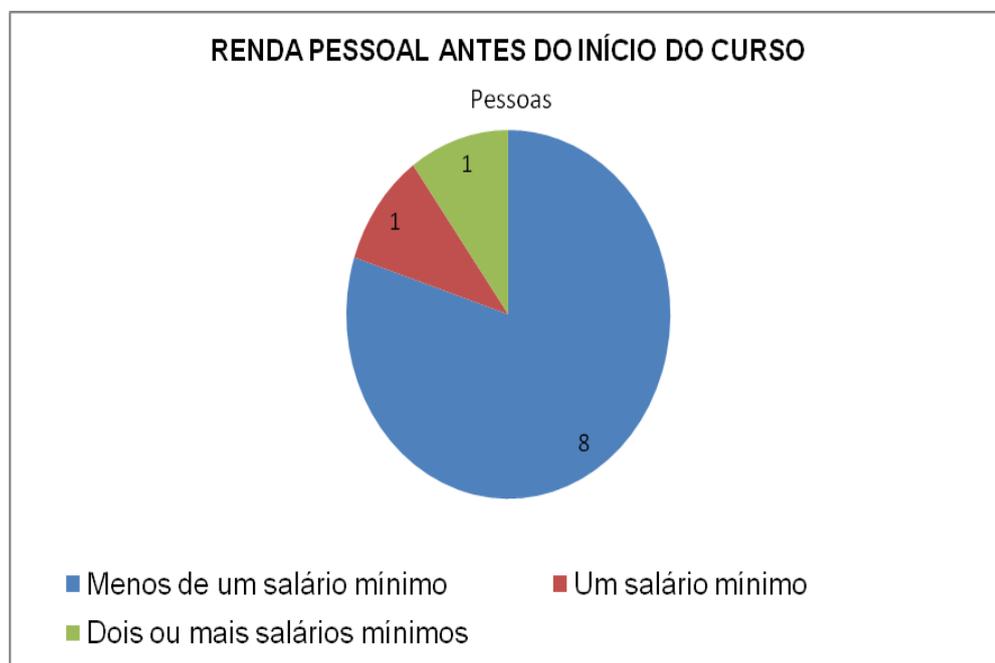


Gráfico 7: Renda Pessoal antes do Início do Curso

Fonte: Autor com base nos dados coletados

Foi possível perceber que antes do início do curso 8 alunos recebiam menos de um salário mínimo, 1 aluno recebia dois ou mais salários mínimos e 1 aluno recebia um salário mínimo.

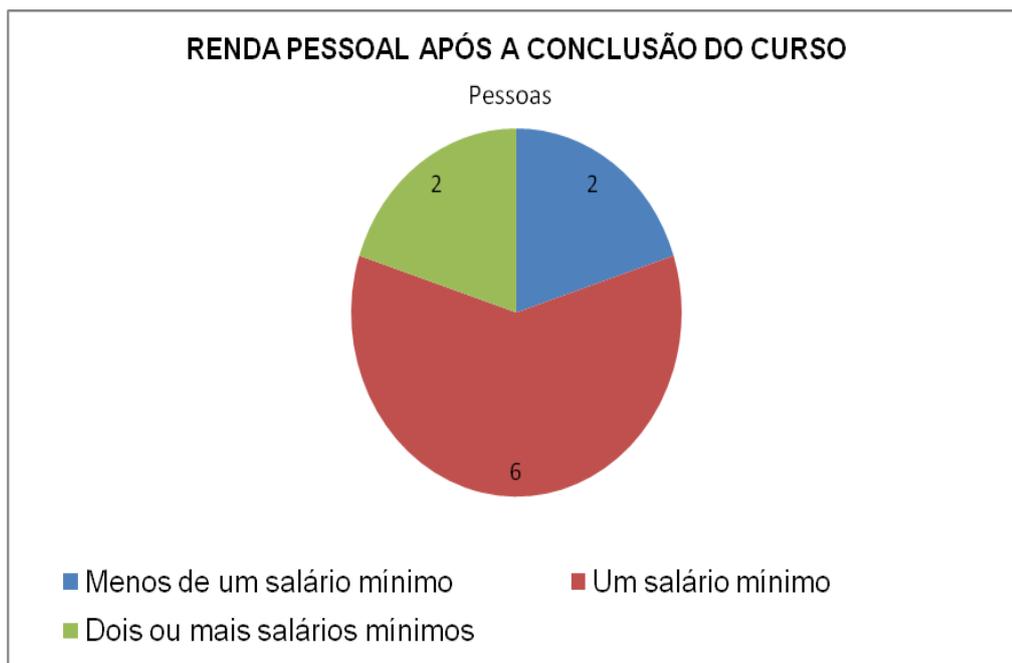


Gráfico 8: Renda Pessoal Após a Conclusão do Curso

Fonte: Autor com base nos dados coletados

Foi possível perceber que após a conclusão do curso 6 alunos recebiam um salário mínimo, 2 alunos recebiam menos de um salário mínimo e 2 alunos recebiam dois salários mínimos ou mais.



Gráfico 9: Renda Per capita de todos os Membros da Família juntos Atualmente

Fonte: Autor com base nos dados coletados

É possível perceber que 5 alunos tem como renda per capita de todos os membros da família juntos atualmente dois ou mais salários mínimos, 3 alunos tem menos de um salário mínimo e 2 alunos um salário mínimo.

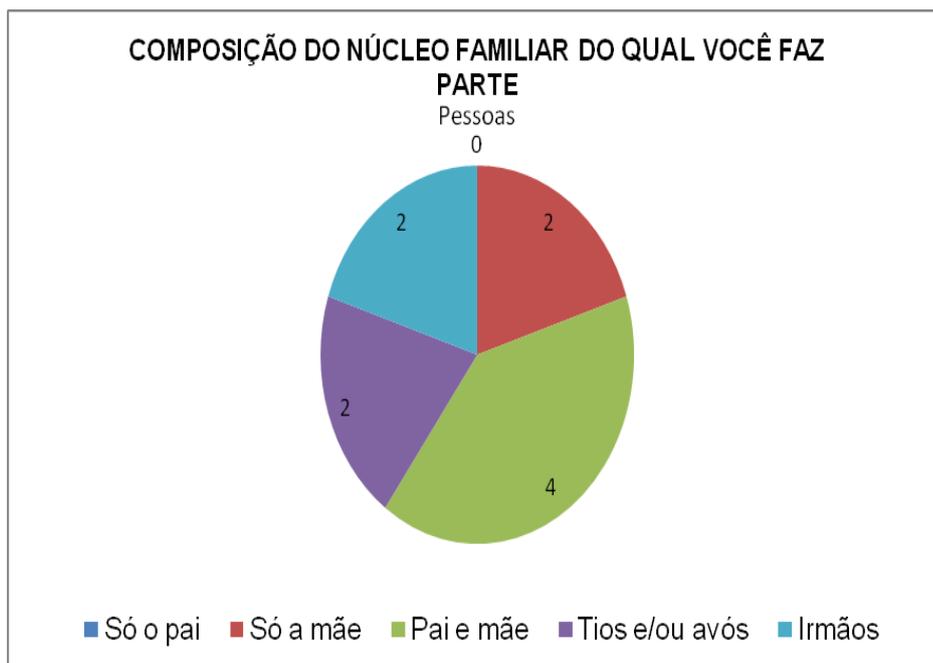


Gráfico 10: Composição do Núcleo Familiar do Qual você faz Parte

Fonte: Autor com base nos dados coletados

Foi possível perceber que a composição do núcleo familiar do qual o aluno concluinte faz parte é composto de: 4 alunos: pai e mãe, 2 alunos: tios e/ou avós, 2 alunos: só a mãe e 2 alunos: irmãos.

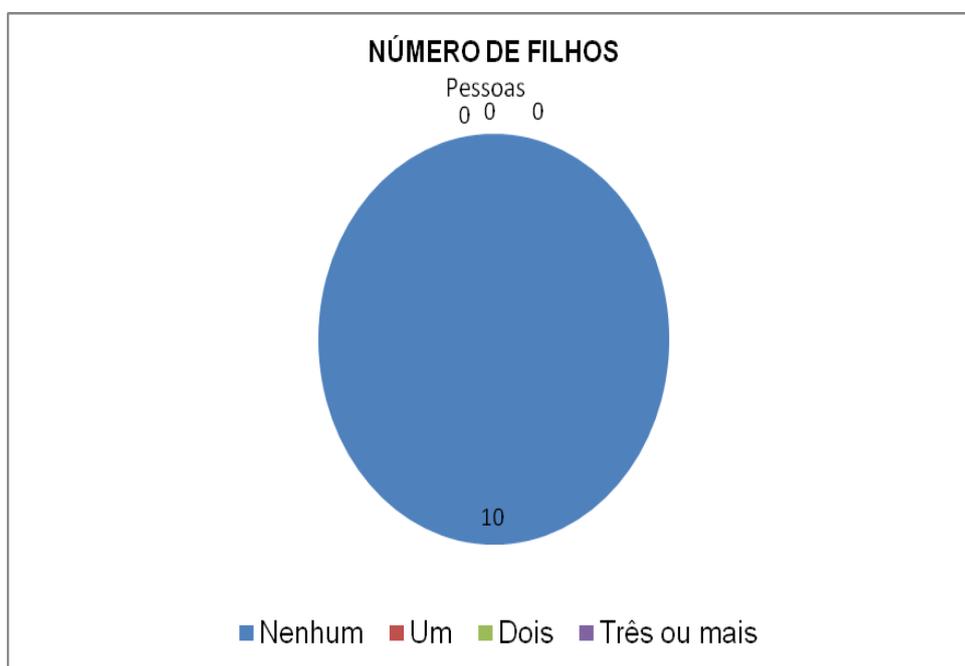


Gráfico 11: Número de Filhos

Fonte: Autor com base nos dados coletados

Foi possível perceber que de todos os alunos nenhum tem filhos.

SITUAÇÃO DE ESCOLARIDADE

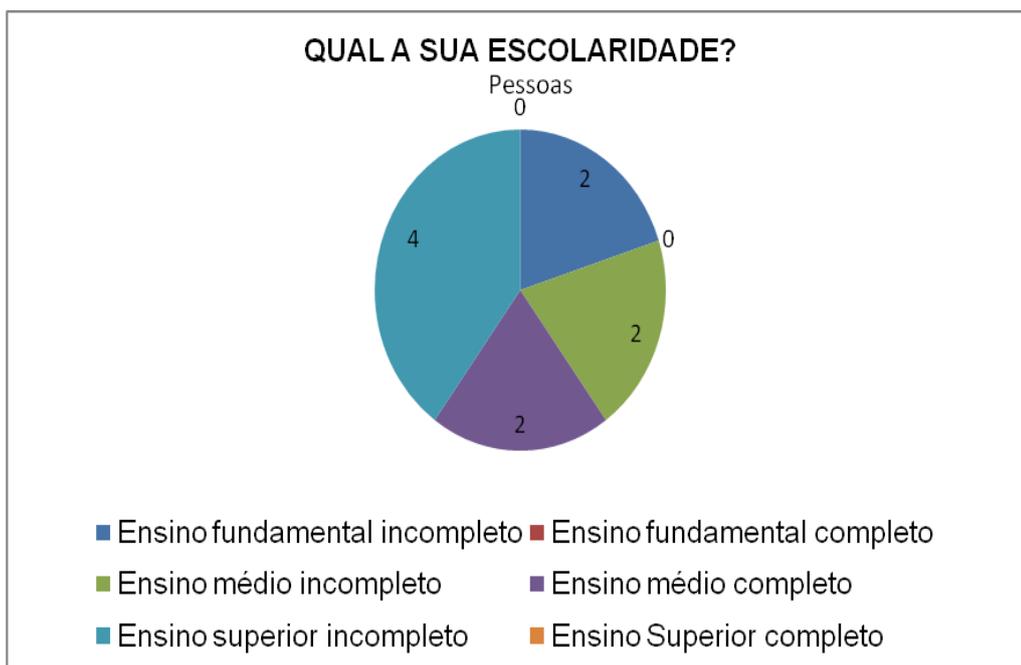


Gráfico 12: Qual a sua Escolaridade?

Fonte: Autor com base nos dados coletados

Foi possível perceber que quanto à escolaridade, 4 alunos tinham o ensino superior incompleto, 2 alunos o ensino médio completo, 2 alunos o ensino médio incompleto e 2 alunos o ensino fundamental incompleto.

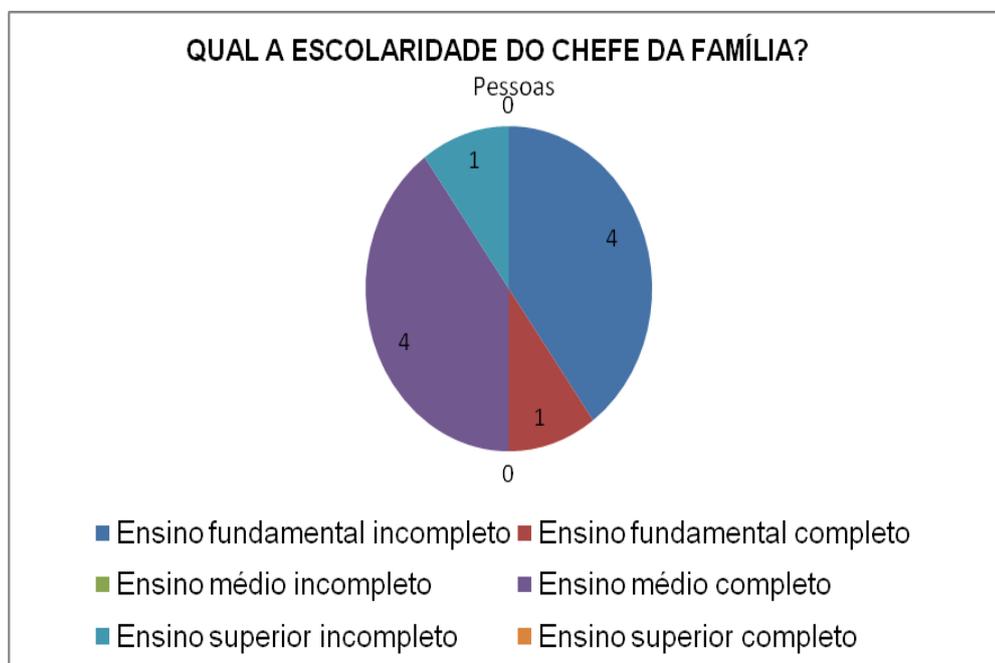


Gráfico 13: Qual a Escolaridade do Chefe de Família?

Fonte: Autor com base nos dados coletados

Foi possível perceber quanto a escolaridade do chefe da família que 4 tinha o ensino fundamental incompleto, 1 o ensino fundamental completo, 4 o ensino médio completo e 1 o ensino superior incompleto.

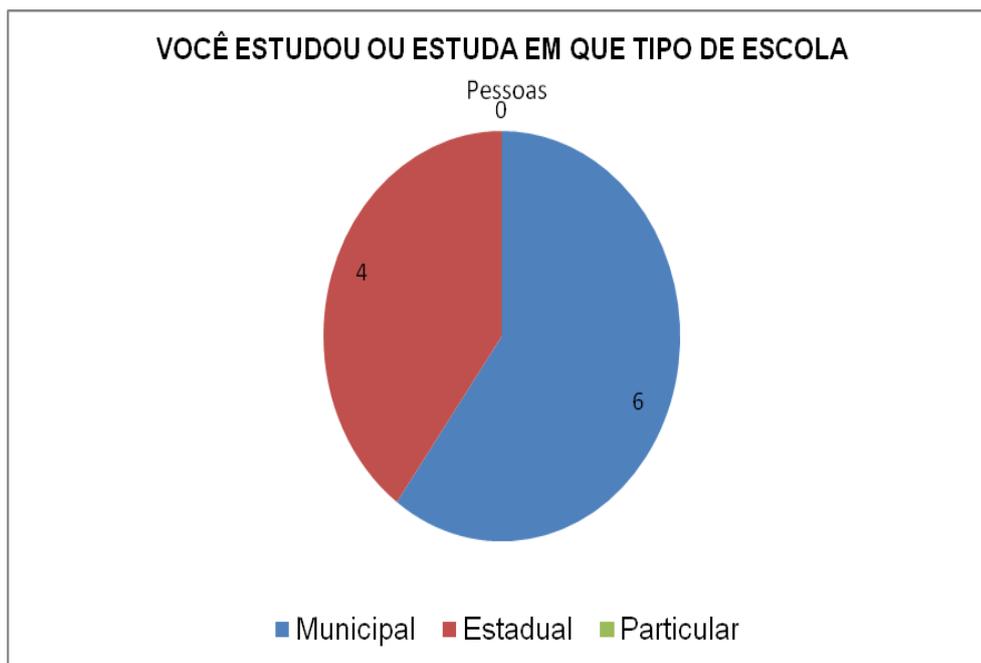


Gráfico 14: Você Estudou ou Estuda em que Tipo de Escola

Fonte: Autor com base nos dados coletados

Foi possível perceber que dos alunos concluintes 6 estudaram em escola municipal e 4 em escola estadual.

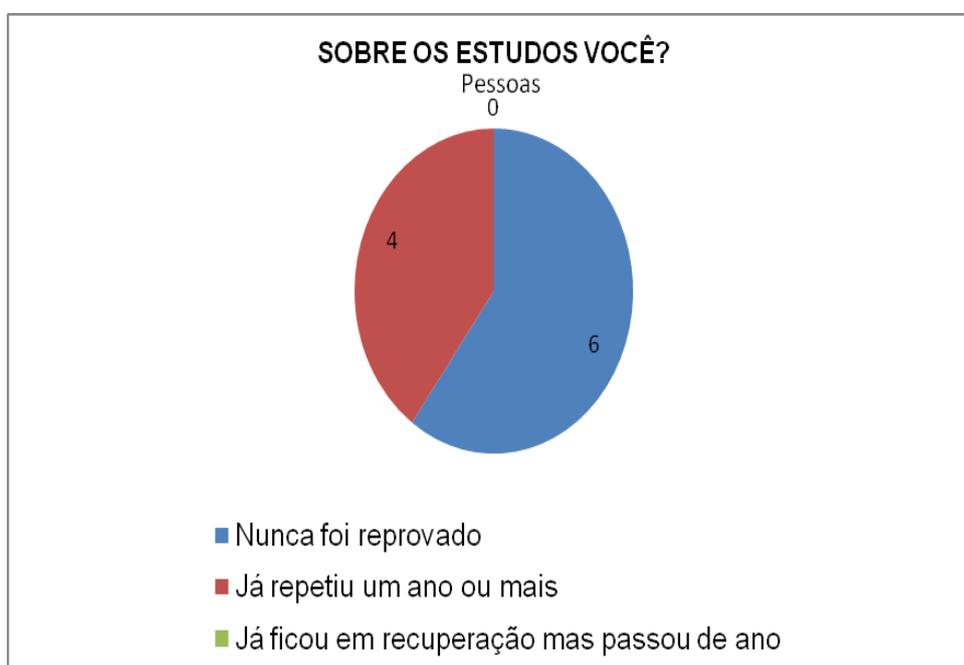


Gráfico 15: Sobre os Estudos Você?

Fonte: Autor com base nos dados coletados

Foi possível perceber que 6 alunos nunca foram reprovados, e 4 já repetiram um ano ou mais.

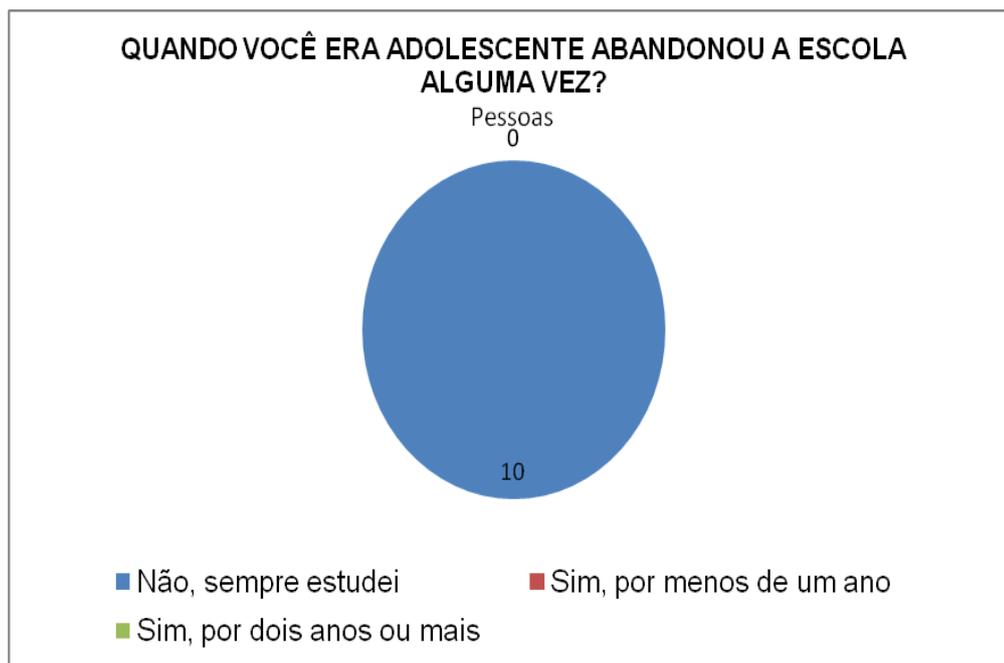


Gráfico 16: Quando Você era Adolescente Abandonou a Escola Alguma Vez?

Fonte: Autor com base nos dados coletados

Foi possível perceber que os alunos concluintes do curso sempre estudaram, nunca abandonaram a escola.

ATIVIDADE PROFISSIONAL

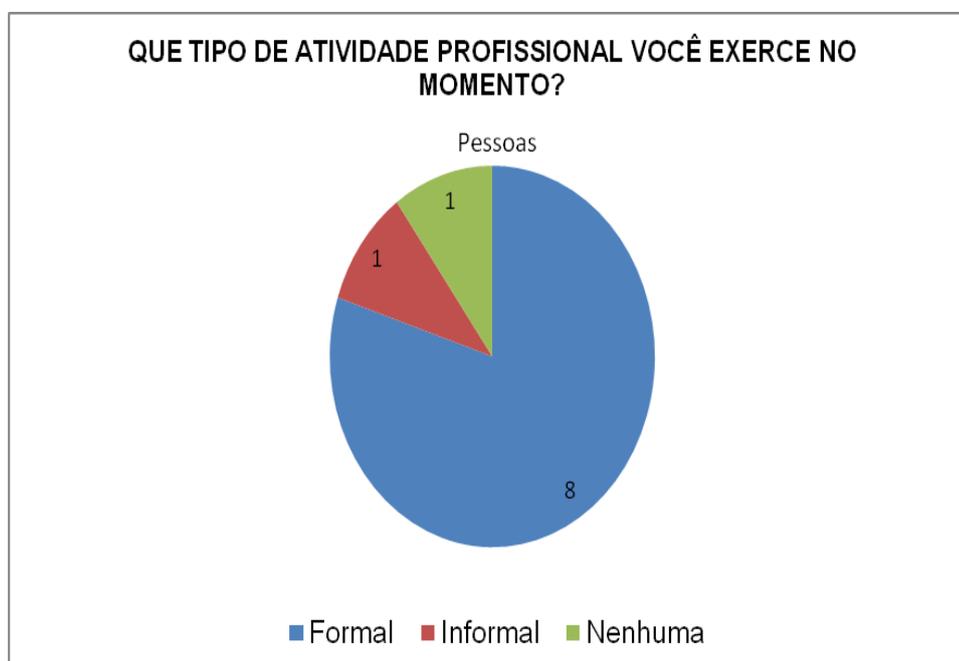


Gráfico 17: Que Tipo de Atividade Profissional Você Exerce no Momento?

Fonte: Autor com base nos dados coletados

Foi possível perceber que no momento 8 alunos exerciam atividade formal, 1 aluno exercia atividade informal e 1 aluno exercia nenhuma atividade.

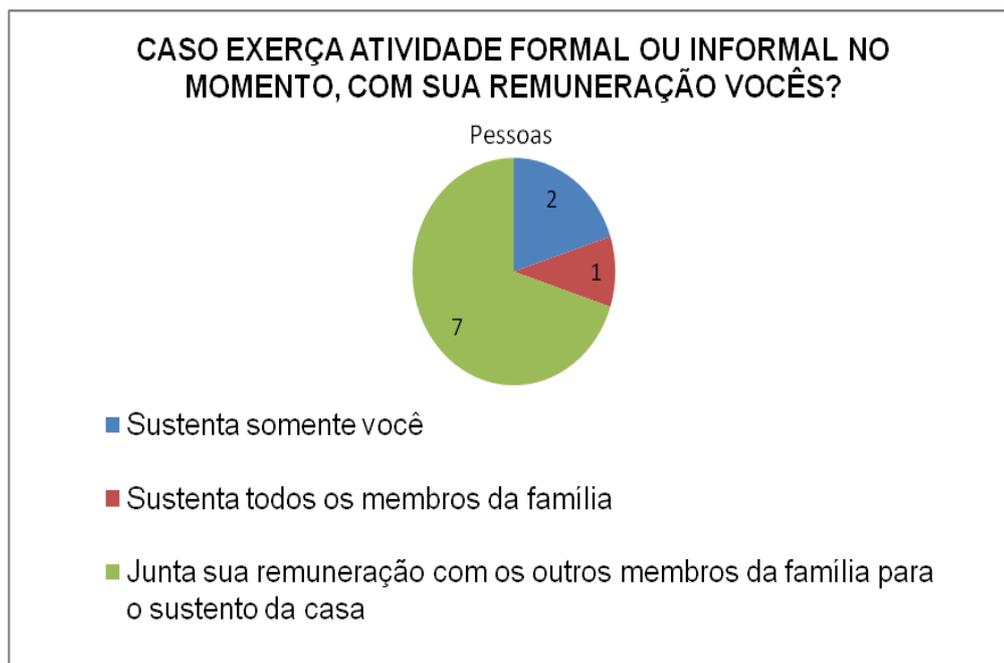


Gráfico 18: Caso Exerça Atividade Formal ou Informal no Momento, com sua Remuneração Vocês?

Fonte: Autor com base nos dados coletados

Foi possível perceber que quanto a remuneração recebida atualmente 7 alunos juntam essa remuneração com os demais membros da família para o sustento da casa, 2 se sustentam apenas, e 1 sustenta todos os membros da família.

EM RELAÇÃO AO PROGRAMA JOVEM APRENDIZ

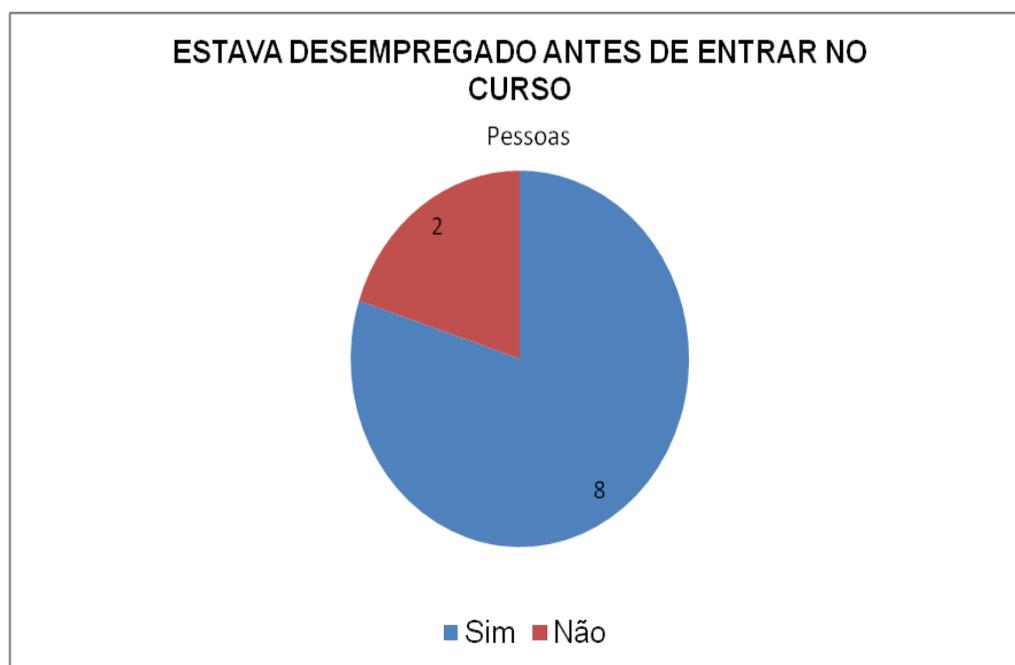


Gráfico 19: Estava Desempregado antes de Entrar no Curso

Fonte: Autor com base nos dados coletados

Foi possível perceber em 8 alunos estavam desempregados antes de entrarem no Programa Jovem Aprendiz e 2 alunos não estavam.

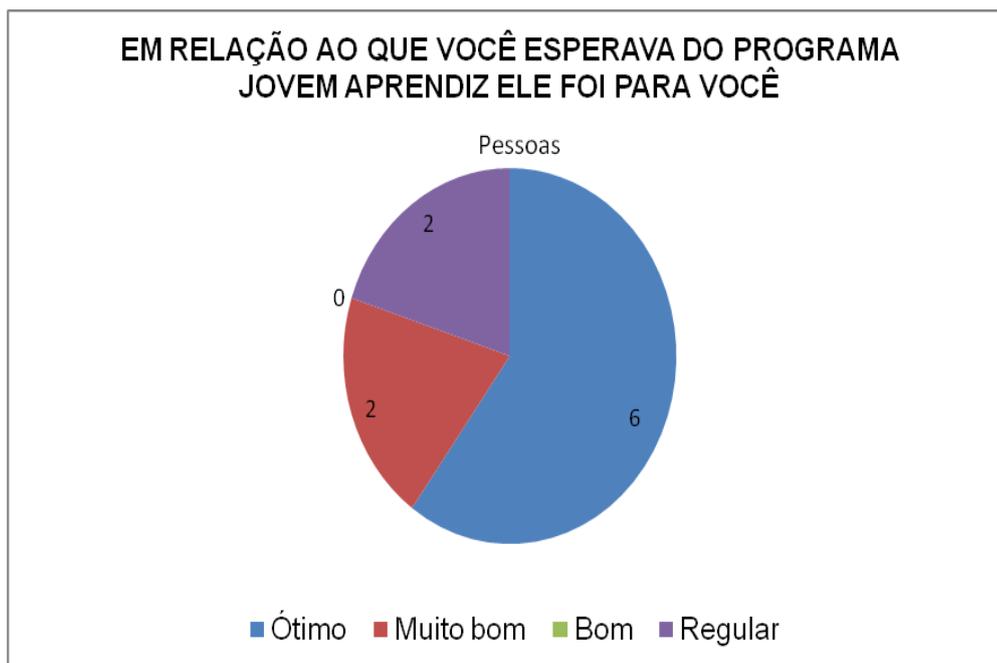


Gráfico 20: Em Relação ao que Você Esperava do Programa Jovem Aprendiz ele foi para Você

Fonte: Autor com base nos dados coletados

Foi possível perceber que o Programa Jovem Aprendiz para 6 alunos foi ótimo, para 2 foi muito bom e para 2 foi regular.



Gráfico 21: Acha que o Curso Poderia ser Melhorado?

Fonte: Autor com base nos dados coletados

Foi possível perceber que 7 alunos consideram que o curso não precisaria ser melhorado e 3 consideram que sim.

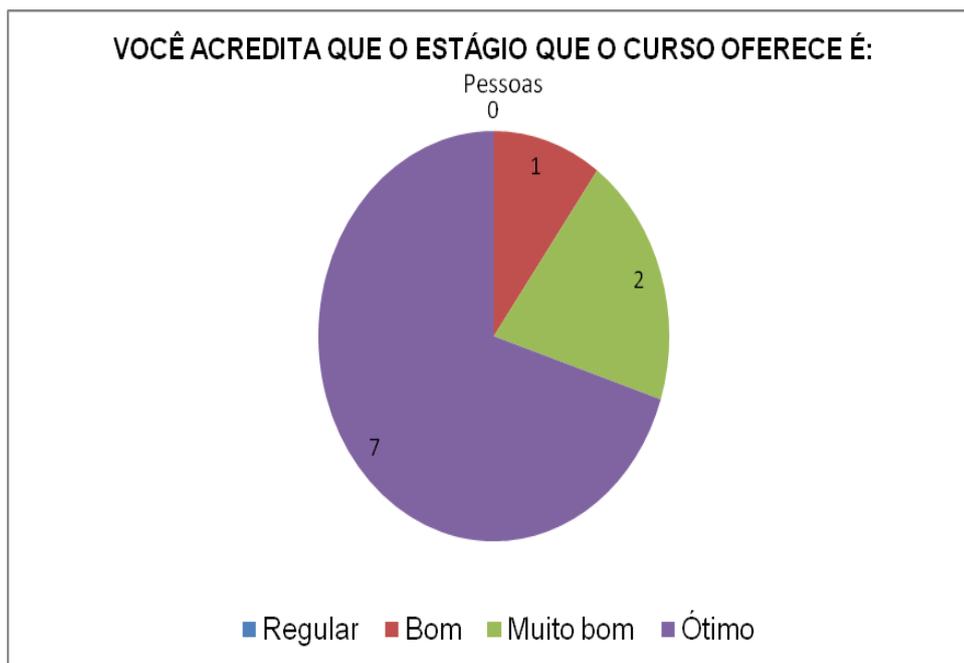


Gráfico 22: Você Acredita que o Estágio que o Curso Oferece é

Fonte: Autor com base nos dados coletados

Foi possível perceber que para 7 alunos o estágio que o curso oferece é ótimo, para 2 alunos é muito bom e para 1 aluno é bom.

4.5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS (GRÁFICOS)

Quanto ao perfil dos alunos concluintes do Programa Jovem Aprendiz chegou-se a conclusão que: são homens, não fumantes, sem filhos, solteiros, brancos.

Quanto à situação de renda dos alunos concluintes do Programa Jovem Aprendiz foi possível concluir que a maioria dos chefes de família está trabalhando no mercado formal de trabalho, que a renda dos alunos aumentou de meio salário mínimo (antes do curso) para um salário mínimo (depois do curso), que a renda per capita de toda família junta é de dois ou mais salários mínimos, que a composição do núcleo familiar é, na maioria dos casos, somente pai e mãe, e que nenhum dos alunos têm filhos.

Quanto à situação de escolaridade dos alunos é possível perceber que a maioria tem ensino superior incompleto, apesar do chefe da família ter na maioria dos casos apenas ensino fundamental incompleto, os alunos concluintes do curso estudaram em escolas municipais ou estaduais, nenhum estudou em escola

particular, a maioria dos alunos nunca reprovaram, e nem abandonaram a escola nenhuma vez.

Quanto à atividade profissional dos alunos concluintes, a maioria está no mercado formal de trabalho, e a maioria deles junta sua remuneração com os demais membros da família para o sustento de todos da família.

Em relação ao Programa Jovem Aprendiz, a maioria dos alunos estava desempregada antes de entrar no programa, para a maioria o Programa foi ótimo, pois consideram que o Programa não precisa ser melhorado, e que o estágio oferecido pelo Programa é ótimo.

Alguns aspectos merecem ser destacados tendo em vista a análise dos gráficos:

- 1- Que a renda dos alunos aumentou muito pouco, de acordo com o que recebiam antes de entrar no curso e ao concluir o curso, ou seja, se foram efetivados nas empresas, continuaram na mesma posição, não foram promovidos a nenhum cargo para ter uma remuneração melhor. Se não foram efetivados na empresa, conseguiram outro emprego, porém com salário muito baixo também, devido talvez a pouca ou nenhuma qualificação.
- 2- Que a escolaridade dos chefes de família sendo ensino fundamental incompleto, não influenciou os alunos, o mais provável seria que eles seguissem os mesmos passos de seus pais ou responsáveis, ou seja, não quisessem/pudessem estudar ou tivessem que trabalhar e então não estudariam mais. O que foi revelado na pesquisa é que os alunos concluintes do curso em sua maioria nunca deixaram de estudar, estudaram sempre em escolas municipais ou estaduais e mesmo assim tem ensino superior incompleto, ou seja, estes jovens perceberam que sem estudo e qualificação, não iriam conseguir uma oportunidade no mercado de trabalho e que o estudo regular é extremamente importante para se construir uma vida estável.
- 3- Que o Programa Jovem Aprendiz para os alunos concluintes foi ótimo, que para a maioria ele não precisa ser melhorado, que o estágio também foi ótimo, que a maioria estava desempregada antes de entrar no programa e que agora estão no mercado formal de trabalho, seja pela efetivação na empresa onde fizeram o estágio, ou por novas oportunidades de trabalho

que surgiram após a conclusão do curso. Percebe-se que mesmo para aqueles que não foram efetivados na empresa, o Programa contribuiu de alguma maneira para a sua vida pessoal e profissional, seja com o objetivo de adquirir experiência para ingressar no mercado de trabalho, seja como princípio educativo na vida destes alunos.

- 4- Que a composição do núcleo familiar baseado na pesquisa realizada no Programa Jovem Aprendiz, na maioria das vezes é composta de mãe e pai, e que os alunos ainda não têm filhos, isso mostra que as famílias estão ficando cada vez menores, e que os alunos concluintes do curso buscam primeiro uma vida financeira estável, para depois formar família (casar e ter filhos), pois necessitam estar no mercado de trabalho, para que consigam se sustentar e conseqüentemente ajudar na renda per capita do núcleo familiar a que fazem parte.
- 5- Que pelo fato de estarem formalmente empregados, estarem em um núcleo familiar, contribuindo com a sua renda para o sustento da família, sempre terem estudado, terem o ensino superior incompleto, por estarem estudando em escola regular, por terem procurado o Programa Jovem Aprendiz como uma forma de qualificação e ingresso no mercado de trabalho que estes jovens não fazem parte do grupo que se encontra em vulnerabilidade social, pois as principais características que detectam o estado de vulnerabilidade social são as condições precárias de moradia e saneamento, os meios de subsistência inexistentes e a ausência de um ambiente familiar. As pessoas que são consideradas “vulneráveis sociais” são aquelas que geralmente dependem de auxílios de terceiros para garantirem a sua sobrevivência.

4.6 ANÁLISES DOS RESULTADOS (ENTREVISTAS)

Na abordagem dos sujeitos optou-se pelo questionário com perguntas abertas e fechadas por se entender que este instrumento melhor se adéqua ao estudo. Dessa forma, foram selecionados para responder aos questionários os 55 alunos concluintes do Programa Jovem Aprendiz do SEST/SENAT, no ano de 2015, das turmas que a autora da pesquisa ministrou aulas.

Todos os questionários respondidos foram analisados e as perguntas fechadas geraram gráficos e as perguntas abertas foram transcritas e analisadas sempre preservando resguardar a identidade dos alunos, então optou-se pela seguinte convenção: os alunos serão chamados de “ J1 “, “J2”, “J3” e assim sucessivamente.

Para a análise e interpretação dos dados seguiu-se a seguinte sequência:

- Organizaram-se os dados provenientes das perguntas fechadas para elaborar os gráficos.
- Sistematizaram-se as falas dos sujeitos, que foi possível através das perguntas abertas, identificaram-se os diversos pontos de vista a cerca das questões abordadas.
- Interpretaram-se e analisaram-se de maneira reflexiva todos os dados levantados articulando-os com o referencial teórico da pesquisa.

Quando perguntado como é o estágio que o programa oferece:

O J2 disse: “Muito bom, pois estimula os jovens”.

O J3 disse: “É ótimo pois te dá uma boa oportunidade e abre caminho para outras”.

O J5 disse: “Apesar de estágio, oferece possibilidades de experiência inicial, conhecimento e conseguir uma nova colocação ao mercado”.

O J9 disse: “Apesar de não ter ficado na empresa ele considera o estágio do programa ótimo “ por que nos dá a chance de vivenciar toda aquela teoria vista em sala de aula e também para a maioria dos estagiários é a primeira vez em uma empresa trabalhando com pessoas desconhecidas, etc.”.

Quando perguntado se você foi efetivado no estágio que concluiu:

O J3 disse: “Não, pois a empresa quebrou, porém ele afirma que o curso foi ótimo, pois foi possível ter um grande aprendizado”. Ele acrescenta que trabalhou informalmente, priorizando a área da recepção, tendo em vista que não conseguiu mais na área do estágio (cobrador de ônibus) e que não está fácil de conseguir emprego”.

O J4 disse: “A função era exercida pela empresa, não havia possibilidade de efetivação”, mesmo assim ele considera o Programa ótimo e afirma que: o curso com certeza lhe deu melhores condições para conseguir novos empregos, pois o aprendizado é válido em busca de novos desafios e mesmo com dificuldades, apesar da exigência e ao nível de experiência nas empresas, sempre persistindo e não deixo de fazer a minha parte obtendo o melhor de si sempre nas procuras e participações de seleção e nas procuras (entrevistas) empresariais. Ele acrescenta que após a conclusão do estágio do Programa procurou emprego nas áreas: administrativa, atendimento, recepção, repositores e logística. Ele salienta que o nível de experiência exigido pelas empresas é uma dificuldade para conseguir a colocação no mercado de trabalho.

O J7 disse: “Sim e continuo até hoje, o curso foi muito bom para mim”.

O J10 disse: “Não tinha vaga, mas assim que surgir, a vaga é minha, pois fiz um excelente trabalho”. “Não fui efetivado, porque a situação econômica da empresa estava em crise”. E ele acrescenta quando perguntado se o curso lhe deu melhores condições para conseguir novos empregos, ele disse: “Não, há pouca valorização dos cursos de jovens aprendizes no mercado de trabalho”.

Quando perguntado se o curso precisa ser melhorado:

O J4 disse: “Em relação ao curso, a instituição poderia oferecer turmas com redução de alunos, conteúdos programáticos ainda mais produtivos aos instrutores”.

O J8 disse: “Sim, estabelecer mais funções com o dia a dia do profissional na área em que ele vai atuar após o curso”. Ele considera o estágio bom, pois “ele ensina o básico, e o básico é fundamental, vivemos em um país onde a honestidade é obrigatória lamentavelmente”.

Quando perguntado se o curso deu-lhe melhores condições para conseguir emprego:

O J6 disse: “Sim, fui efetivado e continuo até hoje, e considero que o curso é muito bom e não necessita ser melhorado. O curso foi decisivo para minha contratação e tive grande estímulo”.

O J8 disse: “Não, há pouca valorização dos cursos de jovens aprendizes no mercado de trabalho”.

O J10 disse: “Sim, ele me fez ter conhecimentos, uma aprendizagem qualificada, que me deu conhecimento pessoal e profissional”.

De acordo com as falas dos alunos acima, é possível perceber que os egressos do Programa Jovem Aprendiz conseguiram inserção no mercado de trabalho formal na maioria das vezes e que essa absorção ocorreu também na maioria das vezes nas próprias empresas onde os alunos realizaram o estágio.

Importante salientar também que a maioria dos alunos considerou o Programa Jovem Aprendiz como muito bom ou ótimo, e mesmo aqueles que não conseguiram efetivação na empresa onde realizaram o estágio, perceberam que o curso contribuiu significativamente para a inserção em outra empresa ou para a mudança na sua personalidade, caráter e modo de viver, tornando-os responsáveis.

A maioria dos alunos concorda que a participação no programa foi decisiva para a sua inserção no mercado formal de trabalho, devido ao aprendizado, e, principalmente, por ser sua primeira experiência de trabalho, tendo em vista que o mercado de trabalho está cada vez mais exigente e que hoje infelizmente somente aquelas pessoas que possuem experiência é que tem maior facilidade de concorrer às vagas de trabalho abertas.

Apesar de o Programa Jovem Aprendiz ser extremamente positivo na ótica dos alunos que realizaram o curso, algumas limitações são indicadas no intuito de melhorar o curso para os próximos que irão ocorrer como, por exemplo, redução no número de alunos por turma e conteúdos programáticos mais produtivos.

Apesar de que na ótica de alguns alunos os aprendizes não são muito “bem vistos” ou não têm tantas oportunidades quanto os trabalhadores, aqueles que não foram efetivados conseguiram emprego em outras empresas devido a qualificação e aprendizagem do Programa e aqueles que ainda estão em busca de emprego consideram o Programa um diferencial no momento da busca por uma vaga.

É possível perceber que contraditoriamente o Programa Jovem Aprendiz foi criado para qualificar mão de obra, ao passo que, não é capaz de gerar empregos suficientes para os alunos que se formam no curso, tendo em vista que somente poucos alunos são efetivados nas empresas, e a demanda dos jovens em busca de emprego continua.

No que se refere à relação do Programa e seu vínculo com trabalho como princípio educativo, pondera-se que:

Quando perguntado ao J2 se ele conseguiu emprego na área do curso, ele disse: “Não, devido a grande procura na área”. Mesmo assim, ele considera o estágio que o programa oferece como bom e afirma: “Porque de certa forma mostra para o jovem a realidade do mundo do trabalho, faz com que o jovem se torne mais responsável”.

Já o J3 disse:

Logo que saí do curso não consegui, mas depois de algum tempo desempregado, consegui, e considero que o curso foi um diferencial para hoje eu estar empregado, o curso é muito bom, te proporciona não só aprender a teoria e a prática, mas também a pessoa se torna sociável, culta, preparada para o mercado de trabalho e para a vida.

Para os jovens entrevistados, o Programa Jovem Aprendiz, quanto ao reconhecimento do trabalho como princípio educativo, através das falas acima, é possível perceber que eles enxergaram o curso e o estágio não somente como forma de estudo, qualificação e sustento (com a bolsa que recebiam), mas que também o curso deixou-os mais responsáveis, sociáveis, cultos e principalmente preparados para o mercado de trabalho e para a vida com potencialidades intelectuais.

Muito interessante considerar-se a fala de um aluno que diz que o curso proporciona o básico, e o básico é fundamental, explicando que se vive num país onde a honestidade é fundamental, ou seja, a formação do caráter e os princípios de vida que se deve aprender em casa são reforçados no Programa Jovem Aprendiz, formar cidadãos capazes de olhar o mundo com criticidade, moral, e honestidade, e assim vão criando e recriando sua própria existência, transformando a sua vida para sobreviver de maneira digna.

Frigotto (2005) pontua que, tomar o trabalho como princípio educativo é considerar que por meio dele, desde a infância, os seres humanos socializam suas experiências na busca de suprir as suas necessidades físico-biológicas e sociais para viverem em harmonia com os seus pares e a natureza. O trabalho tem uma dimensão ontocriativa, pois é através dele, mediado pelo conhecimento, ciência e tecnologia, que os seres humanos criam, recriam sua própria existência, transformando a natureza para prover sua sobrevivência.

O Programa Jovem Aprendiz propõe através de seus objetivos, já mencionados anteriormente, a formação de cidadãos para olhar o mundo e desbravá-lo em busca de uma vida melhor, podendo ser retirado das drogas, da vulnerabilidade social, do mercado informal de trabalho, ou seja, pretende olhar o aluno em sua totalidade como ser humano e como profissional.

Além disso, vale lembrar que no curso os alunos têm várias disciplinas que apresentam por objetivo prepará-los, mesmo que superficialmente, para o mundo, além das disciplinas que eles têm como obrigatórias, que são as da área de conhecimento do curso, neste caso transporte.

É possível concluir que apesar do Programa Jovem Aprendiz ser para os alunos uma ótima oportunidade de qualificação profissional, aliada à aprendizagem, enquanto os jovens são aprendizes eles estão com seus estágios garantidos, porém não existe nenhuma garantia de que vão ser efetivados ou que irão conseguir uma oportunidade de emprego após a conclusão do curso/estágio. É de responsabilidade das empresas efetivar ou não os aprendizes, e como elas não dispõem de muitas vagas para efetivação, estes jovens voltam para o mercado de trabalho em busca de uma nova oportunidade e ficam dependendo da situação do mercado, que se encontra em crise, para conseguir um emprego.

Considera-se o Programa Jovem Aprendiz uma política pública de inclusão de alunos em estado de vulnerabilidade social, porém uma política paliativa, que vem para mascarar o que realmente acontece, onde muitos alunos ficam sem serem efetivados após a conclusão do curso e sem emprego, uma vez que, na maioria das vezes, o estágio também não é considerado como “experiência profissional” que é essencial na concorrência acirrada para que se consiga uma vaga no mercado de trabalho.

Constatou-se que, só se terão jovens no mercado de trabalho, se for feito um investimento na educação de qualidade destes, principalmente dando condições para que eles tenham acesso e permaneçam na escola, pois só assim serão futuros jovens honestos, críticos e profissionais qualificados e empregados formalmente, conseqüentemente excluídos da vulnerabilidade social.

No que tange a Avaliar a pertinência da política de inclusão social promovida pelo Programa e sua relação com as Políticas Sociais considera-se que, como já foi constatado através das falas dos jovens e também de acordo com a modalidade do Programa, é possível perceber que ele é considerado uma política de inclusão

quando retira do estado de vulnerabilidade social os alunos e coloca-os na escola para fazer o curso e o estágio, além disso para ingressar no Programa é necessário estar estudando em escola regular pública.

As Políticas sociais envolvem jovens em programas de esporte, cultura e trabalho. Através do trabalho, ou seja, da carreira, as políticas sociais proporcionam aos jovens em estado de vulnerabilidade social que estudem em programas oferecidos pelo Governo Federal, enquanto isso estão ganhando um determinado valor (bolsa) e após a conclusão do curso e do estágio existe a possibilidade de efetivação na empresa. Compreende-se que é difícil arrumar o primeiro emprego e isso não é novidade para ninguém. As empresas procuram jovens qualificados e experientes, e como ninguém nasce sabendo, claro que a pessoa encontra muitos obstáculos na hora de começar sua carreira profissional. Mas os jovens podem contar com algumas iniciativas que se tornaram suas aliadas nesta jornada.

O Programa Jovem Aprendiz é considerado uma ação do governo onde são contemplados adolescentes e jovens acima de 14 anos, com prioridade para aqueles em situação de vulnerabilidade social e matriculados na rede pública de ensino. O aprendiz contratado receberá salário mínimo hora (de acordo com as horas trabalhadas), com vínculo empregatício, com anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social e com expediente limitado entre quatro e seis horas diárias.

A partir do momento que estão no Programa, os jovens se sentem incluídos socialmente, pois alguém se importa com eles e estão tendo uma primeira oportunidade de qualificação e emprego, mesmo que seja como aprendiz, além disso, com o valor que recebem referente à bolsa auxílio podem ajudar nas despesas de casa, e alguns estão tendo a carteira assinada pela primeira vez na vida, o que para eles é muito importante.

Como já foi explicitado anteriormente, o Programa é considerado bom pelos jovens, porém é uma solução paliativa de inclusão social dos jovens em estado de vulnerabilidade social, pois o Programa não se sustenta através do Governo Federal e também não se sustenta pelas empresas que oferecem as vagas para os aprendizes, pois existe a qualificação e o estágio, porém não existe a efetivação de todos os aprendizes, o que faz com que estes jovens retornem ao mercado de trabalho em busca de uma oportunidade de emprego.

Pelo exposto, considera-se que o Programa Jovem Aprendiz, assim como outros programas com os mesmos objetivos são considerados programas de materialização de Políticas Sociais e neste caso a inclusão de jovens em vulnerabilidade social, porém na prática o que ocorre é bem diferente da teoria. O ideal seria que o Governo Federal pudesse assumir a empregabilidade destes jovens fazendo parcerias com empresas que tivessem interesse em contratá-los ou que as empresas efetivassem todos estes jovens, independente da cor, raça, ou classe social, pois sabe-se que isto ocorre muito hoje em dia, os jovens em estado de vulnerabilidade social são aqueles que menos conseguem oportunidades de trabalho.

Cabe salientar que o Programa Jovem Aprendiz prepara apenas aquele grupo específico para o mundo do trabalho, tendo em vista que são estes alunos que irão realizar o curso e o estágio, conseqüentemente os alunos egressos do Programa Jovem Aprendiz, após realizarem o estágio, têm a sua carteira assinada pela primeira vez e tem sua primeira experiência profissional, estando disponíveis a concorrer uma vaga no tão disputado mercado de trabalho..

Quando perguntado se eles ou as famílias recebiam bolsa família²⁴ ou Benefício de Prestação continuada²⁵, interessante salientar que nenhum jovem respondeu, provavelmente pelo desconhecimento de tais benefícios ou porque suas famílias não recebem tais benefícios, tendo em vista não se enquadrarem nos requisitos necessários para o recebimento.

²⁴ O Bolsa Família é um programa do governo Federal que atua com ações desenvolvidas em três eixos, onde ao longo dos anos vem promovendo uma distribuição de renda um pouco mais justa, buscando erradicar a miséria e a situação de vulnerabilidade em que se encontram muitas famílias. O programa esta proporcionando aos seus beneficiados o acesso a serviços básicos como educação, assistência social, moradia, saúde, entre outros. O terceiro eixo do Programa consiste em criar condições para promover a inclusão produtiva, visando assim, garantir uma mudança de vida para as famílias beneficiadas através do acesso ao ensino de qualidade e a qualificação profissional. Através da realização de depósitos mensais direcionados para as famílias participantes do programa, que para isso, efetuaram um registro no Cadastro Único, que é o instrumento pelo qual são identificadas as famílias que possuem os requisitos necessários para receber o benefício. O valor depositado varia conforme a necessidade de cada família que é avaliada de acordo com o número de integrantes, idade e renda familiar. Disponível em: <<http://www.programadogoverno.org/bolsa-familia-do-governo-federal/>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

²⁵ Já o BPC (Benefício de Prestação Continuada) segundo o site do INSS: O Benefício da Prestação Continuada da Lei Orgânica da Assistência Social (BPC/LOAS) que garante um salário mínimo mensal ao idoso acima de 65 anos ou ao cidadão com deficiência física, mental, intelectual ou sensorial de longo prazo, que o impossibilite de participar de forma plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas. Para ter direito, é necessário que a renda por pessoa do grupo familiar seja menor que 1/4 do salário-mínimo vigente. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/servicos-ao-cidadao/todos-os-servicos/beneficio-assistencial-bpc-loas/>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste estudo possibilitou a ampliação de conhecimentos no que tange a Lei da Aprendizagem (Lei 10.097/2000) que regulamenta o Programa Jovem Aprendiz, além do Decreto 5.598/2000 que regulamenta a Aprendizagem no Brasil.

Atualmente, o que se pode perceber é que os jovens que pertencem às classes menos privilegiadas não conseguem ingressar no mercado formal de trabalho por falta de qualificação e de experiência profissional. Tais jovens são os que mais necessitam ter uma renda para sustentar suas famílias, pois o trabalho, que ganha um papel de destaque na vida deles muito cedo, tendo em vista que vivem em situações de pobreza extrema e muitas vezes deixam de estar na escola regular para dedicar-se ao trabalho, é nele que enxergam a única forma de sustento.

No entanto, a inserção destes jovens no mercado de trabalho, acompanha uma situação estrutural do país neste momento, ou seja, de desemprego, poucas oportunidades de emprego, salários muito baixos, mão de obra abundante, concorrência acirrada, exigência de qualificação e experiência profissional. Essa situação além de estar acontecendo no país, é nítida também na cidade em estudo e arredores, pois é evidente que as oportunidades de emprego estão reduzidas, as que existem, são para pessoas com muita qualificação, e com salários muito baixos, e quando ocorre uma vaga no mercado de trabalho é exigida qualificação profissional e experiência.

Dentro deste contexto, em que os jovens estão se inserindo no mercado de trabalho cada vez mais cedo é que o Estado deve implementar Políticas Públicas mais eficazes para eles, pois se encontram diante de uma situação complicada, haja vista que as políticas sociais marcadas pela ideologia neoliberal tem se mostrado cada vez mais pontuais à lógica capitalista e ao modelo neoliberal ao transformar o sistema educacional em um ofício exclusivo de inserção produtiva.

Assim, no centro das transformações contemporâneas capitalistas, surgem Políticas Públicas visando à inserção do jovem no mercado de trabalho, destacando-se o Programa Jovem Aprendiz, programa que proporciona qualificação e estágio para os alunos com idade entre 14-24 anos e que estejam estudando em escola regular, tem como objetivo oportunizar aos jovens das classes menos privilegiadas aliar conhecimento teórico com a prática. Ele é regulamentado pela Lei

10.097/2000 que proporciona a ligação entre a teoria e a prática através do estágio feito nas empresas parceiras. Nesse processo participam o jovem aprendiz, a entidade de formação profissional e a empresa que o contrata. Importante ressaltar que o Programa Jovem Aprendiz em sua essência tem como objetivo dar uma oportunidade para os jovens tornarem-se trabalhadores, ou seja, que eles tenham competências laborais que passam a definir o “moderno e novo papel do trabalhador”. Constatando o objetivo do programa através das falas dos entrevistados, foi possível perceber que o trabalho é entendido como princípio educativo na vida destes jovens, que eles não enxergam o programa somente como exercerem uma atividade laboral, mas sim, devido à diversidade de conteúdos que o programa oferece, ele forma cidadãos cultos, sociáveis, preparados para o mercado de trabalho e para a vida, formando o caráter do indivíduo e tornando-o responsável desde cedo.

Sendo considerada uma Política Pública instituída por um Governo, e tendo em vista que as mesmas são paliativas, ou seja, não se sustentam por muito tempo, o Programa Jovem Aprendiz do SEST/SENAT de 2015 na cidade de Pelotas, é considerado proveitoso pela maioria dos alunos que concluíram o curso e que consideram também que o programa foi muito importante para o ingresso deles no mercado de trabalho, segundo suas falas.

Foi constatado, através das falas dos jovens e também de acordo com a modalidade do Programa, o qual é considerado uma Política de inclusão quando retira do estado de vulnerabilidade social os alunos e coloca-os na escola para fazer o curso e o estágio, além disto para ingressar no Programa é necessário estar estudando em escola regular pública. Estar estudando hoje em dia em escola regular, sem reprovação e sem abandono para as classes mais desfavorecidas é extremamente importante, pois a maioria dos alunos abandona a escola ou repetem de série várias vezes, pois necessita trabalhar. Para ingressar no Programa Jovem Aprendiz é necessário estar matriculado e estudando em uma escola regular pública.

A partir do momento que estão no Programa, os jovens se sentem incluídos socialmente, pois alguém se importa com eles e eles estão tendo uma primeira oportunidade de qualificação e emprego, mesmo que seja como aprendiz, além disso, com o valor que recebem referente à bolsa auxílio podem ajudar nas

despesas de casa, e alguns estão tendo a carteira assinada pela primeira vez na vida, o que para eles é muito importante, segundo suas falas.

Na perspectiva dos jovens entrevistados neste estudo, o Programa Jovem Aprendiz fez com que eles, além de adquirirem conhecimentos, tivessem sua primeira experiência profissional, através do estágio que o curso oferece um ponto muito mencionado por eles nos questionários.

Outro ponto importante citado por eles é quanto à efetividade do programa, pois a maioria dos respondentes está trabalhando no mercado formal de trabalho, e isso aconteceu após a conclusão do estágio, além de que a maioria dos respondentes foi contratada onde realizou o estágio.

Ao realizar-se uma análise socioeconômica dos alunos ao ingressarem no curso e após concluírem o curso percebeu-se que a renda dos alunos aumentou muito pouco, ou seja, se foram efetivados nas empresas, continuaram na mesma posição, não foram promovidos a nenhum cargo para ter uma remuneração melhor. Se não foram efetivados na empresa, conseguiram outro emprego, porém, com salário muito baixo também, devido, talvez, a pouca ou nenhuma qualificação. Apesar de serem oriundos de famílias “pobres”, e em vulnerabilidade social, eles desde muito cedo tentam ingressar no mercado formal de trabalho, uma vez que, percebem que somente com o trabalho, vão conseguir melhorar de vida e também dos seus familiares. Os jovens deste estudo que foi realizado com os egressos do Programa Jovem Aprendiz, no ano de 2015, na cidade de Pelotas, são homens, não fumantes, solteiros, sem filhos e brancos.

Através dessa caracterização pôde-se perceber que apesar de serem pobres e viverem em estado de vulnerabilidade social, a composição do núcleo familiar na maioria das vezes é composta de mãe e pai, e que os alunos ainda não têm filhos, isso mostra que as famílias estão ficando cada vez menores, e que os alunos concluintes do curso buscam primeiro uma vida financeira estável, para depois formar família (casar e ter filhos), pois necessitam estar no mercado de trabalho, para que consigam se sustentar e conseqüentemente ajudar na renda per capita do núcleo familiar o qual fazem parte.

Cabe salientar que o desemprego proporcionou aos jovens que já estavam empregados uma desmotivação e uma dificuldade de retornar ao mercado, mesmo às vezes retornando, estão com um salário muito mais baixo devido à crise. Além do mais, as famílias tornaram-se mais numerosas, pois os jovens sem emprego tiveram

que retornar para a casa de seus pais com toda a sua família (esposa e filhos), pois não tem como se sustentar.

Através das falas dos respondentes, é possível perceber que pelo fato de estarem formalmente empregados, estarem em um núcleo familiar, contribuindo com a sua renda para o sustento da família, sempre terem estudado, terem o ensino superior incompleto, por estarem estudando em escola regular, por terem procurado o Programa Jovem Aprendiz como uma forma de qualificação e ingresso no mercado de trabalho que estes jovens não fazem mais parte do grupo que encontra-se em vulnerabilidade social. O Programa Jovem Aprendiz contribuiu para retirar os jovens do estado de vulnerabilidade social na medida em que exige que estejam estudando em escola regular, e no momento que conseguem a inserção no mercado de trabalho formal, e com a sua renda mensal contribuem com o sustento de toda a família e continuam estudando, qualificando-se para antes de formar família e sair da casa dos pais, conseguirem uma posição estável no mercado de trabalho.

Quanto à avaliação da pertinência da política de inclusão social promovida pelo Programa e sua relação com as Políticas Sociais, foi possível perceber que o Programa Jovem Aprendiz para os alunos concluintes foi ótimo, que para a maioria ele não precisa ser melhorado, que o estágio também foi ótimo, que a maioria estava desempregada antes de entrar no programa e que agora estão no mercado formal de trabalho, seja pela efetivação na empresa onde fizeram o estágio, ou por novas oportunidades de trabalho que surgiram após a conclusão do curso. Percebe-se que mesmo para aqueles que não foram efetivados na empresa, o Programa contribuiu de alguma maneira para a sua vida pessoal e profissional. Embora na fala da minoria dos respondentes pudesse-se notar a insatisfação dos alunos, quando explicam que o programa poderia ser melhorado, como por exemplo, com menos alunos em sala de aula, com disciplinas mais atraentes e conteúdos programáticos mais produtivos aos instrutores, estabelecer mais relações com o dia a dia da profissão que vai exercer.

Apesar de que na ótica de alguns alunos os aprendizes não são muito “bem vistos” ou não têm tantas oportunidades quanto os trabalhadores, aqueles que não foram efetivados conseguiram emprego em outras empresas devido à qualificação e aprendizagem do Programa e aqueles que ainda estão em busca de emprego consideram o Programa um diferencial no momento da busca por uma vaga.

Com a atual crise e o desemprego, na fala de todos os alunos que estão fora do mercado de trabalho formal, pois não conseguiram emprego ou não foram efetivados após o término do curso, é possível perceber uma desmotivação, por estarem em busca de uma vaga no mercado de trabalho e não conseguirem devido as exigências de qualificação e experiência profissional, eles citam como entraves a alta concorrência quando ocorre alguma vaga e a dificuldade de conseguir se ingressar e se manter no mercado formal de trabalho.

Constatou-se então, que o Programa Jovem Aprendiz é uma política de inclusão na vida dos mais desfavorecidos e que a sua realização para os jovens foi muito importante, seja porque se sentiram incluídos na sociedade, ou pela remuneração recebida enquanto trabalhadores formais no mercado de trabalho.

Ele relaciona-se com as políticas sociais quando a política social tem se apresentado como uma política fundamental para o “bem estar dos cidadãos”, além de se constituir em objeto de reivindicação dos mais diferentes movimentos sociais e sindicais. Quando se fala em bem estar dos cidadãos, refere-se a que todos os cidadãos tenham direito à saúde, educação, moradia, lazer, cultura, conforme descrito na Constituição Federal de 1988.

O Programa Jovem Aprendiz pode ser considerado um programa de política social quando proporciona educação para os jovens em estado de extrema pobreza, e através deste estudo eles consigam ingressar no mercado de trabalho, e com a sua remuneração possam garantir os demais direitos, que também são de responsabilidade do Governo.

Como benefícios sociais consideraram-se o Programa Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada, que foi questionado aos alunos se eles recebiam, nenhum deles respondeu, quando concluímos que foi por falta de conhecimento de cada um destes programas e por falta de divulgação por parte do governo, tendo em vista a provável falta de recursos para a continuidade destes.

Mesmo que o Programa Jovem Aprendiz seja considerado pela maioria dos respondentes como muito bom, e o estágio ser considerado ótimo, ele é considerado uma Política Pública paliativa, pois os jovens que não conseguiram se inserir no mercado de trabalho após a conclusão do curso, continuam na mesma situação de antes do curso, apenas com uma qualificação maior, além disso, os jovens que foram efetivados nas empresas onde estagiaram, com a crise, foram desligados, e devolvidos ao mercado de trabalho em busca de recolocação.

Sendo assim, só terão jovens no mercado de trabalho, se for feito um investimento na educação de qualidade destes, principalmente dando condições para que tenham acesso e permaneçam na escola, pois só assim serão futuros jovens honestos, cultos, éticos, críticos e profissionais qualificados e empregados formalmente, conseqüentemente excluídos da vulnerabilidade social.

Não se pode dizer determinantemente que o Programa Jovem Aprendiz na vida destes jovens é somente positivo, pois alguns respondentes não foram contratados, assim como não se podem afirmar somente fatores negativos, pois outros respondentes foram contratados. Porém, se foram, logo foram desligados, tendo que voltar ao mercado de trabalho, o que determinará a inserção ou não dos jovens no mercado de trabalho implica em uma série de variáveis tanto no contexto laboral como social destes jovens.

Concluindo, pode-se considerar que o Programa Jovem Aprendiz, assim como outros programas com os mesmos objetivos são considerados programas de Políticas Sociais e inclusão de jovens em vulnerabilidade social, porém na prática o que ocorre é bem diferente da teoria. O ideal seria que o Governo Federal pudesse assumir a empregabilidade destes jovens fazendo parcerias com empresas que tivessem interesse em contratá-los ou que as empresas efetivassem todos eles, independente da cor, raça, ou classe social, pois sabe-se que isto ocorre muito hoje em dia, os jovens em estado de vulnerabilidade social são aqueles que menos conseguem oportunidades de trabalho. Já os jovens de família de classe média que não necessitam participar destes programas para conseguir uma vaga no mercado de trabalho, e não necessitam trabalhar muito cedo, tendo em vista que vivem com seus pais, estão estudando, e tem um nível mais elevado de escolaridade, pois somente estudam, mas quando vão para o mercado de trabalho, já estão muito qualificados, pois fizeram uma graduação, já estagiaram e também fizeram cursos extra-curriculares, o que faz com que eles concorrendo com os demais (em classes mais desfavorecidas) saiam na frente no momento de disputar uma vaga no mercado de trabalho, devido a já ter qualificação profissional e já serem mais capacitados para as vagas.

Salienta-se que muitos alunos ou até mesmo os próprios indivíduos têm uma visão “fantasiada” do Programa Jovem Aprendiz, muitas vezes antes de entrar no programa, o que por vezes se confirma ao longo do programa e até mesmo no estágio. Idealizam que o programa é perfeito e que vai inseri-los no mercado de

trabalho e que eles irão ficar nos seus empregos, porém infelizmente a realidade é diferente.

Assim não restam dúvidas de que este estudo não esgotou os questionamentos que se tinha como viés o Programa Jovem Aprendiz do SEST/SENAT, do ano de 2015, na cidade de Pelotas, seus egressos e as mudanças nas suas vidas após a conclusão do curso, bem como se este curso é entendido como política pública e qual sua relação com as políticas sociais.

Cabe aos futuros interessados neste tema e futuros pesquisadores continuarem em busca de novos resultados para que a partir destas pistas, produzam novos conhecimentos sobre o assunto.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Gilda Cardoso de. **Estado, política educacional e direito à educação no Brasil:** “O problema maior é o de estudar”. *Educar em Revista*. p.279-292 Jan-Abr 2011. Editora da UFPR. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n39/n39a18.pdf>>. Acesso em: 15 Jan. 2017.

ARRETCHE, Marta. **Tendências no estudo sobre avaliação.** *In:* RICO, Elizabeth. *Avaliação de Políticas: uma Questão em Debate*. São Paulo: Cortez; IEE/PUC/SP, 1998. p.29-39.

BANCO DE TESES DA CAPES. Disponível em: <<http://bancodeteses.capes.gov.br/>> Acesso em: 20 jun. 2016.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

BEHRING, Elaine Rossetti, BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social:** Fundamentos e História. 9.ed. 7ª Reimpressão. São Paulo: Cortez, 2011.

BORBA, Andreilcy Alvino; LIMA, Herlander Mata. **Exclusão e inclusão social nas sociedades modernas:** um olhar sobre a situação em Portugal e na União Europeia. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 106, p. 219-240, abr./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n106/n106a03.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm> Acesso em: 19 abr. 2016.

_____. **Decreto nº 5598, de 1º de Dezembro de 2005.** Regulamenta a contratação de aprendizes e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5598.htm> Acesso em: 19 abr. 2016.

_____. **Decreto-lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943.** Aprova a consolidação das leis de trabalho. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm> Acesso em: 19 abr. 2016.

_____. **Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008.** Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm> Acesso em: 19 abr. 2016.

_____. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm> Acesso em: 19 abr. 2016.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm> Acesso em: 30 abr. 2016.

_____. **Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000.** Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10097.htm> Acesso em: 20 abr. 2016.

BUSSO, Gustavo. **Vulnerabilidad social:** nociones e implicancias de políticas para latinoamerica a inicios del siglo XXI. Seminario Internacional: las diferentes expresiones de La vulnerabilidad social en América Latina y el Caribe. Santiago de Chile: CELADE, 2001.p.3-34 Disponível em:
<<http://www.cepal.org/publicaciones/xml/3/8283/gbusso.pdf>> Acesso em: 20 jul. 2016.

CACCIAMALI, Maria Cristina. **Mercado de trabalho juvenil.** Argentina, Brasil e México. Depto de Estratégia de Emprego da Organização Internacional do Trabalho,(OIT), Genebra, 2004,p.3-120. Disponível em:
<<http://www.usp.br/prolam/downloads/trabalhojuvenil.pdf>> Acesso em: 19 jul. 2016.

CAMPOS, Francilene Souza. **Projeto Jovem Aprendiz – IDES/Promenor:** percepção do adolescente sobre a inserção no mundo do trabalho. Artigo apresentado como documento parcial para obtenção do título de Assistente Social da UFSC. .p.1-17 Disponível em:
<<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/119856/284081.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em: 07 set. 2016.

CARDOSO, José Celso, GONZÁLEZ, Roberto. **Desemprego Juvenil e políticas de trabalho e renda no Brasil:** a experiência recente dos Consórcios Sociais da Juventude. Inclusão Social. Brasília, v.2 n.1 p.30-46, 2007. Disponível em:
<<http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1588/1795>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

CARVALHO, Leandro. **Governo Fernando Henrique Cardoso.** Brasil Escola. p.1-20. Disponível em: <<http://brasilecola.uol.com.br/historiab/governo-fernando-henrique-cardoso.htm>> Acesso em: 20 jul. 2016.

CASSIOLATO, Maria Martha M. C. GARCIA, Ronaldo Coutinho. **PRONATEC:** Múltiplos arranjos e ações para ampliar o acesso à educação profissional. Cartilha IPEA. Rio de Janeiro. 2014.pág.1-70 Disponível em:
<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2406/1/TD_1919.pdf> Acesso em: 21 out. 2015.

CASTRO, Mary Garcia. ABRAMOVAY, Miriam. **Jovens em situação de pobreza, vulnerabilidades sociais e violências**. Caderno de Pesquisa nº 116. São Paulo. 2002 p. 1- 30. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742002000200007> Acesso em: 07 set. 2016.

DELUIZ, Neise; BARBOSA, Carlos Soares. **Juventude, Trabalho e Educação Profissional: O Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego em discussão**. Universidade Estácio de Sá. 2008. p.1-16. Disponível em:
<<http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt09-3950-int.pdf>>. Acesso em: 19 abr. 2017.

DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia da ciência**. São Paulo: Atlas, 1988.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. São Paulo: Saraiva, 2003.

FONSECA, Celso Suckow. **História do Ensino Industrial no Brasil**. v.1. Rio de Janeiro: Escola Técnica, 1961.

FREIRE-MAIA, Newton. **A ciência por dentro**. Petrópolis: Vozes, 1998.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A Relação entre educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica**. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100, Especial, p. 1129-1152, out. 2007. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2328100.pdf>> Acesso em: 20 jul. 2016.

_____, Gaudêncio. **Educação Tecnológica e o Ensino Médio: Concepções, Sujeitos e a Relação Quantidade/Qualidade**. Seminário de Pesquisa: Trabalho e Políticas Públicas na Educação. p.11-24. Rio de Janeiro, UERJ, 2008. Disponível em:
<http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/trabalho_pol_publ_de_educacao.pdf> Acesso em: 20 jul. 2016.

_____, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 1995.

_____, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **A Política de educação profissional no governo Lula: um percurso histórico controvertido**. Educ. Soc., Campinas, vol. 26, n. 92, p. 1087-1113, Especial - Out. 2005. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/es/v26n92/v26n92a17>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

GARCIA, Sandra. **O Fio da Navalha da História: a gênera da formação profissional no Brasil**. Universidade Estadual de Londrina. 2013. p.1- 18. Disponível em:
<http://servicos.educacao.rs.gov.br/dados/seminariointernacional/sandra_garcia_genese_form_profis.pdf> Acesso em: 20 jul. 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIMENEZ, Denis Maracci; SANTOS, Anselmo Luis dos. **Inserção dos jovens no mercado de trabalho**. Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, SP. Estudos Avançados. vol.29 nº.85 São Paulo Set./Dec. 2015 p.153-168. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/108929/107378>> Acesso em: 20 dez. 2016.

GOMES, Juliana; REIS, Artur de Siqueira. **Projovem e suas modalidades: uma abordagem a luz da Legislação**. Revista Científica Interdisciplinar nº 3 v.2 art.16 p.155-164. Disponível em: <<http://revista.srvroot.com/linkscienceplace/index.php/linkscienceplace/article/viewFile/122/61>> Acesso em: 20 jul. 2016.

GRAMSCI, Antonio. **La alternativa pedagógica**. Barcelona: Editorial Fontamara, 1981.

GUARESCHI, Neuza; REIS, Carolina; HUNING, Simone M; BERTUZZI, Leticia. **Intervenção na condição de vulnerabilidade social: um estudo sobre a produção de sentidos com adolescentes do programa do trabalho educativo**. Estudos e pesquisas em Psicologia, UERJ, RJ, v. 7, n. 1, p. 20-30, abr. 2007. Disponível em: <<http://www.revispsi.uerj.br/v7n1/artigos/pdf/v7n1a03.pdf>> Acesso em: 20 jul. 2016.

GUIMARÃES, Nadya Araujo. **Aula 6: A construção do questionário. Métodos e Técnicas de Pesquisa I**. Serv. Soc., São Paulo, n. 106, p. 219-240, abr./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/sociologia/nadya/Aula6.pdf>> Acesso em: 20 jul. 2016.

GUNTHER, Harmut. **Pesquisa Qualitativa Versus Pesquisa Quantitativa: Esta é a questão**. Psicologia: Teoria e Pesquisa Mai-Ago 2006, Vol. 22 n. 2, p. 201-210 – Universidade de Brasília. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v22n2/a10v22n2>> Acesso em: 20 jul. 2016.

HOBBSAWN, John Ernest. **Mundos do trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

JARRY, Richardson Roberto et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

LIMA, Andréa Félix de. **Políticas Públicas para a Juventude: O PRONATEC como instrumento de capacitação dos jovens para o mercado de trabalho**. Disponível em: <https://monografias.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/2006/4/Pol%C3%ADticas%20P%C3%BAblicas%20para%20a%20juventude%20o%20PRONATEC_Artigo_2015.pdf> p.1-11 -2015 – Universidade Federal do Rio Grande do Norte>- Acesso em: 21 jul. 2016.

LUZ, Paulo Roberto Moraes da. **PROGRAMA JOVEM APRENDIZ: Um estudo de caso da política pública e suas implicações no mundo do trabalho**. p. 1-171 – Dissertação da Universidade do Estado da Bahia-2015. Disponível em:

<<http://www.uneb.br/gestec/files/2015/03/DISSERTA%C3%87%C3%83O-PAULO-LUZ1.pdf>> Acesso em: 20 abr. 2017.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. **Politécnica no ensino de 2º grau**. In BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Politécnica no ensino médio. São Paulo: Cortez, 1991.

MANACORDA, Mário Alighiero. **História da Educação da Antiguidade aos nossos dias**. São Paulo: Cortez-Autores Associados, 1989.

_____, Mário Alighiero. **O princípio educativo em Gramsci**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

MARTINO, Mariluci Alves. **O mundo do trabalho e a adequação profissional: a difícil adequação**. Dissertação (Mestrado em Administração). PUC/SP. 2001. p.1-157. Disponível em:
<<https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/10204/1/Mariluci%20Alves%20Martino.pdf>> Acesso em: 30 abr. 2016.

MATTAR, Fauze Najib. **Pesquisa de marketing: metodologia, planejamento**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MATTOS, Elsa de; CHAVES, Antonio Marcos. **Trabalho e escola: é possível conciliar? A perspectiva de jovens aprendizes baianos**. Psicologia, Ciência e Profissão. vol.30 nº.3 Brasília, set. 2010. p.540-555. Disponível em:
<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932010000300008> Acesso em: 20 set. 2016.

MATTOS, Pedro Lincoln C. L. de. **A entrevista não-estruturada como forma de conversação: razões e sugestões para sua análise**. Rev. Adm. Pública; v.39 p.823-847, jul.-ago. 2005. Disponível em:
<<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6789/5371>> Acesso em: 20 jul. 2016.

MATSUZAKI, Hugo Hidemi. **O Desafio da Lei do Jovem Aprendiz: Um estudo da aplicação da Lei 10097/2000 como política pública na inclusão de jovens no mercado de trabalho**. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade de São Paulo, 2017.p.1-155. Disponível em:
<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-01122011-185435/pt-br.php>>. Acesso em: 20 mai. 2017.

MELENCHON, Jean-Luc. **Por um modelo universal de profissionalização sustentável**. Conferência proferida no Fórum Mundial de Educação, Porto Alegre, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo, Hucitec-Abrasco, 1993.

_____. Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Histórico da Educação Profissional**. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf> Acesso em: 20 abr. 2016.

_____. **Programa Universidade para Todos**. Disponível em:
<<http://siteprouni.mec.gov.br/>> Acesso em: 15 ago. 2016.

_____. **Financiamento Estudantil**. Disponível em: <<http://fiessselecao.mec.gov.br/>> Acesso em: 20 ago. 2016.

MONTEIRO, Simone Rocha da Rocha Pires. **O marco conceitual da vulnerabilidade social**. Sociedade em Debate, Pelotas, 17(2): p.29-40, jul.-dez./2011. Disponível em: <revistas.ucpel.edu.br/index.php/rsd/article/view/695/619> Acesso em: 20 jul. 2016.

MOREIRA, Eliana; FARIAS, Maria da Salete. **O Projovem e o Novo dinamismo econômico: desafios da educação profissional**. Universidade Federal da Paraíba/LAEPT 2012.p.1-20 Disponível em:
<<http://www.fclar.unesp.br/Home/Pesquisa/GruposdePesquisa/participacaodemocraciaepoliticaspUBLICAS/encontrosinternacionais/pdf-st12-trab-aceito-0186-5.pdf>> Acesso em: 20 jun. 2016.

NAZZARI, Rosana Katia. TEIXEIRA, Janaina Angelina; SANTOS. Elisangela dos **Mercado de Trabalho e Políticas Públicas para os Jovens no Brasil**. VII Seminário do Centro de Ciências Sociais Aplicadas –Campus de Cascavel - 2008, p. 1-20. Disponível em: <<http://livrozilla.com/doc/314328/mercado-de-trabalho-e-pol%C3%ADticas-p%C3%BAblicas-para-os-jovens>> Acesso em: 20 abr. 2017.

NOSELLA, Paolo. **A escola de Gramsci**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

OBSERVATÓRIO SOCIAL DO TRABALHO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. Disponível em:
<<http://wp.ufpel.edu.br/observatoriosocial/files/2017/03/Balanco-Emprego-Formal-Pelotas-e-Rio-Grande-JAN-2017.pdf>> Acesso em: 20 abr. 2017.

PADOIN, Isabel Graciele; VIRGOLIN, Isadora. **A Vulnerabilidade social como uma dificuldade a participação política**. Seminário Interinstitucional de ensino, Pesquisa, e Extensão.UNICRUZ.2010.p.1-4. Disponível em:
<http://www.unicruz.edu.br/15_seminario/seminario_2010/CCSA/A%20VULNERABILIDADE%20SOCIAL%20COMO%20UMA%20DIFICULDADE%20A%20PARTICIPA%C3%87%C3%83O%20POL%C3%8DTICA.pdf> Acesso em: 20 jun. 2016.

PESSOA JÚNIOR, Osvaldo. **Definição de conhecimento**. p.1-9. Teoria do Conhecimento e Filosofia da Ciência I. 2010. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/df/opessoa/TCFC - Cap02.pdf>> Acesso em: 20 jul. 2016.

PIRES, Ana. Luisa de Oliveira. **Reconhecimento e validação das aprendizagens experienciais**: uma problemática educativa. Revista de Ciências da Educação, nº2. Jan/Abril 2007. p.5-20. Disponível em: <moodle.fct.unl.pt/pluginfile.php/32501/mod_glossary/attachment/.../sisifo0201.pdf> Acesso em: 20 jul. 2016.

PIRES, Márcia Gardênia Lustosa. **Políticas públicas em educação para a juventude no Brasil**: o Projovem como modelo de escolarização. Faculdades Cearenses em Revista, Fortaleza, v.1, n.1, p. 218-229, jul./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.faculdadescearenses.edu.br/revista2/edicoes/vol1-1-2010/artigo13.pdf>> Acesso em: 20 jul. 2016.

PORTES, Claudia Regina Pacheco *et al.* **O Papel do Estado e as Políticas Educacionais**. 3º Congresso Internacional de Educação. UEPG. 2011. p.1-13. Disponível em: <<http://www.isapg.com.br/2011/ciepg/download.php?id=83>> Acesso em: 19 abr. 2017.

RIBEIRO, Ricardo. **O trabalho como princípio educativo**: algumas reflexões. Saúde e Sociedade, v.18, supl.2, 2009, p. 48-54. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v18s2/07.pdf>> Acesso em: 20 jul. 2016.

RUIZ, João Álvaro. A. **Metodologia científica**: guia para eficiência nos estudos. São Paulo: Atlas, 1996.

SANTOS, Anselmo Luis dos; GIMENEZ, Denis Maracci. **Inserção dos Jovens no Mercado de Trabalho**. Estudos Avançados v.29 nº 85. São Paulo 2015. p.153-168. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142015000300011> Acesso em: 20 mai. 2016.

SAVIANI, Demerval. **Sobre a concepção de politecnia**. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 1989.

_____, Demerval. **Trabalho e Educação: fundamentos ontológicos e históricos**. Revista Brasileira de Educação. Trabalho apresentado em sessão especial no GT Trabalho e Educação, durante a 29ª Reunião Anual da ANPED, realizada em Caxambu - MG, de 16 a 20 de outubro de 2006. p.1-15. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

SCALABRIN, Izabel Cristina; MOLINARI; CORDER, Adriana Maria. **A importância da prática do Estágio Supervisionado nas licenciaturas**. 2013 –p.1-12. Disponível em: <http://revistaunar.com.br/cientifica/documentos/vol7_n1_2013/3_a_importancia_da_pratica_estagio.pdf> Acesso em: 13 mai. 2016.

SELL, Carlos Eduardo. **Sociologia Clássica: Marx, Durkheim e Weber**. 6.ed, Petrópolis: Vozes, 2014.

SEST/SENAT. Unidade de Pelotas. Disponível em:
<<http://www.sestsenat.org.br/unidade/pelotas>> Acesso em: 20 jun. 2016.

SILVA, Elizângela. **As Entrelinhas da inclusão/exclusão na atualidade: uma discussão conceitual**. V Jornada Internacional de Políticas Públicas. Maranhão, 2011. p.1-9. Disponível em:
<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/DESIGUALDADES_SOCIAIS_E_POBREZA/AS_ENTRELINHAS_DA_INCLUSAO_EXCLUSAO_SOCIAL_NA_ATUALIDADE_UMA_DISCUSSAO_CONCEITUAL_.pdf> Acesso em: 20 jun. 2016.

SIT. Secretaria de Inspeção do Trabalho e Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (SPPE). **Manual de Aprendizagem: O que é preciso saber para contratar o aprendiz**. Brasília, 2013. p.9-87.

SODRÉ, Jorge Irajá Louro. **Os direitos sociais e as políticas públicas: a dificuldade na efetivação**. Revista de Direito. p.237-254 – Agosto de 2015. Disponível em: <<http://www.seer.ufv.br/seer/revdireito/index.php/RevistaDireito-UFV/article/view/210/48>> Acesso em: 20 dez. 2016.

STAKE, Robert E. **Investigación con estudios de casos**. Cuarta edición. Morata. 2007.p.1-157. Disponível em:
<<http://www.nelsonreyes.com.br/LIVRO%20STAKE.pdf>> Acesso em: 20 jun. 2016.

TAVARES, Jorge Alberto Vieira; ROSA, Denise Cristina Silva; ROSA, Elisângela Silva. **Projovem urbano: Programa de inclusão social**. VII Colóquio Internacional 2012. São Cristóvão/SE, p.1-11 Brasil. 20 a 22 de setembro de 2012. Disponível em:
<<http://docplayer.com.br/8645537-Projovem-urbano-programa-de-inclusao-social.html>> Acesso em: 20 jul. 2016.

TEODORO, Elinilze Guedes; SANTOS, Rosineide Lourinho. **Trabalho como princípio educativo na educação profissional**. Revista de Ciências Humanas, Vol. 11, Nº 1, jan./jun. 2011, p. 151-162. Disponível em:
<<http://docplayer.com.br/7278631-Trabalho-como-principio-educativo-na-educacao-profissional.html>> Acesso em: 20 jun. 2016.

TOMMASI, Livia de. **Juventude e direito ao trabalho** In: Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional. Helena Wendel Abramo e Pedro Paulo Martoni Branco (orgs.). São Paulo: Instituto Cidadania/Fundação Perseu Abramo, 2005.p.1-448.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução a pesquisa em ciências sociais: A pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VENTURA, Magda Maria. **O Estudo de Caso como Modalidade de Pesquisa**. Rev SOCERJ. 20(5):p.383-386 setembro/outubro 2007. Disponível em: <http://www.rbconline.org.br/wp-content/uploads/a2007_v20_n05_art10.pdf> Acesso em: 20 jul. 2016

YANAGUITA, Adriana Inácio. **As Políticas Educacionais no BRASIL nos anos 1990**. Faculdade de Filosofia e Ciências – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus de Marília – 2011- p.1-13. Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompletos/comunicacoesRelatos/0004.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2017.

YIN, Roberto K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2 ed. Porto Alegre: Bookmam, 2001.

ANEXOS

ANEXO A

Instrumento de pesquisa

Roteiro para aplicação de questionário (perguntas abertas e fechadas) dirigido para os egressos do Programa Jovem Aprendiz do ano de 2015 em Pelotas.

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

INSTITUIÇÃO

Universidade Católica de Pelotas

Programa de Pós-Graduação em Política Social

Mestrado em Política Social

TÍTULO DA PESQUISA

Programa Jovem Aprendiz e mercado de trabalho: uma análise a partir dos alunos egressos dos cursos promovidos pelo SEST/SENAT no Município de Pelotas (2015).

MESTRANDA

Fernanda Machado

ORIENTADOR

Dr. César Augusto Costa

NOME DO EGRESSO:

1 Perfil

a) Qual a sua faixa etária?

() 14-20

() 21-24

b) Qual sua orientação sexual:

() Feminino

() Masculino

() Outros: _____

c) Você fuma:

() Sim

() Não

d) Qual seu estado civil?

() Solteiro

() Casado

() Viúvo

() Separado/divorciado

() União estável

e) Qual a sua raça/etnia?

- () Branca
 () Pardo/mulato
 () Negro
 () Amarelo
 () Indígena

2 Situação de renda

a) Assinale a quantidade de itens que a sua família possui:

Descrição de itens	0	1	2	3	4 ou +
1) Televisão em cores					
2) Rádio					
3) Banheiro					
4) Automóvel					
5) Empregada mensalista					
6) Máquina de lavar					
7) DVD					
8) Geladeira					
9) Freezer (aparelho independente ou parte da geladeira duplex)					

b) Qual a status do chefe da família?

- () Trabalhando no mercado informal
 () Trabalhando no mercado formal
 () Desempregado há mais de um ano
 () Desempregado há menos de um ano

c) Qual a renda per capita de todos os membros da família juntos?

- () Menos de 1 salário mínimo
 () 1 salário mínimo
 () 2 ou mais salários mínimos

d) Há alguém de sua família que recebe algum benefício?

- Benefício de Prestação Continuada
- Programa Bolsa Família
- Outro _____

e) Qual a composição do núcleo familiar, do qual você faz parte?

- Só o pai
- Só a mãe
- Pai e mãe
- Tios e/ou avós
- Irmãos: quantos? _____
- Outros: _____

f) Qual o seu número de filhos?

- Nenhum
- 1
- 2
- 3 ou mais

3 Situação de escolaridade

a) Qual a sua escolaridade?

- Ensino fundamental incompleto
- Ensino fundamental completo
- Ensino médio incompleto
- Ensino médio completo
- Ensino superior incompleto
- Ensino superior completo

b) Qual a escolaridade da(o) chefe da família?

- Ensino fundamental incompleto
- Ensino fundamental completo
- Ensino médio incompleto
- Ensino médio completo
- Ensino superior incompleto
- Ensino superior completo

c) Você estuda ou estudou em qual tipo de escola?

- Municipal
- Estadual
- Particular

d) Sobre os estudos você:

Nunca foi reprovado

Já repetiu um ano ou mais

Já ficou em recuperação, mas passou de ano

e) Quando você era adolescente abandonou a escola alguma vez:

Não, sempre estudei

Sim, por menos de um ano

Sim, por dois anos ou mais

4 Atividade Profissional

a) Que tipo de atividade profissional você exerce no momento?

Formal

Informal

Nenhuma

b) Caso exerça atividade formal ou informal no momento, com sua remuneração você:

Sustenta somente você

Sustenta todos os membros da família

Junta sua remuneração com os outros membros da família para o sustento

da casa

5 Em relação ao Programa Jovem Aprendiz

a) Estava desempregado(a) antes de entrar no curso?

Sim

Não

b) Você foi efetivado no estágio que realizou no Programa Jovem Aprendiz?

Sim e continuo até hoje

Sim mas já me desligaram da empresa, por que_____

Sim mas me desliguei da empresa, porque_____

Não, porque: _____

c) Em relação ao que você esperava do Programa Jovem Aprendiz ele foi pra você:

Ótimo

Muito bom

Bom

Regular

Outro_____

d) Na sua opinião, o curso que você fez lhe deu melhores condições para conseguir novos empregos?

e) Houve algum estímulo, encaminhamento ou ajuda da Secretaria Social e Segurança ou SEST/SENAT para você encontrar emprego após a conclusão do curso?

() Sim: caso sim como se deu este encaminhamento ou ajuda

() Não

f) Você procurou emprego após formar-se e concluir o estágio do Programa Jovem Aprendiz?

Caso não, por que não houve a procura?

Caso sim, em que setores você procurou emprego?

Caso sim, como foi a experiência de ter procurado emprego?

Caso sim, quais as possibilidades você percebeu de inserir-se no mercado de trabalho em Pelotas?

g) Você conseguiu emprego na área do curso?

Caso não, quais foram as dificuldades encontradas?

Caso sim, onde conseguiu emprego?

Caso sim, como é o seu trabalho (função que desempenha e tipo de contrato de trabalho)?

Caso sim, você acha que o curso foi decisivo para a contratação?

Caso sim, por quanto tempo durou o emprego?

h) Acha que o curso poderia ser melhorado?

() Sim: como? _____

() Não

i) Você acredita que o estágio que o Programa oferece é:

() Regular

() Bom

() Muito bom

() Ótimo

Porque? _____

ANEXO B

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

O projeto do qual faz parte este termo de Consentimento tem como objetivo conhecer as características socioeconômicas dos egressos do Programa Jovem Aprendiz do SEST/SENAT no ano de 2015 e verificar de que maneira estes cursos impactaram suas vidas, transformando-as para melhor. Espera-se com os resultados da investigação oferecer subsídios para contribuir com a avaliação do programa SEST/SENAT, e também contribuir com a discussão acerca de que rumos as vidas destes egressos tomaram no sentido de enxergar o Programa Jovem Aprendiz como um programa transformador na vida destas pessoas.

Para a realização desta pesquisa serão feitos questionários. A participação em responder estes questionários não oferece risco ao participante, uma vez que as informações coletadas serão tratadas de forma sigilosa, sendo omitidos os nomes dos participantes nos resultados da pesquisa bem como na sua divulgação.

Pelo presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, declaro que autorizo a minha participação neste projeto de pesquisa, pois fui informado, de forma clara e detalhada, livre de qualquer forma de constrangimento e coerção, dos objetivos, da justificativa, dos procedimentos que serei submetido, dos riscos, desconfortos e benefícios, assim como das alternativas às quais poderia ser submetido, todos acima listados.

Fui, igualmente, informado:

da garantia de receber resposta a qualquer pergunta ou esclarecimento a qualquer dúvida acerca dos procedimentos, riscos, benefícios e outros assuntos relacionados com a pesquisa;

da liberdade de retirar meu consentimento, a qualquer momento, e deixar de participar do estudo, sem que isto traga prejuízo à continuação de meu cuidado e tratamento;

da garantia de que não serei identificado quando da divulgação dos resultados e que as informações obtidas serão utilizadas apenas para fins científicos vinculados ao presente projeto de pesquisa;

do compromisso de proporcionar informação atualizada obtida durante o estudo, ainda que esta possa afetar a minha vontade em continuar participando;

da disponibilidade de tratamento médico e indenização, conforme estabelece a legislação, caso existam danos a minha saúde, diretamente causados por esta pesquisa;

de que se existirem gastos adicionais, estes serão absorvidos pelo orçamento da pesquisa.

O pesquisador responsável por este projeto de pesquisa é Fernanda Fonseca Machado (Fone 53 991516650)

O presente documento foi assinado em duas vias de igual teor, ficando uma com o voluntário da pesquisa ou seu representante legal e outra com o pesquisador responsável.

Data: ____ / ____ / ____

Assinatura do sujeito da pesquisa

Assinatura do pesquisador

Pelotas, 02 de janeiro de 2017.

À

UCPEL

A/C Prof^o. Dr^o. Luis Antonio Bogo Chies

Coordenador do Programa de Pós Graduação em Política Social da UCPEL

Prezado Senhor,

Informamos que iremos fornecer os contatos dos alunos concluintes das turmas 24^a (Início: 19/01/2015 e Término: 22/12/2015) e 25^a (Início: 22/04/2015 e Término: 26/02/2016) do Programa Jovem Aprendiz do SEST/SENAT na cidade de Pelotas para a mestrandia Fernanda Fonseca Machado, poder realizar a pesquisa de campo do trabalho intitulado "PROGRAMA JOVEM APRENDIZ E MERCADO DE TRABALHO: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS ALUNOS EGRESSOS DOS CURSOS PROMOVIDOS PELO SEST/SENAT NO MUNICÍPIO DE PELOTAS (2015)".

Desde já nossos cumprimentos.



CARLOS JORGE RIBEIRO

Coordenador de Desenvolvimento profissional SENAT Pelotas RS

Fone: 53 3284 1821 Cel.: 53 98117 0057 e-mail: cjribeiro@sestsenat.org.br